

REPÚBLICA



ANO V | EDIÇÃO 24 | FEVEREIRO 2016

R\$49,90 | EXEMPLAR DE CORTESIA

UNESCO premia Belém

Capital do Pará é reconhecida por sua gastronomia e integrada ao seleto grupo das 116 melhores cidades criativas do mundo

*AGORA É LEI
UMA FERRAMENTA
DE TRABALHO
INDISPENSÁVEL A
SERVIÇO DOS GESTORES
DE TODO PAÍS*

**AEDS AEGYPTI
DESAFIA PODER PÚBLICO
PREFEITURAS BUSCAM ALTERNATIVAS PARA
FREAR MOSQUITO QUE ASSOMBRA O MUNDO**

PROGRAMA CINEMARK MANIA

Todo mundo ama, todo mundo quer.





BRINDES COMBOS PROMOÇÕES

ADQUIRA JÁ
O SEU CARTÃO
NAS BILHETERIAS
E APROVEITE.

Ingresso
gratuito

DEPOIS FAÇA SEU CADASTRO NO SITE DA CINEMARK E AINDA
GANHE UM INGRESSO PARA QUALQUER SESSÃO
DE 2ª A 5ª-FEIRA, INCLUSIVE PARA SALAS 3D E XD.

Acesse o regulamento em cinemark.com.br/cinemarkmania e saiba mais.

CINEMARK®

É MAIS QUE CINEMA. É CINEMARK.

12 a 15

Desenv. Econômico
Centro-Oeste: na esteira
do desenvolvimento

16 e 17

Gestão Pública
Transparência
é tudo

18 e 19

Assistência Social
Em Santos, Programa de
Transferência de Renda

20 e 21

Assistência Social
A Mesa: diálogo para
combater violências

22 e 23

Comportamento
Feiras: revertendo
o desperdício

32 e 33

Educação/Gestão Pública
Navegantes aperfeiçoa
atendimento ao público

38 e 39

Educação
Tempo integral em
escolas de Maceió

40 e 41

Educação
Sucesso com sistema
apostilado de ensino

42 a 45

Inclusão Social
Hortas comunitárias
crescem em São Paulo

46 a 47

Inclusão Social
Cultura para
deficientes visuais

48

Inclusão Social
Programa pretende
erradicar a pobreza

50 a 54

Inclusão Social
Centros Pop: galhos
da mesma árvore

55

Incentivo/Prêmio
O prêmio é de cinco
milhões de dólares

56 a 58

Meio Ambiente
Projeto é referência
na gestão do lixo

59

Meio Ambiente
Peixe Guia: projeto
tem modelo canadense

60 e 61

Meio Ambiente/Sustent.
Parceria de sucesso
para um campo limpo

62 a 65

Políticas Públicas
A capital verde
da Europa

70 a 73

Saúde Pública
Inovando para
combater a dengue

74 a 77

Saúde Pública
Cidade
contra-ataca

78 e 79

Saúde Pública
O sucesso da
Farmácia Verde

80 e 81

Esporte/Incentivo
O dinheiro que
chega na ponta

82 e 83

Esporte/Incentivo
Os frutos por
investir no esporte

88 e 89

Tecnologia
Os avanços
em mobilidade

90 e 91

Tecnologia
Os aplicativos que
facilitam a fiscalização

92 a 95

Agora é Lei
Leis que foram
sancionadas

96 e 97

Gestão em Pauta
Regras para preparar
uma carta-convite

98

Artigo
O polêmico Regime
Diferenciado de Contratação



8 a 11

Entrevista
Pacto federativo precisa de revisão



24 a 31

Capa
Belém do Pará: Antiga e contemporânea



34 a 37

Educação
Sobral dita regra de Educação para o Brasil



FOTO: ELIANDRO FIGUEIRA SCS/PMI

66 a 69

Sustentabilidade
Transformando óleo saturado em biodiesel



FOTO: DIVULGAÇÃO

84 a 87

Urbanismo
Cidades pensadas para os pedestres

Expediente

Publisher

• Donizete Fernandes

Edição

• Sheila Colombo - Mtb 10.787

Redação

• Fernanda Betoncini - Mtb 57.571
• Marianna Fanti - Mtb 55.401
• Robson Gisoldi - Mtb 45.480
• Veneza Macauba - Mtb 75.375

Colaboradores

• Felipe Martins - Mtb 62.006
• Gil Luiz Mendes - Mtb 4672
• João Pedro Schleder
• Mariangela Devienne - Mtb 22203
• Rodrigo Tavares
• Viviane Raymundi - Mtb 22.149

Fotografia

• Mário Cortivo - Mtb 29.409

Foto de Capa

• Everaldo Nascimento

Revisão

• Professor Isaías Gomes de Lima

Projeto Gráfico e Capa

• Michelle Monteiro
(RP8 Comunicação)

Diagramação

• Evelyn Domingues - Mtb 48.250

Tratamento de Imagens

• RP8 Comunicação

Gerente Comercial

• Maysa Calmona

Negócios em Mídias On e Off-line

• Ney Euphrasino

Comercial

• Erica Alves

Projetos Especiais

• Débora Sartori

Diretor Financeiro

• Doan Oliveira

REPÚBLICA

CONTATOS:

Fone (11) 4438-7329
contato@revistarepublica.com.br
redacao@revistarepublica.com.br

REVISTA REPÚBLICA

é uma publicação da RP8
Comunicação, Publicidade
e Marketing

ENDEREÇO:

Rua Alcides de Queirós, 131
Santo André - SP - CEP 09015-550

IMPRESSÃO

COAN GRÁFICA
Av. Tancredo Neves, 300
Tubarão - Santa Catarina - Brasil
CEP 88704-700

TIRAGEM

10.000 exemplares

AUDITADA POR



ATVA - Serviços Empresariais S/S Ltda



Editorial

É preciso ter fé

O fato é que janeiro terminou como começou. Com incertezas e indefinições em todas as áreas possíveis, o pessimismo dominando de A a Z da população brasileira com os problemas como que se avolumando em todas as direções, tragédias como a de Mariana e da microcefalia – afora outras doenças causadas pelo Zika vírus – esta última que, longe de um final, infelizmente já ultrapassou fronteiras e hoje assombra o mundo. Neste sentido é visível a multiplicação das ações governamentais e da própria sociedade, na tentativa de entender e minimizar seus efeitos. Matéria sobre o assunto mostra a criatividade de algumas prefeituras, especialmente no Norte e Nordeste.

Mas, é preciso ter fé, acreditar que as coisas vão melhorar e que, apesar do quadro sombrio que ora observamos, muita coisa boa continua acontecendo nesse ‘Brasilzão’ de todos nós, e que, por sua gigantesca dimensão, projetos e empreendimentos que poderiam ser replicados com sucesso em outros cantos do País acabam ficando restritos às suas próprias regiões.

São estas iniciativas (fundamentadas ou ainda sem legislação específica), que República, assim como em seu número anterior, traz também nesta edição, ações formidáveis na área de Educação, como, por exemplo, em Sobral, no Ceará, considerada de primeiro mundo; no segmento de Saúde, com o triunfo das Farmácias Verdes ou ainda na de Inclusão Social, com as Hortas Escolares e Comunitárias; na de Meio Ambiente, com o projeto Peixe Guia, sem falar em projetos exitosos em outras tantas, como Gestão Pública, Esporte, Mobilidade Urbana, Urbanismo, Tecnologia e muito mais.

Na matéria de capa, a ênfase é para Belém do Pará, capital que, além de ter completado 400 anos recentemente, também acaba de se tornar referência mundial em gastronomia e agora faz parte do seletivo grupo das 116 cidades do mundo que, de acordo com o título concedido pela UNESCO, se desenvolvem de maneira sustentável e socialmente justa.

A publicação vai além. Mais que uma revista, que traz em suas páginas tantos casos de sucesso, República é uma ferramenta de trabalho, que colabora para que o gestor público se motive com a leitura, atualizando-se com leis e regulamentações recém-sancionadas - publicadas em coluna sobre o tema -, além de dicas sobre como preparar um documento, encontradas no “Gestão em Pauta”. A partir desta edição, a revista também traz um artigo, sempre abordando assunto de interesse nacional.

Como um arauto desses novos tempos, é missão da República não só garimpar, como informar aos prefeitos dos 5.570 municípios do País o que de bom vem acontecendo em todos os rincões, das menores às maiores e mais populosas cidades, com a expectativa de que, no mínimo, tais projetos sirvam de inspiração.

Boa leitura.

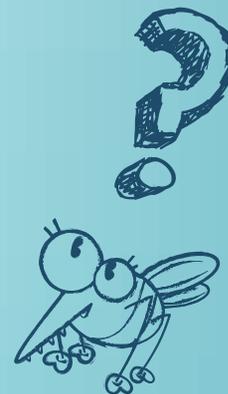
Donizete Fernandes
Publisher



evoluacomoctopus.com.br



SEM COMUNICAÇÃO CADA **SER** **HUMANOTERIA** **QUE DESCOBRIR** TUDO SOZINHO.



E os insetos que grudam nas asas durante a decolagem também.

Sem comunicação as histórias somem e a evolução emperra. A OCTOPUS acredita que a comunicação é o infinito da evolução. **E trabalha para ser o infinito da comunicação.**

#EVOLUACOMOCTOPUS



Av. Dom Pedro II, 2.954
Santo André - SP
55 11 3799-5299

“Pacto federativo precisa de revisão”

Sergio Andrade, cientista político ganhador do Prêmio Empreendedor Social de 2015, diz que acesso dos municípios a recursos melhorou, mas gestão pública precisa incrementar a implementação de políticas públicas, o incentivo e a ampliação da participação popular

• Mariangela Devienne

Por trás do rosto jovial do cientista político Sergio Andrade está uma sólida formação e um comprometido trabalhador a serviço do crescimento e fortalecimento da gestão pública no Brasil. Formado pela USP, mestrando pela FGV em Gestão e Políticas Públicas e especialista em Negociações Internacionais pela Unesp, Andrade tem 15 anos de experiência na área governamental e no setor privado, incluindo trabalhos em muitos ministérios do Governo Federal. Em 2009 fundou a Agenda Pública para aprimorar a governança pública, a participação popular e implementação e monitoramento de políticas públicas nos municípios e, em 2015, como reconhecimento a este trabalho, recebeu o Prêmio Empreendedor Social, concedido pelo jornal Folha de S.Paulo, em parceria com a Fundação Schwab.

A Agenda Pública atua em dois eixos: gestão de políticas públicas e participação social, desenvolvendo programas que são financiados por institutos, fundações, empresas e também pelo setor público. A Oscip viabilizou, entre 2012 e 2015, o acesso de municípios a quase R\$ 1,2 milhão em convênios.

Políticas públicas e participação social, aliás, são áreas onde a gestão pública municipal patina, embora atualmente tenha mais acesso a recursos federais e estaduais. Segundo Andrade, o que precisa ser aprimorado é a definição das competências entre os entes federados. “É necessário uma revisão para o pacto federativo com vistas a harmonizar e definir melhor estas competências. A desigualdade regional é enorme. Os governos estaduais e o Governo Federal precisam atuar para fortalecer os municípios”. Para o cientista há pouca preocupação dos gestores municipais com a geração de receita própria, com a promoção de políticas de desenvolvimento econômico, além de uma gestão fiscal e tributária deficientes. “Muitos são os casos em que o gestor simplesmente não cobra os impostos e taxas, temendo desgaste político”, afirma.

Revista República - Quando e por que você decidiu criar uma organização não-governamental que apoiasse o fortalecimento da administração pública?

Sergio Andrade - O Estado de Bem-Estar brasileiro

começou tardiamente. Apenas com a Constituição de 1988, uma geração de políticas sociais foi delineada; porém, com a crise fiscal do Estado e os programas liberais iniciados no governo Collor não houve interesse político em implementá-las. Com a estabilização da economia e a combinação de políticas de crescimento com distribuição de renda houve um novo impulso e políticas básicas na área urbana, de saúde, educação e direitos humanos. Contudo, a capacidade dos municípios para implementação continuava baixa. Foi nesse contexto que, em conjunto com um grupo de colegas ligados a núcleos de pesquisa na USP, decidi criar uma organização capaz de fortalecer institucionalmente os municípios.

Quais são os eixos de atuação da Agenda Pública? Dentro destes, qual costuma ser a maior carência dos municípios?

São dois eixos, gestão de políticas públicas e participação social. Esses são os dois pilares de uma concepção de governança democrática. Sem uma boa gestão não conseguimos viabilizar as demandas da cidadania e, sem participação, as políticas são ineficientes e sua qualidade não tem dimensão concreta do mundo vivido. As duas dimensões são fundamentais para os municípios e estão longe de estar equacionadas. Nossa atuação está baseada na construção de capacidades ao nível local e na incidência para melhoria das políticas de gestão em nível nacional.

Quantos e quais os programas de fortalecimento da gestão pública que a Agenda mantém atualmente? Quais municípios participam?

Temos um programa mais amplo que trabalha com o fortalecimento institucional das políticas básicas municipais (gestão, saúde, educação, assistência social) e temos programas mais específicos que trabalham aspectos de finanças públicas e a capacidade de conveniamento da gestão. Nosso programa mais recente trabalha também a produção de políticas de desenvolvimento econômico e inclusão produtiva dos municípios, um trabalho que vai além da concessão de incentivos e benefícios e do fortalecimento de cadeias produtivas. Esse conjunto de



programas vem sendo implementado em municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Pará e Bahia.

O gestor público no Brasil está preparado para criar, desenvolver e manter políticas públicas ou a maioria desconhece como se faz isso?

Olhando em perspectiva, a gestão pública brasileira melhorou. Temos políticas mais estruturadas, maior clareza metodológica e recursos identificados. Porém, o processo de implementação e o monitoramento das políticas revela muitos desafios, ainda mais nos municípios. Precisamos descentralizar capacidades institucionais para criação de boas políticas públicas no território. Partimos de uma realidade muito assimétrica. A desigualdade regional é enorme. Os governos estaduais e o governo federal precisam atuar para fortalecer os municípios. O desafio não é apenas formar bons quadros, mas introduzir uma cultura para resolver problemas complexos, que exigem atuação intersetorial.

Entre os produtos da Agenda Pública está a Plataforma de Assessoria Técnica para Municípios. Como ela funciona? Quantos municípios já participam? É possível dar exemplos de políticas e municípios que já se beneficiam deste compartilhamento de ideias e programas sobre diferentes temas?

A área de saneamento foi a pioneira para a qual a plataforma foi pensada. Contudo, sua utilização se dá em vários programas que desenvolvemos. A plataforma oferece recursos de videoconferência, audioconferência, compartilhamento de arquivos em qualquer formato, desenvolvimento simultâneo de projetos colaborativos. É possível ainda utilizar recursos como fóruns, calendários, bem como registrar todo o processo no diário de bordo, o que permite acompanhar e avaliar o processo de assessoria técnica. Assim, diferentemente de ferramentas de interação, a Plataforma de Assessoria Técnica é um ambiente colaborativo de aprendizagem e não somente um canal de interação por voz e vídeo. Usamos a tecnologia como recurso pedagógico para apoiar o desenvolvimento de capacidades dos municípios, de forma semipresencial. Tudo começa com um diagnóstico in loco e depois temos a validação do plano de trabalho, o qual é acompanhado à distância. Ao contrário de entregar um produto pronto como, por exemplo, um texto de convênio, a metodologia prevê um trabalho de assessoria que procura construir com as equipes municipais as soluções necessárias. Sendo assim, quando necessário, os próprios técnicos do município poderão encontrar os caminhos necessários para resolver os problemas enfrentados na gestão. ▶

FOTO: DIVULGAÇÃO AGENDA PÚBLICA

Como o município interessado pode ter acesso à Plataforma de Assessoria Técnica? Quem pode participar?

Apenas municípios que participam de projetos desenvolvidos pela Agenda Pública.

Como é a dinâmica de trabalho entre a Agenda e os municípios? Eles são procurados pela Agenda ou vão até vocês visando a trabalhar determinada proposta?

Nossos programas são financiados por institutos, fundações, empresas e também pelo setor público. Há casos em que somos procurados por organizações públicas e também mantemos programas que selecionam municípios, de acordo com critérios determinados.

Costuma-se dizer que o município é onde a vida acontece: nele moramos, trabalhamos e realizamos as atividades diárias. Por que, então, o arranjo federativo brasileiro prevê uma divisão orçamentária que penaliza e desequilibra os municípios? O que precisa mudar?

O pacto federativo precisa de uma revisão que harmonize e defina competências mais claramente; porém, o acesso dos municípios a recursos federais e estaduais, observando critérios programáticos, tem aspectos positivos. A apresentação de projetos alinhados com diretrizes nacionais foram os responsáveis pela transformação observada na assistência social, apenas para dar um exemplo. Esta deixou de ser uma área encarregada de praticar caridade para tornar-se uma política de direitos. Porém, a dificuldade de implementar programas top down é muito grande. A coordenação é complexa e os aspectos regionais são relativizados. Sendo assim, as políticas nacionais precisam trazer diretrizes, mas a implementação deve prever espaço para que os municípios possam contemplar singularidades e inovações de acordo com necessidades locais.

Os municípios, em sua grande maioria, estão falidos, boa parte não respeita a LRF. Pela sua experiência, isso se dá por má gestão dos recursos ou pela pouca criatividade, eficiência e busca de parcerias por parte dos gestores públicos, muitas vezes mais preocupados com a administração político-partidária do que com o trato da coisa pública?

Os municípios são muito dependentes das transferências federais. Há pouca preocupação com a geração de receita própria, com a promoção de políticas de desenvolvimento econômico. Somado a isso, temos uma gestão fiscal e tributária muito deficientes. Muitos são os casos em que o gestor simplesmente não cobra os impostos e taxas, temendo desgaste político. Porém, a questão não é apenas equilibrar despesa e receita, mas pensar na qualidade do gasto público. Essas são preocupações que temos na Agenda Pública e, por isso, criamos o Programa de Desenvolvimento Econômico e o Programa de Apoio à Gestão Fiscal e Tributária.

Qual município ou projeto/programa a Agenda Pública destacaria hoje como exemplo de governança pública moderna e eficaz?

Há uma diversidade de boas experiências de gestão municipal. Em nossa atuação em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos desenvolvemos um trabalho para mapear boas práticas em todo o País. Estas experiências são apresentadas durante o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável-EMDS, evento que acontece em Brasília, a cada dois anos. Sobre essas experiências o mais relevante é fomentar sua disseminação e reaplicação. Nosso interesse é mostrar o “pulo do gato”, ou seja, quais os aspectos mais relevantes para que uma política tenha sido implementada com bons resultados. Não buscamos apenas histórias românticas de sucesso, mas quais foram os arranjos que merecem atenção e como podem servir de inspiração para outras realidades.

Por que os canais e mecanismos de controle social ainda são tão falhos na esfera pública? Falta vontade política ou é porque existe pouca mobilização social para efetivar a participação popular?

Há cerca de três anos fizemos um diagnóstico sobre a situação dos conselhos estaduais de direitos em São Paulo. Também buscamos propor indicadores sobre o desempenho dos conselhos. Os relatórios desse trabalho estão disponíveis em nosso site. A boa performance dos conselhos considerava tanto sua capacidade de influir concretamente na agenda de políticas, quanto a permeabilidade do Estado às deliberações, a estrutura dos conselhos e sua relação com a sociedade. Também há uma relação com o ambiente de participação. Um conselho não funciona de forma isolada, como se pudéssemos pensar em um conselho forte em um ambiente institucional em que não há incentivo à participação, em que há uma sociedade civil fragilizada. Sendo assim, é preciso fortalecer o ambiente de participação, os aspectos institucionais da política de participação e preparar os conselheiros e os cidadãos para que participem de forma qualificada, seja através de conselhos ou outras instâncias de participação formal ou informal existentes hoje.

Como a Agenda Pública atua para aumentar a participação popular na condução dos programas e investimentos públicos?

Acreditamos que o incentivo à participação cidadã precisa se mostrar atraente, interessante e orientada para resultados. Promover participação qualificada é um processo e não resulta de ações pontuais e voluntaristas. Trabalhamos para fortalecer a política de participação, ou seja, preparando a gestão para que esta seja mais transparente e aberta ao diálogo. Por outro lado, incentivamos a participação dos cidadãos em espaços diversos como associações de moradores, grêmios estudantis e organizações sociais. Fomentar o associativismo é importante para fortalecer o ambiente de participação. As pessoas precisam perceber que a política não é apenas partidária, ela se realiza no cotidiano e em muitos ambientes distintos. É importante conectar cidadãos, interesses, causas públicas e canais de participação. Também trabalhamos para qualificar o perfil dos conselheiros e o funcionamento do conselho propriamente dito. Aqui uti-



lizamos estratégias pedagógicas muito centradas na realidade do participante. Não trabalhamos conteúdos e sim problemas práticos, usando ferramentas de gamificação e desafios de aprendizagem. O processo de aprendizagem é preocupação constante. Por fim, procuramos conectar os conselhos e outras instâncias de participação, estruturando um sistema do qual façam parte também os órgãos de controle.

Gostaria que comentasse alguns resultados práticos de programas que estão em andamento pela Agenda Pública, como o de Qualificação e Desenvolvimento Econômico nos municípios de Barro Alto e Niquelândia-GO.

Em Barro Alto e Niquelândia-GO o processo de análise e resolução de pendências nos convênios em execução entre prefeitura e governo federal resultaram na captação de mais de R\$ 1 milhão de reais, além da regularização de diversos convênios pendentes, o que significou a normalização do fluxo de recursos para o município. Em Xambioá-TO o processo de análise de documentos fiscais e elaboração de projeto para apresentação ao Programa de Modernização Administrativa e Tributária-PMAT do BNDES resultou na regularização de diversas pendências fiscais e melhor gestão sobre a dívida municipal pelos gestores locais, inclusive a regularização de pendências junto ao Tesouro Nacional, que impediria o recebimento de recursos e/ou assinatura de convênios.

A Agenda Pública mantém uma Escola de Políticas Públicas. Como ela funciona?

Oferecemos soluções educacionais de acordo com as necessidades de formação características do setor públi-

co. Empregamos recursos educacionais como mentoria, intercâmbios, cursos a distância e semipresenciais, além de cursos livres. Procuramos criar espaços de aprendizagem dinâmicos e estimulantes. Formamos mais de cinco mil alunos desde 2010. Esse processo culmina agora com a transformação da Escola de Políticas Públicas em uma instituição independente, um processo para o qual já realizamos o planejamento prevendo ações nos próximos quatro anos. Nosso desafio é ampliar a qualidade da formação dos agentes públicos brasileiros. Portanto, a atuação vai além de projetos educacionais e inclui incidência para o aprimoramento de políticas de formação de pessoal.

Como foi ser agraciado em 2015 com o Prêmio Empreendedor Social, concedido pela Folha de S.Paulo em parceria com a Fundação Schwab? Além do reconhecimento do trabalho, o que muda para a Agenda Pública e quais os planos para 2016?

O prêmio é um grande incentivo e favorece muito a causa pela qual trabalhamos. Por isso estamos trabalhando em conjunto com a organização do prêmio para criar um canal de comunicação permanente em que possamos discutir sobre política e participação, dando visibilidade a boas experiências de gestão de um Brasil que funciona e que esteja comprometido com o desenvolvimento, equilibrando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Além disso, também tivemos propostas de atuação em outros países da América do Sul e na América Central. Esse trabalho vem acompanhado do fortalecimento da governança e da equipe. Essas frentes nos permitirão consolidar nossa atuação, conforme o planejamento que realizamos para os próximos quatro anos. ■

Na esteira do desenvolvimento

Pesquisa indica que no Centro-Oeste, avanços nas áreas de Educação, Saúde e Emprego e Renda na região, se aproximam cada vez mais do desempenho do Sudeste do País

• Robson Gisoldi

Mesmo em ano de forte crise econômica, que afeta diferentes setores do Brasil, a região Centro-Oeste apresenta bons motivos para comemorar. De acordo com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal-IFDM 2015, divulgado em dezembro de 2015, 86,4% das cidades do Centro-Oeste possuem nível de desenvolvimento alto (25 cidades) ou moderado (374 cidades). Do total, a região possui 32 municípios entre os 500 maiores resultados do País. O estudo destaca ainda que o Centro-Oeste nunca esteve tão próximo dos padrões de desenvolvimento observados nas regiões Sul e Sudeste.

De acordo com Jonathas Goulart, especialista em Desenvolvimento Econômico do Sistema Firjan, os indicadores confirmam um avanço significativo da região. “Temos observado ao longo da pesquisa, desde 2005, uma evolução constante no Centro-Oeste ao longo do tempo, se configurando cada vez mais numa espécie de ‘novo Sudeste’, entrando numa faixa de desenvolvimento ao longo do tempo não apenas no Emprego e Renda, mas também nos níveis de Educação e Saúde. O resultado da pesquisa na região não nos surpreendeu”, avalia.

Criado pelo Sistema FIRJAN-Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do País, o IFDM avalia as condições de Educação, Saúde, Emprego e Renda de todos os municípios brasileiros. Em sua nova edição - com base em dados oficiais de 2013, últimos disponíveis - o estudo traz comparações com outros anos da série histórica, iniciada em 2005, e projeções sobre a evolução do desenvolvimento por conta da deterioração do cenário econômico.

O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada cidade em quatro categorias: desenvolvimento baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1). Foram avaliados 5.517 municípios, que abrigam 99,8% da população. Ficaram fora do índice cinco cidades criadas recentemente, que ainda não possuem dados suficientes para análise, e 48 que não declararam ou possuem informações inconsistentes. A região Centro-Oeste, que possui 467 municípios, teve cinco deles nessas situações.

“O Centro-Oeste tem avançado numa velocidade maior do que em outras regiões. Vale frisar

Jonathas Goulart, especialista em Desenvolvimento Econômico do Sistema Firjan

que não é só Emprego e Renda, mas também em Educação e Saúde”, acrescenta Goulart.

Na área de Educação, 167 municípios (35,8% da região) alcançaram alto grau de desenvolvimento, com predominância das cidades goianas (131). Ceres-GO e Lagoa Santa-GO estão entre os cem melhores resultados do País. A maioria das cidades (294, que representam 63,1% da região) possui desenvolvimento moderado e apenas cinco (1,1%) têm desenvolvimento regular. Desde 2009 o Centro-Oeste já não apresenta cidades com baixo desenvolvimento nessa área. Na comparação com 2012, 89,8% dos municípios apresentaram crescimento, principalmente por melhoras no Ideb-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e no atendimento à Educação Infantil.

Na Saúde, 170 cidades da região (36,5%) apresentam alto desenvolvimento, 235 (50,4%) têm desenvolvimento moderado, 55 (11,8%) possuem desenvolvimento regular e seis (1,3%) têm baixo desenvolvimento. Os municípios de Edealina-GO e Tapurah-MT estão entre os cem melhores resultados do País, nessa área. Na comparação com 2012, 63,6% das cidades progrediram, principalmente por conta da melhora no resultado do indicador de internações sensíveis à atenção básica. ▶



“O Centro-Oeste
tem avançado
numa velocidade
maior do que em
outras regiões”

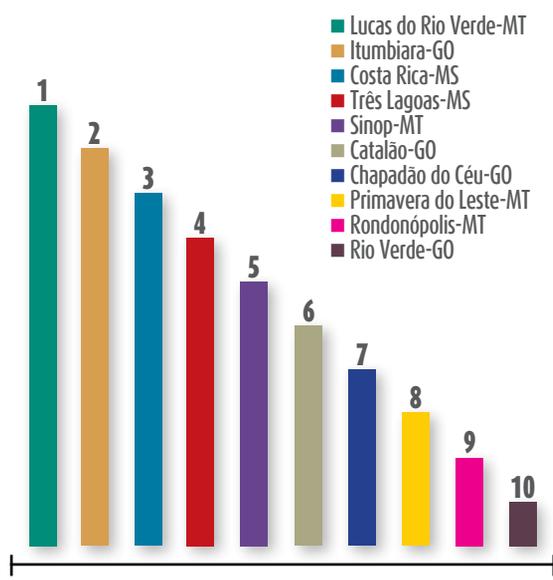


Em Emprego e Renda, a região registrou desempenho superior ao Brasil como um todo, com 28,8% de suas cidades com desenvolvimento alto ou moderado, proporção superada apenas pelo Sul (35,5%). Entre os municípios com alto desenvolvimento, o Centro-Oeste se distingue nacionalmente em termos proporcionais: as 12 cidades com essa classificação representam 2,6% da região, acima dos 1,7% observados na região Sul. O IFDM também aponta que o Centro-Oeste responde por 55 dos 500 municípios mais bem avaliados do País nessa área, sendo que 14 deles ainda estão na lista dos cem melhores. Apesar do cenário comparativamente favorável, 267 cidades (57,8%) registram classificação regular nesse indicador e 62 (13,4%) têm baixo desenvolvimento. O índice ressalta ainda que, diante de um quadro de desaceleração da atividade econômica, houve retração do resultado de Emprego e Renda em 54,9% dos municípios na comparação com 2012.

No ranking geral do Centro-Oeste, Lucas do Rio Verde-MT ocupou a primeira posição, seguida de Itumbiara-GO, Costa Rica-MS, Três Lagoas-MS, Sinop-MT, Catalão-GO, Chapadão do Céu-GO, Primavera do Leste-MT, Rondonópolis-MT e Rio Verde-GO, que ficou com a 10ª colocação. A cidade com pior resultado no índice foi Campinápolis-MT. Entre as capitais da região (estaduais e federal), Goiânia-GO obteve a melhor pontuação, seguida de Campo Grande-MS, Cuiabá-MT e Brasília-DF.

Goulart afirma que os indicadores apresentados na cidade de Lucas do Rio Verde apresentam uma evolução ampla. “A cidade teve boas notas em Saúde e Educação, assim como em Emprego e Renda. Ou seja, em todas as vertentes analisadas, o resultado foi positivo”, complementa.

No ranking geral do Centro-Oeste



Crise econômica versus conquistas sociais

De acordo com a pesquisa, o desenvolvimento socioeconômico do País está comprometido por conta do cenário econômico. Nesta nova edição, o índice aponta que, já em 2013, a nota brasileira, composta pelos indicadores de Educação, Saúde, Emprego e Renda, ficou em 0,7441 ponto, com aumento de apenas 0,2% na comparação com o ano anterior. Foi o menor avanço desde o início da série histórica do índice, em 2005, refletindo principalmente o desempenho negativo do IFDM Emprego e Renda. O indicador recuou 4,3% na comparação com 2012 e atingiu 0,7023 ponto.

Para Jonathas Goulart, especialista em Desenvolvimento Econômico do Sistema Firjan, o cenário futuro pode ser afetado pela crise. “Observamos que desde 2005 até 2013, o crescimento econômico no País impulsionou a elevação do orçamento dos municípios, que direcionou novos recursos para a Saúde e Educação. Agora com essa queda será que os municípios conseguirão manter o investimento para essas atividades?”, questiona.

Em 2016, esse indicador de Emprego e Renda poderá atingir 0,5204 ponto – menor patamar da série – já que o País deve perder mais de um milhão de postos de trabalho formais e a renda deve avançar menos que a inflação, corroendo o poder de compra do trabalhador. Os municípios, que tendem a ficar à mercê da conjuntura econômica, deverão ter menos recursos para expandir e, principalmente, para manter os programas sociais que viabilizaram o avanço nas áreas de Educação e Saúde nos últimos anos. “Especificamente em 2013 houve um início de desaceleração econômica que aconteceu na indústria. Olhamos esse início da desaceleração econômica como um sinal de alerta, que se confirmou em 2015”, afirma Goulart.

Na avaliação de 2005 a 2013, a FIRJAN destaca que a nota geral do País avançou 21,3%. Nestes oito anos, o Produto Interno Bruto - PIB cresceu 35%, foram gerados quase 16 milhões de postos de trabalho formais e houve aumento do rendimento médio em 28%. O bom desempenho da economia no período foi determinante para a expansão de recursos – através do recebimento de tributos via arrecadação própria ou transferências – para o financiamento das políticas públicas e, conseqüentemente, para a maior atuação social dos governos. Nesse período, a Despesa Orçamentária per capita média das prefeituras nas áreas de Educação e Saúde registrou crescimento de quase 80%, já descontados os efeitos da inflação. E, em 2013, os indicadores de Educação e Saúde do índice atingiram 0,7615 e 0,7684 pontos, respectivamente.

Apesar do avanço nos últimos anos, a Federação ressalta que em 2013 o gasto per capita médio das prefeituras nessas áreas ficou estagnado e que ainda existem desafios, já que pouco mais de um terço dos municípios têm educação de qualidade e mais de quatro milhões de brasileiros ainda vivem em cidades sem atenção básica de saúde. Um dos alertas do estudo é sobre o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental no Ideb – um dos componentes do IFDM Educação. Caso o avanço (3,5%) observado em 2013 se mantenha nos próximos anos, o País só alcançará em 2031 a meta de 6,0 pontos, inicialmente prevista para 2021, pelo Ministério da Educação. “A situação está mais complicada neste ano e basicamente teremos um período de menor volume de recursos, colocando a manutenção dessa evolução em cheque, não só no Emprego e Renda, mas em Educação e Saúde também”, conclui o especialista.



Itumbiara - lado sul

Destaque em três pesquisas diferentes

Em menos de três meses, a cidade de Itumbiara, localizada no interior de Goiás, ganhou destaque em três pesquisas diferentes. A primeira, divulgada pela revista Exame, o município foi apontado como um dos 50 mais desenvolvidos com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, ficando na posição 25, entre 348 cidades avaliadas. A segunda pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN, já no início de janeiro a Consultoria Urban System apontam Itumbiara na 10ª colocação entre as 100 cidades que dão show em infraestrutura. A cidade lidera o ranking das cidades goianas como a mais desenvolvida, conforme a pesquisa que analisou mais de cinco mil municípios. Na lista nacional, Itumbiara está na 75ª posição, com 0,8540 pontos, classificada na faixa de alto desenvolvimento. Em Goiás, supera todos os municípios e fica como o 1º da lista.

Pelo acompanhamento do sistema FIRJAN, apenas a Saúde, com 0,8070, obteve pontuação um pouco abaixo entre as três áreas pesquisadas. Mesmo assim, as estatísticas possibilitam determinar que houve melhora no setor a partir 2005, sendo classificada agora como “situação de alto desenvolvimento”.

A área Emprego e Renda superou a Saúde com avaliação acima de 0,8 pontos. O índice FIRJAN tem uma leitura simples: varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade, em quatro categorias. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. A Educação foi o destaque, com pontuação de 0,9165, bem próximo do topo do ranking. O indicador confirma o

resultado da política educacional adotada no município em mais de uma década. A metodologia da FIRJAN possibilita observar com precisão os avanços do setor no município com investimentos em escolas, a oferta de vagas e a qualidade do ensino.

O prefeito Chico Balla diz que a análise desses três conjuntos de indicadores: Emprego e Renda, Educação e Saúde, vem num bom momento. “O plano de governo adotado pelo grupo político, a partir de 2015, priorizou a industrialização, com base nos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Estadual. As duas gestões desse grupo político não lançaram programa específico, mas adotaram esse plano de trabalho global focando os indicadores econômicos do município em cima da oferta de Emprego e Renda. Alguns setores, como Educação, Saúde e Infraestrutura receberam mais investimentos, o que de fato deu frutos para o projeto de modernização do município”, avalia.

De acordo com o representante municipal, a Prefeitura está buscando alternativas de fomento ao desenvolvimento. “Buscamos modernizar o serviço público para facilitar a vida do cidadão e das empresas. Esse é o principal ponto para pôr em prática os projetos de desenvolvimento socioeconômico. O município espera dar um novo salto dentro de três anos, quando a fábrica da Heineken entrar em operação aqui no município. A vinda da cervejaria está atraindo várias empresas satélites, inclusive fornecedoras europeias. Para esse novo momento, a administração prepara mais projetos de desenvolvimento que possam potencializar essa nova fase”, conclui. ■

Transparência é tudo

Cidades do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro conquistam nota máxima no Ranking Nacional dos Portais da Transparência e recebem o reconhecimento do MPF por clareza nas informações das contas públicas

• Gil Mendes

Desde 2011 é lei: o Governo Federal, estados e municípios devem ter as contas abertas para conhecimento da população quanto aos gastos públicos. A consulta deve ser feita através dos portais da transparência, para que assim os contribuintes saibam como está sendo destinado o dinheiro dos impostos pagos. Para fiscalizar o cumprimento da lei e aumentar o controle social, o Ministério Público Federal-MPF elaborou, no final do ano passado, o Ranking Nacional dos Portais da Transparência.

O levantamento avaliou os 5.568 municípios e 26 estados do País, mais o Distrito Federal. O estudo foi baseado em um questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro-ENCCLA, tendo sido levado em conta, aspectos legais e as boas práticas de transparência. O coordenador da Câmara de Combate à Corrupção, o subprocurador-geral da República, Nicolao Dino, explica que se trata da maior iniciativa coordenada pelo MPF em 2015, com envolvimento de todas as unidades na avaliação dos portais dos municípios e dos estados, as quais contribuíram decisivamente para o aumento da escala de transparência do País. “A ação foi deflagrada pela necessidade de incentivar uma maior publicidade na administração pública e o controle social das receitas e despesas, prevenindo-se a prática de corrupção”, define.

Segundo a avaliação, apenas sete cidades e o estado do Espírito Santo ficaram com nota 10, avaliação máxima dada após o estudo. Curiosamente, os municípios com o melhor desempenho ficam no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. As fluminenses Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Macaé e as gaúchas Venâncio Aires, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul conseguiram a aprovação do Ministério Público.

Por outro lado, de acordo com o ranking, 34% dos municípios no Maranhão sequer tinham um portal da transparência. No Piauí esse número chega a 67%. Junto à divulgação do levantamento, foi anunciado o balanço das mais de cinco mil recomendações expedidas para os gestores públicos resolverem as irregularidades. Uma nova avaliação nacional será feita entre os dias 11 de abril e 9 de maio desse ano. Se as pendências permanecerem, os municípios serão ajuizados com ações civis públicas.

FOTO: MARCELO CAMARGO/ABR



Nicolao Dino, sub-procurador da República

CAPITAL TRANSPARENTE

A cidade de Porto Alegre-RS tem 1.472.482 habitantes e todos eles têm à disposição os dados de arrecadação e gastos da Prefeitura. Única capital brasileira a ter a avaliação máxima no Ranking Nacional da Transparência, a gestão municipal se orgulha da forma que apresenta à população a aplicação dos impostos. “É um justo reconhecimento à premissa que seguimos de disseminar, comunicar e dar transparência às ações do governo e aos processos de gestão, tanto para o público interno quanto para a sociedade. Esse é o resultado do trabalho contínuo de diversos órgãos do município na busca do aprimoramento e qualificação das informações disponibilizadas aos cidadãos”, afirma a secretária municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento, Izabel Matte.

Em dezembro de 2015, o Portal Transparência e Acesso à Informação da capital gaúcha registrou 1,1 milhão de visitas desde sua criação, em 2010. Ao todo, 9,9 milhões de páginas foram visualizadas nesses cinco anos. Mais de 525 mil diferentes usuários utilizaram o sistema, dos quais em torno de 55% são usuários recorrentes.

Para dar agilidade e maior fluidez no fluxo de informações na internet, diversos órgãos da prefeitura de Porto Alegre alimentam os dados do portal. “A Secretaria da Fazenda é responsável por fornecer as informações referentes à receita e despesa, em tempo real, como despesa de custeio, balanço das finanças públicas e diárias e passagens aéreas. A Secretaria de Administração é responsá-

vel pela gestão das informações referentes ao quadro funcional, à folha de pagamento e à contratação de pessoal em caráter emergencial. As informações relativas às licitações, a convênios ou instrumentos congêneres e à contratação de serviços terceirizados devem ser fornecidas pelos órgãos e entidades no âmbito de sua competência”, detalha Izabel Matte.

PARCERIAS MELHORAM AS INFORMAÇÕES

O município de Duque de Caxias-RJ, localizado na baía Fluminense, é uma das quatro cidades do Rio de Janeiro que obtiveram a nota 10 no Ranking Nacional dos Portais da Transparência. Para conseguir o reconhecimento, a gestão criou parcerias com outros órgãos para que os dados apresentados à população fossem os mais objetivos, transparentes e detalhados possíveis. Por iniciativa da Procuradoria do Município foi instituída em julho de 2013 a Comissão Permanente de Acompanhamento da Transparência Municipal para cuidar da divulgação das informações de Duque de Caxias, em seu portal. Além de integrantes da Procuradoria, fazem parte do grupo pessoas do controle interno municipal, a Secretaria da Fazenda e Ouvidoria. “Em novembro de 2014 recebemos uma avaliação de 2,1 para o nosso portal em uma escala de zero a dez. Depois disso, ficamos em contato direto com o MPF para saber o que estava faltando e por conta desse diálogo frequente já esperávamos, de alguma forma, que seríamos bem avaliados nesse novo levantamento, mas, não tínhamos certeza que ganharíamos o dez”, diz a assistente da Secretaria de Governo, Viviane Marques, que faz parte da Comissão. O gasto com pessoal é um dos temas de maior interesse da população em relação aos gastos da gestão. Este que-



FOTO: REPRODUÇÃO

sito foi um dos que mais pesaram no estudo feito pelo Ministério Público Federal. Na opinião de Viviane, a transparência nessa questão também ajudou a aumentar a nota de Duque de Caxias. “Só alcançamos a nota máxima porque publicamos a remuneração dos servidores e as diárias”, detalha.

Um ponto fundamental das discussões do grupo que cuida do portal é a acessibilidade às informações por parte dos contribuintes. Existe uma preocupação para que todos os dados estejam disponíveis e que cidadão não sinta nenhum tipo de dificuldade de encontrar a informação que deseja. “Quando se acessa o nosso portal da transparência estão lá todos os arquivos, de forma bem clara e direta para o cidadão. Percebemos que em outros portais a informação fica muito escondida e não queríamos repetir o mesmo erro”, diz Viviane.

BASTA CUMPRIR A LEI

Ao manter um portal da transparência com nível de excelência, todas as partes saem ganhando. O contribuinte tem de forma clara e explícita o que o governo faz com recursos que recolhe através dos impostos; em contrapartida, as gestões ficam com a credibilidade cada vez mais alta entre a população, que percebe que as finanças públicas são tratadas com seriedade e respeito.

De acordo com Izabel Matte, a transparência das contas e dos resultados, por meio de mecanismos de controle, oportuniza o monitoramento da gestão pela sociedade. “Dessa forma, a população é empoderada e atua como cogestora em prol da eficiência do serviço público”, avalia. “O portal da transparência mostra ao cidadão como o poder público está agindo em favor dele”, complementa Viviane Marques.

Na opinião de quem conseguiu ter um portal da transparência bem avaliado, não existe segredo para gerenciar dados e informações para a população de maneira correta. Basta cumprir a lei. “É necessário esforço conjunto e melhoria contínua. Além disso, podemos destacar três aspectos: seguir a legislação disponível sobre o assunto, adequar as informações disponibilizadas às reais necessidades locais e ficar atento aos critérios de medição dos institutos avaliadores”, aconselha Matte. Viviane Marques concorda com a afirmação da gestora gaúcha e acrescenta: “Basta seguir a lei. O difícil é a implementação e a execução do trabalho”. ■



Qualquer município pode criar um programa similar, bastando, para isso, seguir o procedimento adotado por Santos

- Fazer a reserva de recurso para este fim.
- Criar lei específica - neste caso a lei nº 2.138/2003.
- Em seguida, criar decreto para normatizar a lei.

A ÚLTIMA SALVAÇÃO

Polêmicos, os programas de transferência de renda podem, em muitos casos, ser a tábua de salvação de famílias em situação de vulnerabilidade social

• Marianna Fanti

O auxílio de projetos assistenciais aos mais desfavorecidos é tema de inúmeras divergências entre pessoas dos mais variados segmentos e ideologias políticas. Mas o fato é que, em alguns casos, independente de sermos a favor ou contra a política de Assistência Social, ela é um alento para famílias em situação de vulnerabilidade.

A Prefeitura de Santos-Região Metropolitana da Baixada Santista-Estado de São Paulo criou em 1995, o PNF-Programa Nossa Família, programa municipal de transferência de renda reformulado em 2005 e embasado na Lei Municipal nº 2.138/2003, com o objetivo de apoiar famílias em vulnerabilidade ou risco social.

O PNF é aplicado a algumas famílias acompanhadas pelo PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, do Governo Federal, por meio de técnicos - assistentes sociais e psicólogos, nas sete unidades municipais do CRAS-Centro de Referência de Assistência Social, estrategicamente localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social do município. De acordo com as necessidades detectadas por estes técnicos, as famílias são inseridas no PNF, se atenderem aos seguintes quesitos: renda per capita de até R\$120,00, filhos com até 16 anos devidamente matriculados em escolas municipais ou estaduais, estar em situação de risco ou vulnerabilidade social, e comprovar residência há pelo menos um ano no município. Aqueles que se enquadram nestes quesitos passam a receber valor de R\$120,00 - proporcional a um filho; R\$180,00 - proporcional a dois filhos e R\$240,00, que é o teto, proporcional a três filhos.

Essas famílias inseridas no programa passam a cada seis meses por novas avaliações de técnicos, que podem ou não renovar o benefício por mais seis meses, caso seja detectada necessidade, permanecendo no programa, no máximo, por 18 meses. "O programa Nossa Família tem por princípio a proteção à família, criança e adolescente. O programa de transferência de renda se soma ao acompanhamento técnico das famílias, com estímulo à permanência dos filhos na escola, enquanto os pais são encaminhados a cursos de inclusão no mundo do trabalho.

Paulo Alexandre Barbosa, prefeito





FOTOS: ISABELA CARRARI/PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

As famílias beneficiadas também podem receber o Bolsa Família, outro programa de transferência de renda”, explica o prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

De acordo com a chefe do Departamento de Proteção Social Básica de Santos, Magali Freitas, o recurso municipal disponibilizado anualmente para o programa é de R\$ 1.300.000,00, correspondente a 2,40% do orçamento total da Secretaria de Assistência Social de Santos. “414 famílias foram beneficiadas pelo PNF, apenas em dezembro último”, reitera Magali.

Segundo a secretária de Assistência Social, Rosana Russo, pelo IPVS-Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de 2010, em Santos, 22.433 pessoas pertenciam ao grupo “Vulnerabilidade Altíssima”. Vale destacar que o IPVS considera vulnerabilidade social como sendo decorrente de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas e, dessa forma, obtém uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais em determinado município. ■



Rosana Russo, secretária de Assistência Social

DIÁLOGO PARA COMBATER VIOLÊNCIAS

Em Vitória-ES, quatro Centros de Referência Especializados de Assistência Social, por meio do Projeto 'A Mesa', criam dinâmicas para abordar violação de direitos, decorrentes de violência, maus-tratos, abandono, entre outros

• Mariangela Devienne

A mesa é um objeto-símbolo de união e uma proposta à troca de ideias entre amigos e familiares. Ao redor dela, sentamos para falar, ouvir, trabalhar, nos divertir e muito mais. Esta simbologia foi o ponto de partida para a concepção do projeto A Mesa, realizado pela prefeitura de Vitória-ES, por meio da Secretaria de Assistência Social. Realizado nos quatro Centros de Referência Especializados de Assistência Social-Creas, atendeu a famílias e indivíduos em situações de violação de direitos, decorrentes de violência, maus-tratos, negligência, abandono, trabalho infantil, entre outros. O objetivo do projeto – que utiliza a mesa em diferentes dinâmicas - é fortalecer a função protetiva, por meio da promoção do diálogo.

Utilizando a criatividade para unir as pessoas em torno de uma mesa ou objeto similar e levá-las a falar e compartilhar suas questões para outros familiares ou usuários do serviço, o projeto teve uma construção participativa e envolveu psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e oficinairos. Durante três meses foram realizadas dinâmicas nos Creas, sempre com a proposta da reunião ao redor da mesa, para acolhimento, estímulo à comunicação e o for-

talecimento de laços afetivos.

Como foi realizado utilizando a estrutura e os funcionários que já atendiam no Creas, o projeto não envolveu um orçamento específico. Bastou colocar a cabeça para criar para surgir diferentes formas de aproximação entre os presentes. “O cotidiano do nosso trabalho tem demonstrado que a ausência da conversa, ou mesmo uma comunicação fragilizada e superficial entre os membros de uma família pode, a longo prazo, enfraquecer laços e contribuir para o surgimento de violências. A Mesa estimula conversar sobre os assuntos da vida, como um mecanismo sutil e eficiente de aproximação e de estreitamento de vínculos”, explica a assistente social Fabíola Calazans Leoncio Cavatti, da Gerência de Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social de Vitória.

Devido aos bons resultados participativos do projeto, Fabíola recomenda outros centros de assistência social a adotar a ideia. “Pelo que vivemos na execução do projeto A Mesa, recomendamos o trabalho àqueles que desejam experimentar os frutos da conexão estabelecida ao sentar-se à mesa com alguém. Certamente, o exercício desse hábito trará ganhos imensuráveis aos relacionamentos”, completa. ■

O objetivo do projeto é fortalecer a função protetiva





FOTOS: DIVULGAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA

- Primeiramente foi montada uma comissão de organização, com representação dos quatro Creas de Vitória.
- Esta comissão levou a ideia da Mesa para os seus respectivos equipamentos.
- Houve reuniões com os demais profissionais da equipe e foram construídas estratégias de intervenção para execução do Projeto.
- A ideia apresentada foi a utilização de uma "mesa" ou, na ausência desta, de uma toalha, como um instrumento simbólico para as famílias constituírem como espaço de diálogo, de troca de experiências e circulação da palavra.
- Para apresentar a ideia, a coordenação do projeto convidou colegas que vivenciam o atendimento a pessoas vitimadas pela violência para entrar em um local preparado com três tipos de mesa: uma decorada com utensílios e alimentos, outra com objetos de escritório, livros e computador e uma terceira com uma toalha apenas com objetos lúdicos sobre ela. Durante a dinâmica, além da participação na atividade, tiveram as dúvidas a respeito do projeto e seus objetivos.
- O projeto foi apresentado aos demais integrantes da equipe do Creas, que atuam em serviços diferenciados (idosos, criança e adolescente, população em situação de rua, etc), realizando a mesma dinâmica que a coordenação utilizou. Impactada pela ideia, a equipe deu início ao planejamento das atividades, estratégias e identificação das famílias que seriam alvo do projeto.
- Cada Crea elaborou um tipo de modalidade para a execução do projeto A Mesa.
- Foram realizadas oficinas de artes (jogo americano, toalhas de desenho, tampo de mesa de fotografias, mesa de leitura com campanha de doação de livros, toalha de mandalas, pufes confeccionados a partir do tecido de sombrinhas, mesa de jogos (damas e dominó), jardim suspenso (em que se trabalhou a reciclagem e o plantio de ervas medicinais).
- Todas essas atividades foram planejadas fazendo uma conexão com a mesa, trabalhando-se questões próprias do serviço (violação de direitos) por meio de dinâmicas. Paralelamente foi preparada para as famílias uma mesa com alimentos, sempre com o cuidado de preparar o ambiente com uma toalha de mesa, alguns utensílios, uma flor, um lugar demarcado à mesa e uma boa conversa.
- A maioria das mesas foi preparada no próprio Creas, sendo que algumas aconteceram em outros ambientes, durante passeios ou em residências das famílias. Foi o caso dos idosos e pessoas com deficiência que vivenciam situação de isolamento social e que, por isso, não conseguiram acessar os equipamentos.
- A dinâmica de participação foi múltipla. Alguns Creas preferiram uma abordagem mais grupal, reunindo várias famílias, com diferentes tipos de violações, para sentarem à mesa e compartilharem novas possibilidades.
- O Projeto não contou com nenhum recurso financeiro ou humano extra para sua execução. Os custos do projeto A Mesa – como materiais pedagógicos e lanches – estão dentro do orçamento do plano de trabalho dos Creas.
- Ao final dos três meses, o projeto reuniu os produtos de todos os Creas para uma exposição. Os participantes puderam conhecer as criações uns dos outros e compartilhar as suas experiências.
- As famílias participantes do projeto continuarão sendo acompanhadas pelo serviço e, possivelmente, estimuladas a sentar-se à mesa para criar espaço de diálogo, conexão e vínculos.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória-ES

Revertendo o desperdício

Cerca de 10 toneladas de frutas, verduras e legumes, em condições de uso e que seriam descartados, são arrecadados em feiras livres de Santo André e redirecionados a entidades cadastradas

• Fernanda Bertoncini

No mundo, 795 milhões de pessoas ainda passam fome. O dado faz parte de um criterioso levantamento da FAO-Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, realizado em maio do ano passado, e aponta como centro do problema a pobreza e a falta de poder, fatores que impedem o acesso a alimentos nutritivos. O órgão estima também que as perdas globais de alimentos e o desperdício cheguem a 1,3 bilhão de toneladas por ano – um terço da produção mundial de alimentos.

Para mudar essa história, Santo André – na região metropolitana de São Paulo – iniciou há um ano parceria com a FAO/Brasil e criou o projeto pioneiro “Abasteça já esta ideia: diga não ao desperdício”, que reverte o descarte de alimentos em situação de uso nas feiras livres municipais a entidades que assistem crianças, jovens e adultos em insegurança alimentar. “O projeto de combate ao desperdício nas feiras livres de Santo André mostra que a cidade tem a preocupação em não só otimizar os alimentos que antes iam para o lixo, mas prover uma cultura de respeito ao meio ambiente, na qual se pode fazer muito com pequenas ações e, por meio destas, promover um bem imenso à pessoas que vivem em situação vulnerável”, considera o superintendente da CRAISA-Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André, Hélio Tomaz Rocha.

Com a campanha “Pensar. Comer. Conservar. Diga não ao Desperdício”, a cidade arrecada em média, por mês, cerca de 10 toneladas de alimentos que seriam jogados no lixo em quatro feiras livres, nos bairros Jardim Guarará, Vila Luzita, Jardim Homero Thon e Vila Linda. Os recursos são revertidos às entidades Centro Espírita Jesus no Lar, que recebe insumos da Vila Luzita; Comunidade Nascer de Novo, participante no Bairro Homero Thon; Creche Recanto Somasquinho, na Vila Linda e Entidade Renovo, no Jardim Guarará. Todas as beneficiárias do programa estão localizadas a um raio de dois a cinco quilômetros das feiras participantes e contam com a ação de voluntários para fazer a captação e o transporte dos alimentos arrecadados.

Para Gustavo Chianca, assistente do representante da FAO no País, a adesão do município a este projeto mostra uma mudança de atitude que deve inspirar outras cidades. “Santo André foi a primeira localidade que nos procurou para formatar este projeto, atendendo nosso chamado em atenção ao problema mundial de desperdício de alimentos. Queremos levar esta experiência a outros municípios, para que possam se espelhar nas boas práticas de consumo e redirecionamento de alimentos que vemos aqui”, conceitua.

Segundo o representante da FAO/Brasil, a preocupação com o aumento da fome no mundo associada à necessidade de combater o desperdício é agravada pela degradação constante dos solos, da água doce, dos oceanos e da biodiversidade. “Uma grande reforma do sistema de alimentação e de agricultura é necessária para garantir segurança alimentar para cerca de um bilhão de pessoas que atualmente sofrem com a fome e para suportar o crescimento estimado de dois bilhões da população mundial até 2050, cuja população urbana será de 70%, não produzindo, portanto, alimentos”, estima.

Ainda, segundo dados do órgão, os países em desenvolvimento respondem pelo desperdício de cerca de 670 milhões de toneladas de alimentos, enquanto os países desenvolvidos desperdiçam em média 220 mil toneladas.

Referência em projetos de segurança alimentar

Os projetos inovadores garantiram a Santo André visibilidade nacional e internacional e tornaram a cidade referência em projetos de segurança alimentar. O município recebeu o prêmio Josué de Castro, do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Consea-SP-Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que premia iniciativas voltadas à formulação de soluções concretas para o combate à fome e a promoção de segurança alimentar e nutricional. Adicionalmente, a CRAISA pretende estimular e alavancar a adesão de feiras livres e de instituições beneficiadas, de forma gradativa e sustentável, visando a um acréscimo de 50% de expansão, calcula Gonzalez. “Trata-se de uma rede de solidariedade por parte dos feirantes. É um despertar para o não desperdício de alimentos, o cuidado em selecionar e separar os itens que, por sua vez, são recolhidos e transportados por voluntários, formando uma corrente do bem que engloba toda a sociedade civil. Uma experiência a ser incentivada e ampliada a outros bairros e, até mesmo, outros municípios”, assegura o coordenador do projeto.

A FAO/Brasil quer expandir o projeto e formar uma rede de prefeituras e de instituições privadas que trabalhem no combate à fome e ao desperdício, pautada por bons exemplos, como o de Santo André, em práticas de segurança nutricional e alimentar. “A meta é reduzir em 50%, num período de 10 anos, as perdas da cadeia de produção mundial”, estabelece.



FOTO: MARIO CORTIVO

COMBATE AO DESPERDÍCIO E ESTÍMULO AO CONSUMO CONSCIENTE

O coordenador de programas do Banco de Alimentos Municipal, Ronaldo Antônio Gonzalez, diz que o principal objetivo da iniciativa é conscientizar a população e os feirantes quanto ao desperdício de alimentos e ao consumo consciente. “A parceria é inédita e já gerou um retorno impressionante. Em janeiro de 2015, por exemplo, conseguimos arrecadar 460 quilos de frutas, que serviram 3833 pessoas, se considerarmos a média de consumo em 120 gramas por indivíduo. Foram arrecadados 190 quilos de legumes e verduras, no mesmo período, que atenderam outras 1266 pessoas, com a ingestão média de 150 gramas individualizadas”, comemorou, ao lembrar que a ideia está concretizada em apenas quatro das 74 feiras livres andreenses.

O incremento com frutas, verduras e legumes deu uma nova realidade às crianças assistidas pela creche Recanto Somasquinho, segundo a coordenadora administrativa, Roberta Cristiane de Freitas Rodrigues. “As doações correspondem a quase 100% da nossa necessidade em hortifrúti. Os alimentos chegam a nós às sextas-feiras, quando fazemos a triagem e o armazenamento, para que sejam consumidos na semana seguinte. O que não está em plena condição de uso é utilizado para a composteira de nossa horta”, explica. A instituição assiste 330 crianças com idade entre 1 e 14 anos.

O plano para 2016 é ampliar gradualmente a adesão de feiras livres ao projeto, a partir de um levantamento que mapeia os locais com maior índice de desperdício, a partir de um estudo prioritário de gravimetria. A estratégia inclui a padronização dos procedimentos de retirada, o cadastramento de entidades interessadas em receber as doações no Banco de Alimentos, preenchimento de formulário de fornecimento para controle do que é arrecadado por parte dos feirantes, além de visitas técnicas aos locais de recebimento, para checar se atendem aos requisitos cadastrais.

A elaboração do trabalho é assistida e coordenada pela FAO/Brasil – braço da ONU-Organização das Nações Unidas, que contribui com o apoio de estrutura de material e mídias para divulgação do programa em níveis municipal e nacional, além de oferecer o expertise de técnicos para transcrever os indicadores que subsidiavam as próximas ações. ■



Os municípios interessados em participar do Termo de Parceria de Cooperação Técnica do programa “Abasteça já esta ideia: diga não ao desperdício” devem procurar a FAO/Brasil - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, pelos telefones (61) 3038-2258 e (61) 3343-2543, ou pelo e-mail: FAO-BR@fao.org

Feirantes, instituições e comerciantes de Santo André podem obter mais informações pelo telefone (11) 4996-9500, nos ramais 2031 ou 2061, além dos e-mails abastecimento@craisa.com.br ou bancodealimentos@craisa.com.br





Antiga e contemporânea

Com 400 anos de história, a capital do Pará dissemina no mundo o sabor e a cultura da região amazônica

• Veneza Macauba

Terra das Mangueiras, Terra Morena, Belém do Pará, assim é conhecida a capital paraense que, além de ter completado 400 anos recentemente, desde dezembro último passou a ser conhecida também como Cidade Criativa, título internacional outorgado pela UNESCO, no quesito Gastronomia.

O fato é que a cosmopolita Belém não só carrega em suas edificações a influência da arquitetura europeia, como a miscigenação das culturas indígena, portuguesa e africana, que deu origem a uma das gastronomias mais autênticas do Brasil. Pois, foi a fim de promover a cultura gastronômica da região que a prefeitura de Belém, com o apoio do governo do Estado do Pará; da Confederação Nacional do Turismo e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes-Abrasel lançou então a candidatura da cidade, para concorrer ao prêmio. Assim, a Gastronomia com os sabores e temperos da Amazônia, que agrada aos paladares mais exigentes, obteve o reconhecimento da Unesco. Com a láurea, a cidade paraense agora faz parte das 116 cidades do mundo que se desenvolvem de maneira sustentável e socialmente justa.

A notícia do título foi recebida com orgulho por moradores, gestores e instituições que somam na gastronomia belenense. “Belém pode ficar muito honrada e muito agradecida, mas gostaria de dizer que a escolha da nossa cidade como uma das mais criativas, nessa questão da Gastronomia, pela Unesco, não é favor nenhum. Na verdade, eles é que estavam perdendo, pois, por aqui, nós sempre comemos muito bem e há muito tempo”, resalta o secretário de Cultura, Paulo Roberto Chaves Fernandes. ▶



FOTO: ELZA LIMA

O COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA

Em comemoração aos 400 anos da fundação de Belém foi lançado o projeto do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia, no Complexo Feliz Lusitânia, localizado na margem da Baía do Guajará. A proposta é reunir, em um único espaço, um centro de pesquisa e ensino sobre a biodiversidade e gastronomia, por meio da escola de gastronomia, laboratório de alimentos, barco-cozinha, museu e restaurante. O projeto será construído em dois anos. O conceito-base é oferecer comida contemporânea com ideias inovadoras, sem esquecer-se das tradições que perderam por mais de trezentos anos.

A ideia da criação surgiu de organizações da sociedade civil que, em conjunto, apresentaram à Prefeitura de Belém e ao Governo do Pará, a proposta da criação do complexo Feliz Lusitânia. Tais organizações foram lideradas pelo Instituto Paulo Martins - entidade que promove e divulga a gastronomia paraense e amazônica e que organiza anualmente o Festival Ver-o-Peso

da Cozinha Paraense; o Instituto Ata - presidido pelo chef Alex Atala, principal instituição brasileira que trabalha a relação homem-alimento, e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia, fundado em 2015 com o objetivo de estimular negócios sustentáveis e inovação na região.

A apresentação do projeto aconteceu durante a realização da Expo Milão, na Itália, ocorrido em outubro de 2015, que teve como tema "Alimentando o mundo com soluções", ocasião em que o Brasil apresentou para mais de 150 países presentes a cultura gastronômica amazônica por meio de ideias sustentáveis, tecnológicas e inovadoras. No evento, estrangeiros se renderam aos sabores dos pratos típicos de Belém, com destaque para o Tacacá, tradicional iguaria amazônica. Também foram apresentadas frutas, ervas e bebidas nativas, além de chocolates.

Mantendo a mesma proposta de misturar sabor e cultura, a cidade de Belém receberá chefes de vários países no encontro "Diálogos Gastronômicos", que será realizado em agosto deste ano.



Tacacá

FOTO: DAVI ALVES

RESGATANDO A HISTÓRIA

Contudo, a segunda cidade mais populosa do Norte é intensa não só em sabores, cores e ritmos. As belezas naturais representam valor inestimável não só à própria população, mas também àqueles que se renderam aos encantos de Belém, além dos viajantes do mundo inteiro, que são muito bem recebidos por um povo de pele dourada e de sotaque gostoso.

A história é esta. Há quatro séculos, portugueses desembarcaram na baía do Guajará e, com o propósito de proteger a Foz do rio Amazonas dos holandeses, ingleses e franceses, ali ergueram o Forte do Presépio; a conquista da terra foi denominada Feliz Lusitânia, o primeiro nome da cidade de Belém.

O Portal do Amazonas foi cenário importante no final do século XIX e início do século XX, período áureo do ciclo da borracha, que marcou a história econômica e social do Brasil, quando não só a capital paraense, mas ainda Manaus-AM e Porto Velho-RO experi-

mentaram a expansão da colonização, atração de riquezas, transformações culturais e sociais e grande impulso ao crescimento das três capitais.

Pelo significado do patrimônio histórico e tudo o que a região representa, em meados dos anos 90 a Administração Pública identificou a necessidade de restaurar a cidade. De acordo com o governo do Pará foram selecionados alguns locais que estavam abandonados e mal utilizados, pertencentes às instituições públicas, como o Centro Histórico e alguns pontos urbanos, que foram resgatados. Exemplo é a Estação das Docas, a antiga área portuária, que estava em estado de abandono. Construída por franceses durante o ciclo da borracha, a Estação era formada por galpões metálicos, que não estavam sendo utilizados para sua função original, devido ao assoreamento constante da baía do Guajará. "Foi a oportunidade de se abrir uma ampla janela de convivência para o rio e pela memória que esses galpões abrigam, em particular ▶

O Programa Creative Cities - Cidades Criativas

A Organização das Nações Unidas-ONU, por meio da UNESCO desenvolveu o programa Cidades Criativas, que tem como meta desenvolver a cooperação internacional entre as cidades que identificam a criatividade como fator estratégico para o desenvolvimento sustentável.

COMO SE CANDIDATAR

As candidaturas deverão enfatizar um dos campos específicos relacionados à economia criativa: literatura, design, música, artesanato e arte folclórica, arte-mídia e gastronomia.

A UNESCO poderá reservar a chamada anual para candidaturas com prioridades geográficas específicas ou temáticas e poderá limitar o número de indicações por ano.

As candidaturas deverão atender os requisitos explicitados no guia "Nomination Procedures", como:

- Carta formal de apresentação da candidatura assinada pelo prefeito da cidade.

- Carta formal de apoio à candidatura pela Comissão Nacional do país onde a cidade está localizada.

- Cartas formais de apoio de, no mínimo, cinco "Creative Cities" da UNESCO, dentro do mesmo foco temático da candidatura a ser submetida, que deverão ser assinadas pelo prefeito ou por outra autoridade oficial representante. Na carta deverão ser incluídos argumentos substanciais a favor da candidatura. Três das cartas deverão ser de regiões geográficas diferentes da candidatura a ser apresentada.

- Cartas de apoio formais da associação profissional nacional do país de origem, no campo a que se refere a candidatura.



FOTOS: DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE BELEM

no que se refere ao frisson do período da borracha, em Belém”, explica Paulo Chaves, que é também arquiteto, e foi o idealizador e realizador de todo o processo de recuperação.

Mas, todo esforço foi recompensado. A região foi tombada e, tendo seu valor histórico reconhecido, tornou-se um complexo turístico e cultural de referência nacional desde que foi inaugurado, em 2000. Em seus 32 mil m², a Estação das Docas agrega gastronomia, cultura, moda e eventos, divididos em três armazéns, oferecendo aos visitantes, cinema, teatro, exposições e restaurantes, além do terminal de passageiros. A grandiosidade do empreendimento gera mais de 500 empregos.

FOTO: ELZA LIMA





Forte do Castelo

Metodologia

- Foi usada a metodologia de praxe, ou seja, a partir de um conceito e contando com um impecável levantamento humanístico e histórico da área e, ouvindo a sociedade chegou-se a um mix, que acabou resultando nesse equipamento voltado para a cultura, o turismo e o lazer.

- Foram escolhidos locais abandonados ou mal utilizados e pertencentes às instituições públicas.

- A escolha deveu-se pela privilegiada localização no contexto da cidade de Belém.

- O objetivo é promover os atrativos que a própria Amazônia representa para o País e para o mundo, como sua floresta, rios e sua cultura.



Orquestra Sinfônica

De acordo com a Administração, em todo o processo de restauração da cidade de Belém foram gastos R\$ 170 milhões de recursos públicos do Governo Estadual, sem financiamentos e repasses do Governo Federal. Os investimentos feitos no patrimônio, de pedra e cal atenderam também os espaços Mangal das Garças, Parque da Residência, Hangar Centro de Convenções da Amazônia, também considerados ícones pelos paraenses. “Esses espaços geram um número significativo de empregos diretos e indiretos, além dos impostos gerados”, diz o secretário, explicando que aplicar recursos para recuperação da história de uma cidade, não é tarefa fácil para a gestão pública. “Afim, outros setores requerem prioridades emergenciais e em tempo de vacas magras, com verba cada vez mais restrita, a tarefa exige criatividade dos administradores”, confessa, frisando que faltam recursos mais do que a vontade dos gestores, o que também é fundamental, pois há prioridades inadiáveis como saúde, educação e segurança. “Mas, quando se quer, há sempre um ‘jeitinho’ de sensibilizar os gestores e contagiar a opinião pública, sem o que tudo é muito mais difícil”, frisa, assegurando ainda que Belém é exemplo para todo Brasil. “Em relação a outros municípios é evidente que a nossa capital, que completa 400 anos, é um espelho”, conclui. ▶

Festival de Ópera do Theatro da Paz

O Theatro da Paz também recebeu um olhar diferenciado e passou por processo de revitalização e modernização. Construído no final do século XIX, o espaço, inspirado no Teatro Scalla de Milão, na Itália e considerado um dos mais luxuosos do País, se tornou completo quando passou a integrar a Orquestra Sinfônica-OSTP, em 1996. A iniciativa se deu por meio da Secretaria Executiva de Cultura-SECULT e, desde 2006, promove o Festival de Ópera do Theatro da Paz, que já conquistou os críticos nacionais e internacionais.



FOTOS: EVERALDO NASCIMENTO

ATRATIVOS

Outros atrativos da cidade foram restaurados, caso de São José Liberto, cujo prédio principal foi criado em 1749. Após dois anos de obras, com a supervisão técnica do arquiteto Paulo Chaves, o espaço renasceu em 2002, agregando hoje o Museu de Gemas do Pará, o Polo Joalheiro e a Casa do Artesão, tornando-se mais uma referência cultural, turística, comercial e do patrimônio arquitetônico de Belém.

O Parque Naturalístico Mangal das Garças foi inaugurado em 2005 e é o resultado da revitalização de uma área de cerca de 40 mil metros quadrados às margens do Rio Guamá, abrigando espécies de animais e vegetais nativos da região amazônica, sendo uma das maiores reservas ecológicas da cidade.

A esplendorosa mansão Parque das Residências, antiga moradia dos governadores de Pará, e outro ícone da capital, também foi restaurada e desde setembro de 1998 oferece atividades turísticas, teatro, restaurante, café, sorveteria, praças e loja de produtos culturais. No local funciona ainda o escritório da Sociedade Paraense de Orquidófilos.

Mas, os esforços da gestão pública em fazer Belém brilhar, não ficaram limitadas às restaurações dos monumentos antigos. Um grande desafio foi implantar, no centro da cidade, um lo-



cal moderno, tecnológico e multifuncional, apto a receber feiras, congressos e conferências, do Brasil e do mundo. O Hangar da Amazônia, nome dado ao espaço, nasceu sob o mandato de Simão Jatene, então governador do Pará.

Cidade de sol forte e muita chuva, conta, ainda, com o maior e mais famoso mercado ao ar livre da América Latina: o Ver-O-Peso, que oferece de peixe fresco a farinhas e artesanatos.

Apesar de abrigar elegantes edificações, museus, casarões, igrejas de muitos séculos, Belém se modernizou; porém, mesmo sendo agora tão contemporânea quanto outras metrópoles do Brasil, o fato é que não perdeu suas tradições e características originais, embora continue tão aconchegante como no século passado, quando o escritor Mário Andrade, na carta ao amigo Manuel Bandeira, confessou: ...“Meu único ideal de agora em diante é passar uns meses morando no Grande Hotel de Belém. O direito de sentar naquela terraço em frente das mangueiras tapando o Theatro da Paz, sentar sem mais nada, chupitando um sorvete de cupuaçu, de açaí. Você, que conhece mundo, conhece coisa melhor do que isso, Manu?” ■



FOTO: AGÊNCIA PARA

JOGO RÁPIDO

Revista República – Quando o senhor assumiu a Secretaria de Cultura do Estado do Pará?

Paulo Chaves - De 1995 a 2006 e de 2010 aos dias atuais.

Hoje, o senhor responde pela Secretaria, mas sua trajetória pública afirma seu envolvimento em vários projetos de envergadura, na cidade. Conte em que época de sua vida nasceu o sonho de ver a capital paraense restaurada, com o resgate da memória e a revitalização de pontos históricos.

Desde que me dei conta, tantas luas atrás, de que morar em Belém era um privilégio. Quando só se chegava aqui de navio ou de avião, antes, portanto, da Rodovia Belém-Brasília, dos projetos faraônicos do Governo Federal e da falência dos assentamentos. Refiro-me aos anos de 1950, período em que vivi a minha adolescência. Apenas para dar um exemplo, as notícias da cidade eram dadas nas portas das casas, com as indefectíveis cadeiras de balanço instaladas nas calçadas. Era uma espécie de whatsapp ao vivo e em cores, olho no olho e os “potins”, sendo atualizados, ou seja, não tínhamos problemas de segurança, com os meliantes atucanando a vida das pessoas, que hoje se refugiam atrás das grades e equipamentos de segurança colocados nas fachadas das edificações.

Logo em seguida, como aluno de Arquitetura - fiz parte da primeira turma de Universidade Federal do Pará, em 1964 - fortaleceu o desejo de contribuir para preservar o caráter único da urbanização, da arquitetura, da cultura e, enfim, da vida de nossa Santa Maria de Belém do Grão Pará. E nesse sentido, a memória é tudo e, como a história tem nos ensinado, “quem não sabe de onde veio dificilmente saberá para onde ir”.

Além de idealizar a recuperação e realizar obras, o senhor também foi responsável pela criação de várias iniciativas culturais, como o Festival de Ópera, e inúmeros projetos de cultura, como a Orquestra Sinfônica

e a Feira Pan-amazônica do Livro, por exemplo. Qual deles lhe trouxe mais emoção?

Difícil responder. Cada uma dessas iniciativas tem o seu lugar e sua importância na história recente do Pará, modéstia à parte. Mas, a Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz-OSTP me toca particularmente, porque abrigar em um teatro como o da Paz, construído para ser uma Casa de Ópera, hoje tombado em nível federal, e não ter a sua sinfônica, é o mesmo que uma cidade sem alma e, por extensão, um teatro desalmado.

Talvez possa parecer o mais simples dos três projetos culturais citados, mas, as dificuldades foram semelhantes e, mais ainda, não havia dotação financeira e nem era prioridade para o governo constituí-la. No entanto, usando da sedução ao improviso, hoje temos, 20 anos depois, uma orquestra que já é referência nacional, com intensa programação cultural, inclusive no Festival de Ópera. Antes, o nosso centenário Conservatório Carlos Gomes - aliás, este grande compositor brasileiro foi o fundador dessa casa de ensino -, formava há décadas músicos clássicos para abastecer as orquestras do Brasil inteiro.

Após tantas realizações coroadas de sucesso, qual o seu próximo desafio?

O Parque do Utinga, cujo projeto já está praticamente concluído, prevê a instalação de equipamentos de cultura, lazer e turismo, mas sempre com o cuidado de preservar o meio ambiente, a sua biodiversidade, os mananciais de água que nele se encontram, que abastecem Belém e parte da Região Metropolitana. Na verdade, trata-se de uma área ainda preservada com área total de 1.340 hectares, no coração pulsante da cidade e que hoje sofre com o risco permanente de invasões e outros usos predatórios. Acreditamos que a melhor maneira de preservar é ocupar ordenadamente, dentro de um rigoroso projeto de manejo e, ao mesmo tempo, a população, ao conhecer a área, tenha a necessária sensação de pertencimento. ■



- Identificar as demandas de capacitação
- Definir as áreas e temas a serem priorizados
- Por meio de pesquisas de mercado, sugerir e indicar ministrantes, palestrantes ou professores.

Em Navegantes, inicialmente não está prevista sede própria para a EMAP. Os cursos, a princípio, deverão utilizar os espaços públicos, como o auditório da Prefeitura, o Centro Integrado de Cultura, o auditório da Educação e o Centro de Treinamento da Saúde.

Excelência no atendimento

Prefeitura de Navegantes cria Escola Municipal de Administração Pública para aperfeiçoar atendimento ao público

• Felipe Martins

Com o objetivo principal de qualificar seus servidores e oferecer melhor atendimento ao público, a partir deste ano, a prefeitura de Navegantes, município localizado em Santa Catarina, passa a oferecer uma nova plataforma para capacitar seus funcionários: a Escola Municipal de Administração Pública-EMAP. Segundo a Prefeitura da cidade, os treinamentos serão universalizados para garantir que todos os servidores públicos tenham acesso à EMAP e que possam identificar os principais gargalos da administração pública, a fim de aperfeiçoar os serviços. São cerca de 3,2 mil profissionais, que receberão treinamentos técnicos específicos para determinadas áreas, como também treinamentos que sejam adequados a qualquer setor ou área da administração municipal.

Fernando Sedrez da Silva, secretário de Gestão e Controle de Navegantes, afirma que existem muitas reclamações por conta do atendimento oferecido pela gestão municipal. “Obviamente é muito mais comum as pessoas se manifestarem quando estão descontentes, do que quando estão satisfeitas. A maior parte das reclamações refere-se a atendimento ao público. Pretendemos atuar fortemente para reverter esse quadro”, destaca.

O primeiro encontro da Escola Municipal de Administração Pública deverá ser realizado no final deste mês de fevereiro e a palestra será sobre motivação. Segundo o secretário, a ideia de implementação da EMAP se deu a partir de sua experiência com gestão pública. “O fato de trabalhar na área de controladoria pública faz com que tenhamos uma visão ampla das fragilidades da administração pública, muitas vezes provocada pela falta de conhecimento e atualização de servidores municipais”, afirma, explicando que o acesso a treinamentos externos é restrito a um pequeno número de servidores, pois gera custos muitas vezes altos para a administração municipal. “É muito mais viável trazer um ministrante para oferecer capacitação a um maior número de pessoas, do que deslocar esses funcionários a outros locais para fazerem o curso, o que inclui gastos com inscrições, hospedagem, alimentação e transporte”, detalha.



FOTO: PREFEITURA DE NAVEGANTES

BAIXO CUSTO

A ideia de implementar a iniciativa em Navegantes se deu por conta da troca de informações com outras prefeituras de Santa Catarina, com a Secretaria de Estado da Educação, com o Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos, que já possuem esse tipo de escola em pleno funcionamento.

Para o início dos trabalhos, foi formada uma Comissão de Extensão e Qualificação, que terá como principais responsabilidades a identificação das demandas de capacitação, a definição das áreas e temas a serem priorizados e, por meio de pesquisas de mercado, sugerir e indicar ministrantes, palestrantes ou professores. Inicialmente não está prevista sede própria para a EMAP. Os cursos, a princípio, deverão utilizar os espaços públicos, como o auditório da Prefeitura, o Centro Integrado de Cultura, o auditório da Educação e o Centro de Treinamento da Saúde.

A boa notícia para outros municípios que queiram implementar essa ideia em sua cidade fica por conta do baixo custo. “A implementação da EMAP por si só, não gerará gastos. Teremos custos com a realização de cada evento, geralmente despesas relativas a palestrantes e infraestrutura necessária”, resume o secretário. ■

“É muito mais viável trazer um ministrante para oferecer capacitação a um maior número de pessoas, do que deslocar esses funcionários a outros locais para fazerem o curso, o que inclui gastos com inscrições, hospedagem, alimentação e transporte”



O abecedário de Sobral

Sertão cearense dita regra de Educação para o Brasil

• Veneza Macauba

A alfabetização pública do Brasil aponta resultados preocupantes; uma em cada cinco crianças não consegue ler uma frase curta, apenas palavras isoladas. Esse é o resultado da última Avaliação Nacional de Alfabetização em 2014, divulgada pelo Ministério da Educação em setembro último. Na referida avaliação foi identificado que 22,21% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental estão no nível 1, considerado francamente inadequado, segundo o MEC. A leitura também apresentou dados insatisfatórios, pois,

11,64% dos alunos não escrevem textos legíveis ou não conseguem escrever.

Entretanto, apesar de os indicadores ainda serem deficientes, é certo dizer que o Brasil tem passado por uma transformação na política educacional, e o que chama atenção é que grandes iniciativas têm surgido de regiões distantes, do País, influenciando toda a nação. O maior exemplo vem da cidade de Sobral, localizada no interior do Ceará, a 235 km de Fortaleza, onde a Prefeitura Municipal lançou a proposta de er-



FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - PREFEITURA DE SOBRAL

radicar a alfabetização no município. Indicadores apontavam que ao final do ano 2000, mais de 40% das crianças com oito anos terminavam a segunda série sem saber ler. Após identificar que a Educação nas escolas municipais era ineficiente, gestores decidiram assumir a responsabilidade de maneira compartilhada pelos resultados negativos de aprendizagem, e se propuseram a ultrapassar a discussão que atribui uma razão externa aos problemas e oferecer uma resposta mobilizadora do município.

Segundo o secretário da Educação, Julio Cesar da Costa Alexandre, no mesmo instante em que se depararam com os números, houve a responsabilização compartilhada da construção de um novo panorama para a Educação Pública municipal. “Passamos juntos a digerir o amargo da constatação, e o doce da transformação”.

De acordo com a Administração, o ponto de partida foi definir ações prioritárias e estruturais. As metas traçadas tiveram o foco na erradi-

cação do analfabetismo, na diminuição da evasão escolar, na valorização do professor e no processo seletivo dos diretores das escolas, baseado na meritocracia. Foi então nascendo um novo conceito de gestão educacional no município. Assim, diante de um cenário desastroso, a vontade de resgatar a dignidade de suas crianças levou gestores de Sobral a ultrapassar muitas dificuldades, que eram vistas como desafios. Tinham como objetivo atender a todos os alunos com a mesma qualidade de ensino, tanto nas escolas urbanas como nas zonas rurais. Para isso foi criada a nucleação de escolas, garantia de transporte escolar para os alunos e formação continuada de professores, afora conscientizá-los sobre a importância da prática pedagógica na gestão escolar, além da forte parceria com a comunidade local e famílias. Para o secretário, o sistema que acha que as crianças não aprendem porque são pobres ou miseráveis é totalmente enganoso; mas, este não era o mais preocupante. ▶



■ A produção de material específico de alfabetização deve ser entregue a cada criança, individualmente.

■ A promoção de formação para os professores deve ser continuada, envolvendo-os como agentes fundamentais deste processo.

■ Plano de Cargos e Remuneração – PCR do Magistério municipal deve definir plano de carreira e remuneração de acordo com o rendimento de cada professor.

■ O processo seletivo para os cargos de diretores das escolas, deve deixar de ser por indicações. O objetivo é garantir autonomia financeira, pedagógica e administrativa.

■ Os funcionários das escolas devem buscar alunos faltantes em casa.

■ Se necessário, reestruturar a Secretaria e gestores escolares, que foram capacitados para monitorar, acompanhar e fazer avaliações externas nas escolas.

■ Criar Prêmio, com gratificação financeira, destinado às escolas que atingirem suas metas: o objetivo é reduzir o abandono escolar, mantendo um funcionário responsável por buscar os alunos faltantes e dialogar com as famílias quando necessário.

■ Avaliação externa deverá ser aplicada em todas as séries do ensino fundamental.

“Acredito que uma das maiores dificuldades durante o processo foi a questão da distorção idade-série. O prejuízo da alfabetização tardia, crianças maiores com alguns anos de escola e, analfabetas, era bastante inquietante. Era de tirar o sono”, enfatiza.

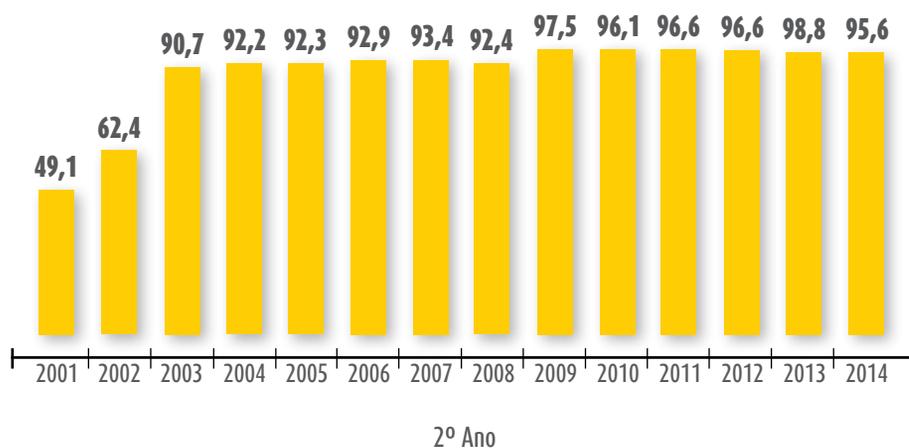
Segundo ele, a Administração se deparou com dois desafios. “O primeiro era alfabetizar todas as crianças até os sete anos de idade e, o segundo, a alfabetização das crianças que já haviam passado da idade de alfabetização e cursavam séries mais avançadas mesmo sem dominar a leitura e a escrita”.

As metas eram ousadas, mas, a expectativa de ver mudança não intimidava seus organizadores. Iniciou-se, então, uma corrida contra o tempo, pois se tratava de prejuízo, de direito não garantido, de não aprendizagem.

AS CONQUISTAS

Durante o processo, gestores e todos os envolvidos foram identificando que nascia um novo conceito de Educação. A cada ano o município apresentava avanços.

Alfabetização na idade certa (final dos 7 anos)



CRITÉRIO EM 2001: LEITOR DE PALAVRAS

CRITÉRIO EM 2014: LEITOR DE TEXTO FLUENTE COM COMPREENSÃO DE LEITURA

• O percentual de crianças que não sabiam ler e escrever no 2º ano do Ensino Fundamental foi reduzido de 49% para 3% .

• Devido aos resultados satisfatórios apresentados no Sistema de Avaliação Municipal, em 2007 o governo do Ceará adotou o Programa de Alfabetização na Idade Certa de Sobral, estendendo-o a 184 municípios cearenses.

• Em agosto de 2012, inspirado no modelo educacional de Sobral, o Governo Federal criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-Pnaic, que tem como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. No ano de 2013, mais de 5.300 municípios já tinham

adotado o plano.

• Em 2012, a cidade já apresentava o maior número de escolas públicas de qualidade, em todo o País. Destas, 27 foram consideradas Ensino de Primeiro Mundo

• Em 2014, o número de crianças alfabetizadas aos sete anos de idade no município chegou a 95,6%.

• Primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, Sobral já superou a meta federal prevista para 2021, de 6,1 entre as cidades com mais de 100 mil habitantes.

• 1º lugar no Índice de Oportunidade da Educação Brasileira, ferramenta que mede a qualidade de todo ecossistema de Educação Básica nos municípios e estados brasileiros.



FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - PREFEITURA DE SOBRAL

O IOEB

Índice de Oportunidades da Educação Brasileira é um índice único para cada local (município, estado ou Distrito Federal), que engloba toda a Educação Básica - da Educação Infantil ao Ensino Médio, de todas as redes existentes no local -, bem como todos os moradores locais em idade escolar, e não apenas os que estão efetivamente na escola.

Com base nos indicadores, nota-se os grandes feitos da cidade do sertão cearense. Seus gestores afirmaram e comprovaram que o sistema pode ser reaplicável em toda rede de ensino, no País, mantendo um mesmo padrão de qualidade. Além disso, mostrou a importância da parceria entre os poderes municipal, estadual e União, e a participação e ação de organizadores do Terceiro Setor. De acordo com a metodologia do Centro de Liderança Pública-CLP, responsável pelo IOEB, Sobral aderiu ao Sistema de colaboração entre os territórios, onde foi articulado um trabalho em rede com municípios geograficamente próximos e necessidades semelhantes, a fim de promover e fortalecer a Educação por meio do planejamento integrado e colaborativo.

Vale destacar, ainda, que o êxito no plano educacional foi possível devido à boa gestão financeira, que por si só minimiza muitos problemas no setor. “Não podemos funcionar sem recurso financeiro. É preciso, diante do conhecimento e do compromisso, fazer a escolha de garantir o direito às crianças de aprenderem. Sobral avançou muito e com nenhum acréscimo orçamentário. Não é fácil, não é mágica, mas é o dever de casa de todo sistema público de Educação”, ressalta Julio Cesar.

Quando questionado sobre a redução de investimento na Educação, conforme informado no Projeto de Lei Orçamentária para 2016, o secretário afirma que o bom uso do dinheiro público é a escolha certa, e se orgulha em dizer que o município possui potencial e experiência suficientes para encarar o atual cenário econômico brasileiro. Declara, ainda, que o setor é consolidado devido ao trabalho realizado ao longo dos 14 anos. “Já realizamos bons e sólidos investimentos, pensados para permanecerem em longo prazo. Por exemplo, a estrutura física de nossas escolas, concurso público para professores, seleção de gestores escolares, formação de professores e urbanização de áreas circunvizinhas às escolas”.

Além Sobral, outras duas outras cidades cearenses também são referência nacional em Educação. O distrito sobraense Groaíras e o pequeno município de Porteirias reafirmam que boas práticas devem e podem ser disseminadas. ■



Este projeto pode ser implantado por qualquer prefeitura que tenha interesse em aderir à educação em tempo integral. Os passos a serem seguidos são:

- Criar uma política educacional municipal de escolas em tempo integral.
- Estabelecer contato com o MEC - Ministério da Educação, trazendo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o município.
- Construir diretrizes curriculares dos ensinos fundamental, infantil e para jovens e adultos.
- Investir em infraestrutura - reforma das escolas.
- Investir em formação de professores.
- Criar e construir Centros de Educação Integral para receber alunos no contraturno.
- Estabelecer parcerias de sucesso com faculdades públicas e privadas, ONGs e empresas, entre outros.

Educação em tempo integral

Prefeitura de Maceió busca parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e reestrutura a Rede de Educação Municipal

• Marianna Fanti

Em 2013, com cenário alarmante de 80 mil crianças aguardando vaga na Rede Municipal de Educação - 72 mil na educação infantil e oito mil no ensino fundamental -, e outros 82 mil jovens e adultos analfabetos, Maceió - capital do estado de Alagoas, na Região Nordeste, despontava como uma das cidades mais violentas do País, com altos índices de criminalidade, além da ação avassaladora do tráfico, nas periferias do município. A Rede Pública, então, formada por 135 escolas municipais e 55 mil alunos encontrava-se em franca decadência, com escolas sem infraestrutura.

Foi por essa época que a Secretaria de Educação, verificando a necessidade de reestruturação, deu uma guinada na área com a criação de nova política pública, que definitivamente mudou este cenário. A secretária municipal de Educação, Ana Dayse Dorea, diz que a principal ação do município foi enxergar a necessidade e a criação de uma política educacional de escolas em tempo integral. "Como a maior parte das nossas escolas está localizada nas periferias, colocar a criança em tempo integral na escola é protegê-la", afirma a secretária, responsável por fazer contato com o MEC-Ministério da Educação, trazendo novamente para Maceió o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Segundo ela, o Programa foi um dos coadjuvantes para tal guinada da Educação no município, que antes mesmo desta parceria já havia sinalizado melhora na curva no IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, com aumento

significativo de 3.8 em 2011 para 4.1 em 2013, apenas com ações pontuais da Prefeitura. "Quando assumi e me deparei com esse cenário fui até o MEC buscar suporte e apoio e falei da minha vontade de trazer o PNUD de volta", conta Dorea. Maceió já teve essa parceria na gestão anterior, de 2011 a 2012. Dessa forma, a partir de 2013, a Secretaria de Educação firmou um termo de cooperação válido até 2016, com o PNUD, definindo as novas diretrizes e reestruturando a Rede Municipal de Educação de Maceió.

O PROCESSO

Procurado pela Secretaria de Educação, o MEC avaliou os indicadores educacionais de Maceió, sem deixar de lado o que estava sendo feito pela gestão em curso. De acordo com a secretária, a partir de então, o Ministério, por sua vez, entra em contato com o PNUD, que faz um planejamento educacional - composto de um plano de ação e de um valor determinado, que deve ser liberado e encaminhado pelo próprio Ministério ao Programa, para que este ponha em prática as ações, em conjunto com o município. O PNUD ainda dispõe de uma coordenação técnica, que visita mensalmente o município, no período de uma semana. "Hoje temos duas assistentes técnicas residentes do PNUD, em Maceió, selecionadas por edital público, trabalhando conosco", conta Ana Dayse.

Na reformulação da Educação foram trabalhados quatro eixos básicos: a infraestrutura - reforma das escolas; ações pedagógicas - construção de diretrizes curriculares; investimento em formação de professores e investimento em formação dos gestores das escolas. Em 2014, a Prefeitura entregou as diretrizes para o ensino fundamental; em 2015, a orientação curricular do ensino infantil, e em

Ana Dayse Dorea, secretária municipal de Educação

2016 entregarão as diretrizes de jovens e adultos e da educação inclusiva. “Implantar a educação em tempo integral era um desejo que tínhamos desde o início da gestão, mas preferimos trabalhar para estruturar as escolas antes”, explica o prefeito, Rui Palmeira. “Entendemos que é fundamental dotar as escolas de estrutura para receber essas crianças, de modo que tenhamos, de fato, ensino em tempo integral. Para isso estamos reformando unidades, porque não adiantava implementar o tempo integral, com a estrutura precária que encontramos em algumas delas”, explica.



Rui Palmeira, prefeito

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Hoje existem três escolas municipais funcionando em tempo integral - 7h30 às 17 horas, todas com a infraestrutura necessária para este tipo de sistema. A primeira foi a Marcos Soriano - 250 alunos, seguida da Pedro Barbosa - 450 alunos, e por último a Elizabeth Anne Lyra Lopes - 600 alunos, esta última com o lançamento da educação em tempo integral em dezembro passado. Outras duas unidades reformadas foram entregues em dezembro passado: Senador Rui Palmeira e Jayme de Altavilla, e outras dez - todas com porte para cerca de 600 alunos, serão entregues até junho próximo.

Outro projeto encabeçado pela Prefeitura é a construção dos Centros de Educação Integral para receber alunos das escolas que não têm espaço para ampliação. “Os alunos viriam para os centros no contraturno; então, quem estuda na parte da manhã, por exemplo, frequentaria o centro no período da tarde”, explica a secretária. Porém, são necessários investimentos tanto na parte estrutural e predial quanto pedagógica, para que esse modelo funcione com plenitude. A parte estrutural passa pela construção de salas de aula, biblioteca, sala de leitura, artes, dança, teatro, música, quadras, refeitórios, banheiros com chuveiros, cozinha industrial, etc, enquanto na parte pedagógica, além da educação formal, são necessários professores no contraturno dando aulas de reforço, laboratório de ciências e informática. “Com isso queremos melhorar não só o IDEB, mas a formação educacional e cidadã dessas crianças, que além de aprender a contar, ler e escrever devem aprender, também, a ser gente do bem. Isso requer uma boa formação de todos os servidores públicos da Educação, desde o faxineiro até o diretor”, afirma Dorea.

De acordo com o prefeito, após a implantação do ensino em tempo integral, as crianças ficam longe da ociosidade com atividades no contraturno escolar para melhorar o aprendizado, com atividades extracurriculares como cultura, reforço, lazer e esportes. “Isso acaba sendo uma motivação a mais para os alunos e isso terá um resultado direto no desempenho e desenvolvimento de cada um”, diz. Cerca de cinco mil alunos já estão sendo beneficiados e aprovam a nova modalidade de ensino. É o que explica a estudante do 5º ano, Rayanne de Lima Ferreira. “É bom porque temos aulas diferentes e aprendemos coisas novas. De manhã assisto às aulas normalmente, e a tarde tenho dança, teatro, educação física, matemática, português e música. É muito melhor estudar assim”.

PARCERIAS DE SUCESSO

Visando à formação dos servidores da Educação e o êxito das ações da pasta, a Prefeitura ainda mantém parcerias com faculdades públicas e privadas instaladas no município, de forma a realizar um intercâmbio duplo. “Os universitários têm um primeiro contato com o mercado de trabalho em nossa rede pública. Aqui, eles têm a oportunidade de aprender na prática, onde aprimoram o conhecimento e aprendem fazendo”, afirma a secretária.

Outros parceiros da Educação ganham destaque, como a UNICEF Brasil - na proteção da criança e adolescente; Instituto Ayrton Senna - que auxilia na distorção idade/ano; C&A - colabora na educação infantil; Universidade Federal de Alagoas, que auxilia na formação dos servidores públicos; Fundação Volkswagen - na formação de professores; Instituto Klapan na prevenção - capacitação de professores quanto à sexualidade e prevenção de jovens de 10 a 15 anos de idade e Mindlab - no estímulo à aprendizagem dos estudantes. ■

Sucesso com sistema apostilado de ensino

Sistema Anglo foi integrado nas escolas de Vargem Grande do Sul, oferecendo conteúdo e assessoria de capacitação profissional a alunos e profissionais; mudança vem provocando a migração de alunos da rede privada

• Fernanda Bertoncini

Localizada no interior de São Paulo, a cidade de Vargem Grande do Sul, vem se destacando desde 2014 na Educação, a partir de investimentos no método apostilado do Sistema Anglo de Ensino, que subsidia o Ensino Fundamental e Infantil das escolas da rede municipal.

Com orçamento de R\$ 60 milhões e população estimada em cerca de 40 mil habitantes, o município aplicou, em 2013, 28% dos recursos no setor, com iniciativas como a implantação de nova metodologia de ensino, além de incrementar a grade curricular com aulas de inglês e informática. Ao todo, 3.600 alunos de 12 escolas municipais foram beneficiados.

Segundo a diretora municipal de Educação, Fabiana Felisberto Faria, a adoção do Sistema Anglo conferiu maior eficiência e produtividade às salas de aula. “A adesão à metodologia trouxe benefícios como a organização do trabalho docente e escolar. Embora tenha diretrizes claras, os professores têm a liberdade de buscar outras didáticas e oportunidades para que ampliem suas aulas, desenvolvam projetos e participem de outras frentes projetadas pelo Departamento de Educação”, assegura.

Fabiana destaca que os alunos levam as apostilas para casa e estendem a absorção de conhecimento para um ambiente além da sala de aula, adicionando também que, após a implantação do Sistema Anglo, foi observada uma migração de alunos da rede particular para a rede municipal no período de matrícula para o ano letivo de 2015. “Os alunos obtiveram excelente resultado nas avaliações realizadas pelo Anglo (Prova Anglo Brasil), destacando a Educação de Vargem Grande do Sul à frente, inclusive, de outros municípios que adotam a mesma metodologia. Os bons resultados, aos poucos, conquistam mais adeptos à rede municipal. A escolha por uma escola particular muitas vezes é pautada por um questionamento da qualidade do ensino público. Essa dúvida praticamente foi zerada com a chegada do novo material pedagógico – o mesmo

distribuído nas escolas particulares credenciadas ao sistema Anglo – e com a evolução diária que ele possibilita”, afirma a diretora.

Além do kit de material didático destinado ao Ensino Fundamental, composto por apostilas e estojo, os estudantes do Infantil contam com suplementos de artes, CD Room, alfabeto móvel, livros de histórias, entre outros recursos.

CAPACITAÇÃO E APRIMORAMENTO

A escolha da nova metodologia atendeu a uma série de requisitos. De acordo com a diretora de Educação, foram levados em conta aspectos como o desenvolvimento da autonomia dos estudos dos alunos e a capacitação dos professores da rede municipal, de forma a estimular experiências que transcendem os muros da escola. “O método da Abril Educação, que gerencia o Sistema Anglo de Ensino, nos respalda nesses aspectos. São mais de 60 anos de tradição, com cerca de 700 escolas conveniadas em todo o País, e 300 mil alunos experimentando esse conceito educacional. Queremos garantir às nossas crianças uma sólida formação cultural e o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos”, defende Fabiana.

Adicionalmente, os professores da rede municipal são alvos constantes de capacitação profissional. Periodicamente são ministrados cursos, oficinas e palestras abordando temas relevantes para a Educação Fundamental e Infantil, com estímulo para todas as disciplinas, além de temas interdisciplinares, avaliações de desempenho, inclusão, entre outros.

Fabiana explica que os temas das capacitações visam a apoiar os educadores na busca por soluções para os desafios diários encontrados em sala de aula, além de estimular os estudantes a novas atividades e conteúdos. “É preciso mais do que capacitar o corpo docente. Precisamos motivá-lo. Incentivá-lo a ir além na busca por transmitir o conhecimento de forma efetiva e por meio de várias técnicas”, garante.



FOTO: DIVULGAÇÃO

EDUCAÇÃO NO CAMINHO CERTO

O caminho trilhado por Vargem Grande do Sul – distante apenas 235 quilômetros da capital – partiu da iniciativa da administração em melhorar o ensino. O Sistema Anglo de Ensino chegou à cidade por meio de processo licitatório, do qual saiu vitorioso ao atender todos os requisitos apontados pelo Departamento Municipal de Educação. “A Abril Educação participou do pregão e identificamos na metodologia o diferencial que buscamos para a educação da cidade. E os resultados obtidos até aqui mostram que fizemos a escolha certa”, pontua Fabiana Felisberto Faria.

A busca por educação gratuita de qualidade no município está em linha com os esforços nacionais de erradicar o analfabetismo e mudar a realidade de alunos em todo o País. É o que mostra o relatório divulgado em julho do ano passado pela UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância. Intitulado #ECA25anos, em alusão à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas últimas duas décadas e meia, o Brasil reduziu em 88,8% a taxa de analfabetismo na faixa entre 10 e 18 anos de idade, passando de 12,5%, em 1990, para 1,4% em 2013, segundo dados da Pnad-Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. Quando o assunto é a evasão escolar de crianças e adolescentes, a queda é de 64% no Ensino Fundamental, saindo de 19,6% dos alunos matriculados, em 1990, para 7% em 2013, de acordo com o levantamento da UNICEF.

SISTEMAS APOSTILADOS INVADEM A REDE MUNICIPAL EM SÃO PAULO

Levantamento realizado pelo Anglo, em 2011, mostrou que dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 44% - ou 282 cidades – utilizavam sistema apostilado de ensino, das quais 115 haviam abandonado completamente os livros didáticos oferecidos gratuitamente pelo Governo Federal. Comparado a 1998, quando não havia um único convênio dos sistemas com as prefeituras paulistas, o aumento é substancial.

De 2008 a 2011, o número de administrações públicas que aderiram ao método de apostilas saltou de 187 para 282, somente em São Paulo. O crescimento à adesão a este tipo de metodologia se dá pela busca de um melhor rendimento, tendência fortalecida pela divulgação dos resultados do Ideb-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2005.

Para a diretora do Departamento de Educação de Vargem Grande do Sul, a melhora no desempenho dos alunos é associada à qualidade do material fornecido, bem como ao auxílio na estruturação do trabalho pedagógico em sala de aula. “A soma de benefícios forma um kit. Temos as apostilas com conteúdo ótimo e atualizado, a formação continuada de professores e coordenadores, além de recebermos assessoria e sermos avaliados constantemente pelo Sistema Anglo de Ensino”, conclui. ■

FAZENDO O BEM OLHANDO A QUEM

Iniciativa do Terceiro Setor auxilia e contribui para escolas municipais e estaduais, além das comunidades locais

• Marianna Fanti

Com o objetivo de dar oportunidade de trabalho e reinserir pessoas fora do mercado formal de trabalho, além de conscientizar crianças das redes municipais e estaduais de educação e seus familiares sobre a importância da boa alimentação e os benefícios dos alimentos orgânicos, o técnico em Agropecuária e Políticas Ambientais, Hans Dieter Temp, fundou em 2003 a ONG-Organização Não Governamental Cidades Sem Fome, com sede na capital paulista. Visando a otimizar centenas de espaços ociosos espalhados pelo estado de São Paulo, Hans idealizou a construção de hortas comunitárias e escolares, que ganham vida por meio de parcerias com empresas privadas que aceitam patrocinar tais iniciativas, também chamadas de projetos sociais.

Entre as metas da ONG estão a capacitação de pessoas para produção de alimentos orgânicos e geração de renda para os mesmos. Para atingir estes objetivos, o primeiro passo é a execução dos projetos das hortas, por meio da captação de recursos públicos ou privados, e o segundo passo é a legalização sobre o uso de espaços urbanos, normalmente feitas por meio de contratos de comodato ou termos de utilização de espaço por tempo indeterminado. “Existem muitos espaços em São Paulo, embaixo de torres de energia elétrica, por exemplo. Neste caso, a companhia sai ganhando por não ter que se preocupar com invasões, apropriações, e manutenção do terreno, e nós ganhamos espaço para dar vida às hortas”, explica Hans.

INVESTIMENTO

Normalmente, os recursos para a construção destas hortas – comunitárias e escolares – são provenientes de empresas, fundações, ou até mesmo parcerias com Secretarias de Educação dos municípios. “Nosso objetivo é transformar esses projetos em políticas públicas”, afirma o fundador da ONG. “Queremos que secretarias de Educação de diferentes municípios compre essa ideia”, diz. Este recurso financia desde a compra das sementes e adubo, até a aquisição de maquinário para preparar o terreno para construção da horta. “Nosso primeiro patrocinador foi o Instituto Oi Futuro, do Rio de Janeiro, que colaborou para a construção de dez hortas em escolas públicas. Atualmente, o maior patrocinador das hortas escolares é a Fundação Cargill, entre outras empresas”, revela Hans. ▶







Hans Dieter Temp com aluno

HORTAS ESCOLARES

Desde 2010 a ONG Cidades Sem Fome, em parceria com diversos municípios dos estados de São Paulo e Paraná - entre eles a capital, Porto Ferreira e Ponta Grossa, já construiu cerca de 33 hortas que beneficiam, até hoje, mais de dez mil alunos e seus familiares. Em todos os casos, a única contrapartida das prefeituras envolvidas foi a concessão do espaço das escolas municipais. “Nosso objetivo com as hortas escolares é elevar a qualidade da merenda escolar, introduzindo nossa produção nas mesas destas crianças”, conta o técnico.

Além disso, mudar o imaginário infantil de que legumes e verduras não têm gosto, contribuindo para a redução e controle da obesidade infantil. “As crianças de hoje brincam apenas com eletrônicos, não sabem que o leite é tirado da vaca, muito menos onde nasce a beterraba. Para elas, é natural que o leite venha da gôndola do supermercado”, comenta o fundador do projeto.

Após a construção das hortas, a ONG disponibiliza acompanhamento técnico agrícola aos professores e funcionários das escolas durante todo o período do projeto - normalmente 12 meses - e, se necessário, após esse período também. “Nosso objetivo é que essas escolas deem continuidade nas hortas mesmo após o término do projeto”, revela Hans. “Inclusive as hortas e os alimentos pro-

duzidos são utilizados em sala de aula, para ilustrar matérias como matemática, biologia, etc”, reitera o fundador da ONG. “Percebemos uma mudança nos hábitos alimentares dos nossos alunos, que antes traziam muito salgadinho e refrigerante e agora adquiriram o hábito de comer legumes e verduras”, conta Vera Lúcia, diretora da Escola de Ensino Fundamental do CEU Três Pontes, localizado no Jardim Célia, em São Paulo. Esta é uma das escolas municipais beneficiadas pelo projeto da ONG Cidades Sem Fome, cujo projeto é financiado pela fundação Cargill até o final deste ano. “Toda orientação técnica e acompanhamento mensal vem do Hans, e o patrocínio da Cargill”, explica a diretora. “Após o término do projeto, nossos professores e funcionários pretendem dar continuidade na horta com o que aprenderam”, conta Vera. Além de complementar a merenda escolar com os alimentos da horta, da EMEF do CÉU Três Pontes, ainda envia os alimentos excedentes para as famílias dos alunos e funcionários da escola, visando à mudança do hábito alimentar das famílias.

Segundo o professor e diretor Regional de Educação de São Miguel Paulista, Manoel Romão, “as crianças não têm o hábito de ver o desenvolvimento de um vegetal, então do ponto de vista pedagógico esse projeto representa muito para elas. Saber que o mundo não é só de concreto, que existe o mundo verde também”, afirma.



“O mundo não é só
de concreto, existe
o mundo verde também”

HORTAS COMUNITÁRIAS

Hoje, 22 hortas comunitárias espalhadas por São Paulo e Santos beneficiam 120 pessoas e suas respectivas famílias, que vivem exclusivamente da renda gerada com a comercialização desses produtos. A construção das hortas comunitárias tem um processo um pouco diferenciado das escolares, pois, neste caso, a horta desponta como uma forma de trabalho e renda para a comunidade local. Por este motivo, a ONG Cidades Sem Fome tem como protocolo entrar em contato com as lideranças sociais na localidade onde será implantada a horta – normalmente pré-determinada pelo patrocinador, tais como ONGs, igreja, associações de bairro, etc. “Fazemos reuniões prévias com a comunidade para explicar o projeto e captar pessoas interessadas em participar”, explica o coordenador.

Segundo ele, existem três critérios de seleção para triar as pessoas que irão trabalhar nas hortas comunitárias: o primeiro deles é atender pessoas em situação de carência – financeira e social. Em segundo, é necessário que as famílias não façam uso de nenhuma assistência governamental e em terceiro e último, dar prioridade às famílias com maior número de filhos. No segundo momento vem a capacitação dessas pessoas

- normalmente com baixa ou nenhuma escolaridade, por meio de oficinas e cursos práticos. “Eles aprendem no dia a dia”, diz Hans.

Os produtos colhidos são vendidos regionalmente para moradores, restaurantes e bares da localidade, a fim de evitar custo com a logística do transporte destes alimentos. O valor arrecadado é dividido exclusivamente entre as famílias que participam do projeto – o montante total é dividido pelo número de trabalhadores e multiplicado pelo número de dias trabalhados por cada um, para que não haja injustiça.

No geral, os projetos de hortas comunitárias também conseguem patrocínio para no máximo um ano e meio e, após este período, ele deve andar sozinho. “O objetivo do patrocínio é apenas garantir o aprendizado dos envolvidos no período de incubação do projeto. Depois disso as pessoas já estão habilitadas para seguir sozinhas”, completa.

Já a concessão do terreno, normalmente, é feita por tempo indeterminado. Outro diferencial das hortas comunitárias é que, após cessado o patrocínio, esses projetos sociais ganham vida jurídica para poder comercializar legalmente seus produtos em estabelecimentos comerciais. ■

GUARAREMA LEVA CULTURA A DEFICIENTES VISUAIS

Município do interior de São Paulo se antecipa a projeto em trâmite no Senado e oferece espaço integrador aos moradores

• Robson Gisoldi

Muitas vezes exemplos de projetos públicos de sucesso em grandes cidades acabam surgindo de pequenas experiências, em regiões menores. Um bom exemplo é a Estação Literária “Professora Maria de Lourdes Évora Camargo”, localizada na cidade de Guararema, interior de São Paulo. A iniciativa simboliza uma ação integradora que pode servir de inspiração para outras metrópoles do País.

Um dos principais equipamentos de Educação e Cultura de Guararema, o espaço é um dos poucos existentes em cidades de pequeno porte que possuem seção destinada para deficientes visuais. Em dezembro, o Senado aprovou o projeto (PLS 138/2014), que determina que todas as bibliotecas públicas nas cidades com mais de 50 mil habitantes deverão garantir atendimento especializado e reservar espaços exclusivos às pessoas com deficiência visual.

Mesmo não se enquadrando no projeto, que futuramente poderá virar lei caso seja aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Guararema, com pouco mais de 28 mil habitantes, já possui esse espaço no interior da biblioteca pública da cidade desde a inauguração do prédio, em setembro de 2012.

A diretora responsável pela Estação, Luciana Rodrigues, afirma que o empreendimento foi estruturado com atenção especial à infinita possibilidade de convivência, pois o espaço físico propõe total mobilidade e acessibilidade. “Assim, como promotor da diversidade, foi idealizado para acolher todos os públicos. Idade, origem, nacionalidade, condição física ou intelectual não são barreiras. Neste contexto, recebemos o cadeirante, pois o espaço tem rampa acessível, elevador e há espaço adequado para circulação. A pessoa obesa encontra assentos especiais no auditório. A pessoa com deficiência visual encontra equipamentos que permitem sua socialização na comunidade e a utilização vai além, pois os idosos também têm condições de se apropriar do equipamento, uma vez que ao

longo dos anos tendem a sofrer com a baixa qualidade da visão”, destaca.

No espaço são disponibilizados, tanto para os deficientes visuais que são totalmente cegos, quanto às pessoas que possuem visão reduzida, equipamentos de tecnologia assistiva, utilizados para auxiliar deficientes visuais no processo de leitura. No total são cinco equipamentos, sendo dois computadores com teclados para baixa visão que possuem dois softwares diferentes: o Windows Eyes, voltado para pessoas totalmente cegas, que permite que o usuário navegue normalmente com orientação sonora sobre todos os movimentos e leitura de tela e o ZoomText, para pessoas com baixa visão, que permite a ampliação da fonte para o nível desejado, assim como o controle de luminosidade e contraste.

Outro equipamento de assistência às pessoas cegas e que podem ser usados também por alfabetos é o Poet. Trata-se de um leitor autônomo que funciona como um scanner, permitindo que o usuário faça a leitura de qualquer material textual, transformando-o em áudio ou Braille. Já as duas unidades existentes da lupa eletrônica Smartview permitem aos usuários de visão reduzida ampliar a visualização de acordo com sua necessidade, e também ajuste de cores, luminosidade e contraste.

Além dos equipamentos, a Estação Literária conta ainda com um acervo com aproximadamente 80 exemplares de livros em Braille e 110 exemplares de livros falados, que são gravações dos conteúdos dos livros, lido em voz alta.

No último dia 13 de dezembro foi lembrado o Dia do Deficiente Visual. De acordo com o Censo 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cerca de 5% da população brasileira se declaravam deficientes visuais. Esse número representa cerca de seis milhões e meio de pessoas. Desses, entre 500 e 600 mil são cegos totais. ■



FOTOS: PREFEITURA DE GUARAREMA



Luciana Rodrigues considera que o projeto pode ser uma referência para outras regiões. "Todos os municípios têm pessoas que estão à margem e é urgente que essas pessoas possam ser vistas e respeitadas em suas diferenças. A preocupação de Guararema com o cidadão está em diversos equipamentos. Além da Estação Literária, que está equipada para receber diferentes públicos, o município conta com uma escola de Educação Complementar, que atende, em suas especialidades e especificidades, alunos da Rede Pública Municipal com deficiências diversas. A partir de um trabalho coeso e direcionado, espera-se atingir o bem-estar dos munícipes na valorização e garantia do exercício da cidadania", afirma.

Segundo a representante de Guararema, uma das dificuldades para implementação do projeto foi mensurar e comprovar a importância de algo que ainda é desconhecido. "Muitas vezes as pessoas preferem ignorar o que ainda não conhecem, acreditam verdadeiramente que do jeito que está já está bom. E, ao serem apresentadas para o novo, algo que vai desenvolver novos hábitos, vai aproximar as pessoas em suas diferenças, pode causar inicialmente um forte impacto e uma certa rejeição. Em alguns momentos, sobretudo inicialmente, um equipamento que se mostra à frente do seu tempo pode ser visto como um elefante branco", avalia Luciana, acrescentando que depois que as ações foram implementadas e que o equipamento assumiu realmente seu papel de aproximação das pessoas e promotor da diversidade cultural, os desafios se modificaram.

RESULTADOS

O equipamento apresentou um crescimento significativo nos três anos de funcionamento.

"O desafio para 2016 é fazer com que mais pessoas o conheçam, principalmente as pessoas que se sentiam intimidadas de entrar, pois julgam que tudo o que existe não é para elas, que é a histórica elitização dos equipamentos culturais", projeta Luciana Rodrigues.

De acordo com o planejamento da Estação, um dos objetivos a ser alcançado é o de estreitar parcerias com outras frentes da sociedade. Atualmente existem parcerias bem estabelecidas com a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social – Centro de Referência na Assistência Social, Secretaria de Saúde – Centro de Atenção Psicossocial e alguns projetos educacionais.

A Estação Literária é um espaço público localizado na Rua 19 de Setembro, no 233 e funciona durante a semana e aos sábados, domingos e feriados. O telefone para informações é: (11) 4695-3871.



FOTO: CIETE SILVERIO

PROGRAMA “FAMÍLIA PAULISTA” PRETENDE ERRADICAR POBREZA EM SÃO PAULO

Com investimento da ordem de R\$ 310 milhões, projeto atenderá a 200 mil famílias até 2019

• João Pedro Schleder

Combater a pobreza extrema, provendo o desenvolvimento econômico e social dos núcleos familiares. Este é o objetivo do programa “Família Paulista”, lançado em dezembro de 2015 pelo governo de São Paulo. Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, o programa, inicialmente, repassará R\$ 77,5 milhões a 27 municípios da Região Metropolitana, alcançando 50 mil famílias que residem em territórios de alta vulnerabilidade social. Até 2019, a expectativa é atender cerca de 200 mil famílias e investir mais de R\$ 310 milhões.

O montante deverá contemplar a expansão da rede de água, esgoto e energia elétrica, a pavimentação de vias públicas, a construção ou revitalização de áreas de lazer ou espaços coletivos de convivência. Cada cidade receberá investimento Fundo a Fundo, para implementação do programa. A família não receberá o dinheiro e, sim, a Prefeitura, que terá o papel de agente social no cumprimento do Plano de Trabalho do Município. “O objetivo não é só a transferência de renda, mas, sim, em como a família deverá dialogar com as áreas da habitação, educação

trabalho e renda, saúde. Portanto, o programa é focado no indivíduo, família e comunidade”, afirma o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

As cidades atendidas, de acordo com dados do IBGE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-SEADE, concentram 57% da população em extrema pobreza do estado. O critério de seleção das cidades teve como base o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social-IPVS e o Índice Paulista de Responsabilidade Social-IPRS. Há, no estado de São Paulo, um milhão de pessoas nessas condições, o que equivale a 2,63% da população.

A ação com as 27 primeiras cidades durará 24 meses. O período contempla quatro meses para planejamento inicial e capacitação em parceria com município, 12 meses de trabalho intensivo com as famílias e mais oito meses para o acompanhamento e avaliação de resultados. “A ideia é acolher a família, entrar na casa dela e identificar quais são suas necessidades para, a partir daí, construir juntos uma saída. E vamos fazer isso junto com as prefeituras”, resume o secretário de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro. ■

Muita gente não sabe,
mas no ABC estão algumas
das empresas mais
promissoras do Brasil.

**É exatamente por isso
que estamos aqui:
Pra fazer todo mundo saber.**

Fale conosco: 11 2199.2299 - atendimento@agenciamemories.com



agência
memories



GALHOS DA MESMA ÁRVORE

Por meio da cultura, arte e emprego, pessoas em situação de rua são reincluídas na sociedade

• Veneza Macauba

Sinônimos de moradia, logradouros como parques, viadutos, calçadas e becos abrigam hoje cerca de 1,8 milhões de brasileiros, que vivem em situação de rua. Conflito familiar, dependência química, patologias psíquicas e principalmente dificuldade financeira por falta de emprego são motivos que fazem destas pessoas nômades urbanos, fenômeno, aliás, globalizado, com dificuldades que precisam ser entendidas como processuais e que demandam conquistas gradativas. Com o intuito de fazer valer a cidadania, instituições públicas e privadas implantam programas para reincluir na sociedade esta parte da população.

SÃO PAULO - O OLHAR DA CIDADE

Os pés descalços trazem marcas de quem anda pelas ruas há quinze anos. A cena do próprio pé ao lado do chinelo de dedo, sobre o asfalto rachado, foi a imagem fotografada por Rudnei Barbosa, 30 anos, morador de rua em São Paulo. A foto, segundo o autor, faz alusão à realidade dos brasileiros, que precisam ter os pés no chão para buscar seus objetivos. A imagem foi escolhida para compor o calendário “Minha São Paulo”, que faz parte do projeto “Minha Grande São Paulo - O Olhar da Cidade, desenvolvido pela Secretária Municipal de Direitos Humanos, que visa à inclusão das pessoas em situação de rua na sociedade, por meio da arte e cultura.

Cem frequentadores do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop de São Paulo - foram convidados a registrar cenas da cidade. Portando máquinas descartáveis, capazes de capturar 27 imagens, os fotógrafos puderam usar a sensibilidade única de só quem já morou nas ruas possui. A atividade rendeu 4800 fotos. A determinação dos organizadores era que o primeiro clique fosse um autorretrato. O júri escolheu 20 imagens, que foram apresentadas durante o 3º Festival de Direitos Humanos, a fim de serem escolhidas as 14 melhores para comporem o “Calendário Minha São Paulo” 2016. Como forma de retribuição, cada foto selecionada rendeu ao autor a quantia R\$100 e todos participantes que devolveram os equipa-

mentos ganharam um valor simbólico de R\$10.

A versão original do projeto tem origem inglesa. Denominada Café Art, com sede no Reino Unido, promove competição fotográfica entre pessoas em situação de rua. A ação faz parte de uma das atividades da ONG With One Voice, que tem multiplicado a ideia em outros países, como Canadá, Japão e agora no Brasil. A parceria entre as nações se dá por meio de intercâmbio e da troca de conhecimento, além da capacitação profissional. O interesse de implantar o modelo no Brasil surgiu em 2013, quando representantes do País conheceram o trabalho da Streetwise Opera e da People’s Palace Projects, e identificaram a preocupação dos governantes e organizações em aplicar projetos culturais e artísticos para a população em situação de rua.

Com a metodologia de multiplicar boas práticas, os brasileiros, por sua vez, levaram a Londres a exposição de bonecos ‘Eu Existo’, oficina ministrada pelos artistas plásticos Helder Oliveira e Wagner de Almeida, e teve a proposta de incentivar os frequentadores do Centro Pop Rua a desenvolverem bonecos semelhantes ao humano, a fim repassar sentimentos e emoção através de suas criações. A ideia, que será compartilhada pela organização inglesa, já foi exibida em Nova York e Barcelona.

De acordo com o coordenador Adjunto de Políticas para População em Situações de Rua, Rafael Alves da Silva, o objetivo é despertar nestas pessoas a reflexão sobre a vida, incluí-las de forma participativa na sociedade e criar fundo para financiar programas que visam a beneficiar esta parte da população. O resultado do primeiro experimento com o calendário foi positivo e surpreendeu os organizadores. “Achamos que tínhamos imagens comuns de vielas, viadutos ou periferias, que é a realidade delas; porém, fomos impactados com mensagem subliminar sobre direitos humanos, equidade, pontos turísticos e recordações de infância”. Outro fato que chamou atenção foi o número de pessoas que devolveram as máquinas. “Das 100 máquinas fotográficas entregues foram devolvidas 92, maior que no Canadá e em Londres, que tiveram média de 80 devoluções”, conta o coordenador. ▶



Quem se deparar com a história de vida de Sebastião Nicodemos de Oliveira, 47, conhecido por todos como Tião, percebe a importância de programas de inclusão social e locais de abrigo e atendimento para a população de rua. Usuário por seis anos do Centro Pop Rua e albergues de São Paulo, foi na Instituição Arsenal da Esperança que encontrou abrigo após um grave acidente. Sem lugar para morar e sem trabalho, Tião foi acolhido na instituição, onde aprendeu o artesanato, sua atual profissão. Escritor e protagonista de peças teatrais, recentemente participou do longa *Uma noite em Sampa*, de Hugo Giorgetti. Ainda apoia e participa de vários projetos sociais e atualmente tem buscado meios de desenvolver um festival de música para a população de rua.

SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO PAULO

O município de São de Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social-SMADS, oferece atualmente uma rede socioassistencial com 72 Centros de Acolhida que, juntos, disponibilizam cerca de 10 mil vagas, atendendo homens, mulheres, idosos, famílias e imigrantes. Tais locais funcionam durante 24 horas por dia, e lá os moradores em situação de rua podem tomar banho, pernoitar, jantar, tomar o café da manhã, almoçar e são ainda incentivados a participar de atividades de convivência. Além disso, mantêm articulação com a Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, parcerias com o SENAI, SENAC e também com outras instituições para potencializar os encaminhamentos das pessoas atendidas em capacitações profissionais e no mercado de trabalho, tendo como missão convencê-los a deixarem as ruas.

DISTRITO FEDERAL - A FORÇA DA CONVIVÊNCIA

Porta-vozes da cultura. É assim que eles são reconhecidos em Brasília. Comercializar uma revista com informativo cultural sobre a região é apenas uma das funções de algumas pessoas em situação de rua, protagonistas do projeto de inclusão social que acontece no Distrito Federal. Há dez anos seus organizadores haviam tentado implantá-lo e finalmente, em novembro de 2015, foi definitivamente concluído por meio de Lei do Distrito Federal de Incentivo Fiscal, para realização de projetos culturais.

A ideia já é praticada em mais de 123 países e manteve a mesma proposta no Brasil. Idealizado pelo jornalista André Noblat, também editor-chefe da Revista *Traços*, o projeto visou a promover a reinserção social da população de rua, utilizando uma publicação como ferramenta. “Identificamos a falta de informativo cultural sobre o Distrito Federal; então, a ideia desde o início foi unir informação de qualidade e a participação total de pessoas em situação de rua”, explica André. “*Traços*” vai além de um meio de comunicação, tem a função de despertar na sociedade o olhar para uma população estigmatizada. Fazê-la porta-voz da cultura foi uma maneira de valorizá-la, além de despertar autoestima e a sensação de sentir-se útil”, conclui.

A forma com que os porta-vozes da cultura enxergam a cidade é distinta dos demais; além de conhecerem sua história e política, narram as próprias experiências de superação. A revista trouxe a estas pessoas a possibilidade de gerar renda, é o que explica a coordenadora administrativa, Michele Cano. “O porta-voz compra o exemplar por R\$ 1,00 e a venda por R\$ 5,00. O valor que sobra é usado para comprar novas revistas e, assim, continuar o ciclo de convivência”.



FOTOS: THAIS MALLON



O PROJETO

A revista Traços é uma das ações apoiadas pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, e os Porta-Vozes da Cultura são frequentadores do Centro Pop Rua de Brasília e de Taguatinga. Para dar início ao projeto foram selecionadas 50 pessoas, qualificadas por meio de oficinas de vendas, fotografia, conteúdo cultural e jornalístico, que receberam 30 exemplares além do código de ética da revista. “Em apenas quatro meses o projeto da revista incluiu mais de 60 usuários na unidade e, destes, sete já estão deixando as ruas e se inteirando novamente na sociedade”, relata o gerente do Centro Pop de Brasília, Luan Grisolia. Segundo ele, os profissionais da Unidade têm demonstrando um imenso potencial de incentivá-los a superarem a situação de rua. “Foram iniciados dois grupos de atendimento, um com parte dos participantes da revista focada na preparação para a moradia e, outro, com usuários de álcool e outras drogas, na redução de danos e no tratamento da dependência” completa.

CENTRO POP RUA - DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal também atende à Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, com dois Centros POP Rua; em Brasília e Taguatinga, as unidades atenderam um total de 2375 pessoas, em 2015.

No Centro, os usuários recebem atendimento socioassistencial individual/grupal; participam de oficinas e atividades com foco na garantia de direitos e inserção social e cultural; banho; lavanderia; lanche; guarda de pertences e documentos. Reincluir estas pessoas no mercado de trabalho é o grande desafio, e é o que Luan presencia diariamente. “A sociedade carrega muitos preconceitos, e a falta de oportunidade frustra a maioria delas. Por isso, o Centro Pop Rua cria alternativas de trabalho e moradia”, explica o gerente.

A inscrição no Cadastro Único para programas sociais e cursos profissionalizantes do Senai e Pronatec faz parte da programação. Na unidade de Brasília foram ministrados no ano passado cursos de jardinagem e biojoias. A média de atendimento dos centros é de 130 usuários por mês. ▶



FOTO: ABAETA

DAS RUAS PARA O MERCADO DE TRABALHO - SÃO LUÍS

O conjunto arquitetônico localizado no Centro Histórico de São Luís, capital maranhense, tem sido a moradia daqueles que chegam do interior à cidade grande em busca de uma vida melhor. Motivos como a frustração por não conseguirem o sonhado emprego, problemas familiares e a dependência de substâncias psicoativas induzem estes maranhenses a fazer de imóveis abandonados, canteiros e viadutos, seus lares, provisórios ou permanentes.

Na busca de minimizar este conflito, a gestão municipal tem priorizado o atendimento às pessoas em situação de rua, por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social-SEMecas, que oferece todos os serviços necessários para promover a reinserção desta população na sociedade e capacitá-la para o mercado de trabalho, além de ser o intermediador entre o empregado e empregador. É o que explica a superintendente de Enfrentamento à Violação de Direitos, Raimunda Vilma Oliveira Vieira. “Os Centros Pop fazem articulação, sensibilização e identificação dos postos de trabalho viáveis nos seus territórios de abrangência, ao

FOTO: MAURICIO ALEXANDRE



FOTO: HONORIO MOREIRA

mesmo tempo que trabalha na perspectiva de garantir o acesso dos seus usuários à documentação e à qualificação para ingresso no mundo do trabalho”.

‘Aprender e Transformar’ é um exemplo. O programa da prefeitura de São Luís, em parceria com as Casas Bahia, beneficiou em 2015, cinco usuários do Centro Pop, com novos empregos. Cursos profissionalizantes de pedreiro, pintor e electricista, além de cursos de vendas oferecidos pelo Pronatec e Senac, e isso têm mudado a vidas de pessoas. Antes sem perspectiva de vida, agora empregadas, sentem-se mais motivadas a retornar ao convívio familiar. Para fazer valer o direito da moradia, a Prefeitura tem incentivado esta parte da população a se inscrever no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal: Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Atualmente, 12 usuários e famílias acompanhados pelos Centros Pop foram contemplados com casas próprias por meio do programa Minha Casa Minha Vida, e 58 são beneficiários do aluguel social. Segundo Raimunda, 43 acessaram o Programa Bolsa Família, tendo neste benefício um importante incremento de renda.

Para acesso ao aluguel social financiado com recursos do Tesouro Municipal, os usuários precisam ser atendidos pelos Centros Pop e, mediante avaliação técnica realizada pela equipe de referência, são encaminhados para os procedimentos de abertura de conta junto à instituição bancária. As unidades também contribuem para busca e localização do imóvel a ser locado. De acordo com a gestão municipal de São Luís, o trabalho realizado tem a finalidade de contribuir para o acesso das pessoas em situação de rua a todos os seus direitos legalmente constituídos, com oferta direta e articulada dos serviços das diversas políticas públicas e da parceria com órgãos e instituições de outras esferas de governo. Para garantia do atendimento das demandas apresentadas oferecem unidades públicas estatais, sendo Dois Centros Pop, localizados nos territórios do Centro e da Cohab/Anil e um Abrigo Institucional para Pessoas em Situação de Rua.

Enfim, servem de bom exemplo estes municípios que têm cumprido o Decreto Nacional nº 7.053 de Dezembro de 2009. Determinado pelo Poder Executivo Federal, tal decreto autoriza e incentiva o firmamento de convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e coparticipação de fóruns, movimentos, comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas. ■

VALENDO CINCO MILHÕES DE DÓLARES

Ação criada pelo ex-prefeito de Nova Iorque premiará cidades que tiverem projetos voltados ao bem-estar da população

• Gil Mendes

Cidades brasileiras podem ganhar até cinco milhões de dólares em 2016, das mãos do ex-prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg. Para que isso ocorra é necessário que elas se inscrevam na Mayors Challenge, uma espécie de competição onde cidades da América Latina precisarão apresentar projetos que visem a colocar, na prática, ideias possíveis para melhorar a vida de seus habitantes. A iniciativa é da Bloomberg Philantropies, instituição mantida pelo político norte-americano que já organizou duas edições do mesmo prêmio, uma apenas com cidades dos Estados Unidos e outra com municípios europeus.

Na primeira edição da Mayors Challenge, em 2013, a cidade Providence foi a grande vencedora, com uma proposta de preparação para que todas as crianças do município tivessem sucesso escolar. No ano seguinte, a campeã foi Barcelona. A capital da Catalunha ganhou a competição após apresentar o projeto de uma rede colaborativa de cuidadores de idosos, para que este tenham uma vida mais digna, tendo em vista que em 2040 a cidade espanhola terá 25% da população com mais de 65 anos.

Neste ano, podem concorrer ao prêmio, cidades da América Latina e Caribe, com população de 100 mil habitantes ou mais. Com isso, 900 cidades, de 21 países, estão aptos a participar do concurso e um terço desse número está no Brasil, já que 300 cidades do País podem se candidatar. As propostas a serem inscritas devem ter como base: solucionar um importante problema social ou econômico na área local; melhorar o atendimento para cidadãos ou empresas; criar ganhos de eficiência no governo ou reforçar o comprometimento perante os cidadãos no governo local. “As cidades de todo o mundo estão buscando inovações em políticas públicas e as ci-

dades da América Latina e do Caribe têm se destacado nesse sentido. Expandir o Mayors Challenge para a América Latina e Caribe proporciona novas oportunidades de progresso para vários problemas que afetam as vidas dos cidadãos. Estamos ansiosos para ver as novas ideias que surgirão dos criativos líderes em toda a região”, afirma Michael Bloomberg, que foi prefeito de Nova Iorque por três mandatos consecutivos.

A comissão julgadora do concurso levará em conta se o projeto tem potencial de impacto, plano de implementação, ideia e alcance de propagação em outras cidades. A organização do prêmio também avaliará se os municípios participantes aproveitaram recursos, talentos e criatividade de outros setores e de seus habitantes. Além de membros da Bloomberg Philantropies, farão parte do comitê de seleção especialistas de políticas urbanas, principalmente ligados à América Latina e Caribe.

Cinco cidades serão escolhidas para a fase final do prêmio. A campeã ganhará o prêmio de cinco milhões de dólares, enquanto as demais receberão prêmio de um milhão de dólares, cada. As finalistas também terão o apoio da organização do prêmio para implementação dos projetos e na documentação das lições aprendidas durante o processo. ■

PRAZOS:

- Até 15 de março de 2016 todas as cidades devem se inscrever na competição através do e-mail mayorschallenge.bloomberg.org
- Até 15 de abril de 2016 todas as cidades devem enviar suas ideias
- Até o final de junho de 2016 serão anunciados aproximadamente 20 finalistas
- Em julho de 2016 as equipes das cidades finalistas participarão do Ideas Camp, que é uma reunião de dois dias onde as cidades finalistas trabalham com peritos, para ampliar e fortalecer seus projetos
- No segundo semestre de 2016, serão anunciadas as cinco cidades vencedoras.

Cases vencedores

2013 – Providence-EUA - O projeto Providence Talks, vencedor do grande prêmio do Mayors Challenge dos EUA, propôs mudar o fato de que, ao completarem quatro anos de idade, as crianças de baixa renda do município teriam escutado milhões de palavras a menos do que crianças de famílias mais ricas, afetando negativamente seu desempenho educacional no futuro. O piloto desse programa mostrou resultados promissores no aumento do número de palavras ouvidas pelos participantes do programa.

2014 – Barcelona-Espanha - A ação vencedora do grande prêmio da Mayors Challenge Europeia ajuda a coordenar as atividades de membros da família, vizinhos e cuidadores profissionais voltados aos idosos em situação de risco, para reduzir o isolamento. A cidade definiu um modelo de plataforma tecnológica e coletou um retorno significativo dos seus usuários. Um piloto ampliado ocorrerá neste ano, quando for atingida a meta final de beneficiar 20 mil idosos.

Ibirarema vira referência na gestão do lixo

Por meio de seu código do meio ambiente municipal, cidade instituiu por força de lei, planos de gerenciamento de coletas seletivas para os resíduos recicláveis e estabeleceu parcerias importantes com o setor privado e o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

• Robson Gisoldi

O dado é alarmante. A geração de lixo no Brasil aumentou 29% de 2003 a 2014, o equivalente a cinco vezes a taxa de crescimento populacional no período, que foi 6%, de acordo com levantamento divulgado em 2015 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais-Abrelpe. A quantidade de resíduos com destinação adequada, no entanto, não acompanhou o crescimento da geração de lixo. Em 2014, só 58,4% do total foram direcionados a aterros sanitários. Porém, alguns exemplos de gestão de resíduos sólidos observados no País chamam atenção, o que vale a pena conferir.

A pequena cidade de Ibirarema, com 7.235 habitantes, localizada no interior de São Paulo, é um exemplo. O município possui o programa Ibirarema Lixo Mínimo - adote Essa Ideia, que conquistou o primeiro lugar na categoria Órgão Público, na quinta edição do Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade. O valor de R\$ 15 mil em título de capitalização ou previdência foi entregue em cerimônia de premiação realizada em dezembro do ano passado, em São

Paulo, promovida pelo Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo-FecomercioSP.

O especialista em gestão e direito ambiental, Allan Oliveira Tácito, que é interlocutor de programas ambientais do município de Ibirarema, diz que por meio do programa Lixo Mínimo a cidade alcançou êxito na política ambiental voltada aos resíduos sólidos gerados. "Foi em especial na regularização do aterro sanitário, coleta seletiva, coleta e destinação adequada de resíduos de serviços de saúde, de resíduos de construção civil, de óleo de cozinha comestível usado, de óleo lubrificante usado, de pneumáticos inservíveis, de lixo eletroeletrônico, entre outros, além da substituição de sacolas convencionais por sacolas retornáveis ou biodegradáveis em todos os estabelecimentos comerciais e da política de compras e licitações sustentáveis na administração municipal", explica.

De acordo com o especialista, o município é reconhecido pelas ações aplicadas na área ambiental, recebendo reconhecimento pela Secretaria do Meio

Ambiente do Estado de São Paulo por meio do programa Município Verde Azul-PMVA, alcançando níveis elevados no Índice de Avaliação Ambiental, além Ministério do Meio Ambiente por meio do programa Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P, sendo em 2014 premiado em três categorias distintas como Gestão de Resíduos, Inovação na Administração Pública e Uso/Manejo de Recursos Naturais. Foi ainda considerado destaque na Conferência Internacional de Cidades Sustentáveis realizado em Brasília neste ano de 2015. "Temos adotado o critério de menos discurso e mais ação. Esse é o nosso compromisso", destaca Tácito, acrescentando que a administração crê na capacidade de normatização e ações práticas de destino adequada dos resíduos sólidos gerados no município. "A aplicação do Código Municipal de Meio Ambiente vem ao encontro da Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, gerando menos poluição, agregando renda aos catadores autônomos e qualidade de vida à população, bases do conceito de sustentabilidade", conclui.

“Temos adotado o critério de menos discurso e mais ação. Esse é o nosso compromisso”



FOTO: PREFEITURA DE IBIRAREMA

SISTEMA

O projeto realiza gestão e destinação corretas de resíduos na cidade. Respeitando a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS, definida pela Lei nº 12.305/2010, o programa criou um Código Municipal de Meio Ambiente, com planos de gerenciamento para coleta seletiva e destinação correta de itens como eletrônicos, óleo de cozinha e resíduos de construção civil, além de adotar uma política de compras e licitações sustentáveis.

Segundo o vice-prefeito da cidade, José Benedito Camacho, o programa estabeleceu pontos de entrega voluntária para pneus, óleo de cozinha, lâmpadas e lixo eletrônico. “Esses itens são levados para o processamento adequado e a reciclagem na cidade de Assis”, explica Camacho, destacando as ações entre os 24 municípios parceiros ocorrem também por meio do Consórcio Intermunicipal do Vale de Paranapanema. Para materiais como plástico, vidro, garrafa PET e alumínio foi implementada a coleta seletiva, que acontece semanalmente em Ibirarema. “Nesse caso, os resíduos são entregues a catadores autônomos, que comercializam os objetos e aumentam sua renda”, ressalta o vice-prefeito. Já com os rejeitos da construção civil, a Prefeitura usa trituradoras para transformá-los em cascalho. O material é utilizado para cobrir estradas que não tenham pavimentação asfáltica.

Com as estratégias colocadas em prática, a cidade já conquistou números relevantes: coleta de 500 litros de óleo de cozinha usados por ano; 200 toneladas de resíduos da construção civil por mês; 10 toneladas mensais de coleta seletiva; 20 toneladas anuais de eletrônicos; 20 toneladas de pneus e duas toneladas anuais de resíduos do serviço de saúde.

Entre os finalistas que concorreram na mesma categoria, estão, ainda, o Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis - SP, com o projeto Aplicação dos Princípios Fundamentais do Varejo na Prestação dos Serviços de Saneamento Ambiental do Município de Penápolis e a Prefeitura Municipal de Itabirito-MG, com o programa Educação Ambiental e a Sustentabilidade em Itabirito.

PRÊMIO

A assessora técnica do prêmio Fecomercio de Sustentabilidade, Cristiane Cortez, informa que Ibirarema se inscreveu voluntariamente no Prêmio e concorreu com outros municípios e outros órgãos da administração pública, sendo as temáticas variadas, como educação ambiental, água e resíduos sólidos. “Um pequeno município de cerca de sete mil habitantes mostrou que é possível fazer a gestão adequada dos resíduos sólidos, sanando os problemas do lixão, adequando o aterro sanitário, envolvendo os catadores, a administração pública e os moradores”, destaca.

A representante acrescenta que, por meio de seu código do meio ambiente municipal, instituiu por força de lei planos de gerenciamento de coletas seletivas para os resíduos recicláveis (papel, papelão, alumínio, lata, plástico, vidro, longa vida), lixo eletrônico (pilhas, baterias e lâmpadas), óleo de cozinha usado, pneumáticos inservíveis, resíduos de serviço de ▶

Lista de vencedores em todas as categorias

Microempresa

Bandejas e copos feitos de bagaço – Bio&Green (São Paulo-SP)

Pequena e Média

Plano Diretor de Sustentabilidade do Camará Shopping Center (Camaragibe-PE)

Grande Empresa

Projeto de Compostagem e Telhado Verde do Shopping Eldorado (São Paulo-SP)

Entidade Empresarial

Supermercados Mais Sustentáveis – Associação Paulista de Supermercados-Aspas (São Paulo-SP)

Indústria

Monitoramento Geoespacial na Cadeia de Fornecimento Bovino – Marfrigg (São Paulo-SP)

Órgão Público

Programa Municipal de Ibirarema: Lixo Mínimo – Prefeitura de Ibirarema (Ibirarema-SP)

Professor

Origem Sustentável – Tereza Cristina Melo de Brito Carvalho – Universidade de São Paulo (São Paulo-SP)

Estudante

Agricultura Urbana: Produção, Varejo e Consumo de Alimentos – Lya Cynthia Porto de Oliveira – Fundação Getúlio Vargas (São Paulo-SP) Reportagem Jornalística

Rádio/TV

“A Energia que Vem do Lixo” – Isabel Mega Araújo – BandNews FM (Brasília-DF)

Jornalismo Impresso

“Orgânicos na Mesa” – Antônio Melquiades Júnior – Diário do Nordeste (Fortaleza-CE)

Jornalismo Online

Especial multimídia “A Periferia Travada” – Roberta Soares – JC Online e NE10 (Recife-PE).



FOTO: PREFEITURA DE IBIRAREMA

saúde, resíduos da construção civil e embalagens vazias de agrotóxicos. Para tal, estabeleceu parcerias importantes com o setor privado e o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema.

Também, por força de lei, estabeleceu que o comércio substituisse as sacolas plásticas reutilizáveis, além de dar o exemplo na administração pública municipal, com a obrigatoriedade de uso de papel reciclável, a substituição de copos descartáveis por individuais e o estabelecimento da política de compras e licitações sustentáveis. “A cidade é uma referência para outros municípios. Nos últimos dois anos foi bastante discutida a necessidade da prorrogação do prazo do banimento dos lixões municipais. Eis que uma cidade pequena do Estado de São Paulo dá um excelente exemplo de como lidar com as questões dos resíduos sólidos, mostrando que mais do que orçamento, vontade, planejamento, disposição e gestão resolvem esta importante questão, que vem assombrando os municípios de todo o Brasil”, conclui.

Promovido pelo Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo do Estado de São Paulo-FecomercioSP, com a coordenação técnica da Fundação Dom Cabral-FDC, o Prêmio FecomercioSP de Sustentabilidade visa a estimular a prática da sustentabilidade por meio de projetos que agreguem valor a novos modelos de negócios, serviços e produtos.

Os trabalhos selecionados na premiação, que está em sua quinta edição, concorrerão em quatro categorias: Empresa (microempresa, pequena/média, grande empresa de comércio, serviços e turismo; entidades empresariais e indústrias); Órgão Público; Academia (professores universitários em atividade e estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação); e Reportagem jornalística (rádio/TV, jornalismo impresso e jornalismo online).

O critério “inovação”, entre outros, foi fundamental para a escolha dos finalistas. Além disso, a relevância para o negócio e para as demais partes interessadas e o nível de atendimento de um ou mais itens que compõem os 16 Princípios do Varejo Responsável fizeram parte dos critérios avaliados, que foram construídos pela Fundação Dom Cabral. ■

Vitória quer “exportar” modelo de monitoramento ambiental

Projeto Peixe Guia divulga modelo de monitoramento com metodologia canadense para avaliar qualidade das águas, saúde dos peixes e organismos que se alimentam de sedimentos de três rios capixabas

• Mariangela Devienne

O crescimento populacional, especialmente nas áreas metropolitanas, gerou passivos ambientais de difícil solução. Quanto mais gente, maior necessidade de emprego, moradia, equipamentos públicos e mais poluição de toda espécie. Nos municípios, investimentos estruturais não foram capazes de dar conta de promover o crescimento, com proteção aos recursos naturais. Um modelo socioeconômico excludente, que priorizou a produção e o consumo, gerou acidentes ambientais e empurrou um enorme contingente de pessoas para a vida em assentamentos precários às margens de rios, represas, córregos e topo de morros, onde há pouca ou nenhuma coleta e tratamento de esgoto. Isso se pensarmos somente em lançamento de esgotos domésticos. A saúde das águas está em perigo. É preciso monitorá-las, identificar contaminantes e propor soluções efetivas para devolver a vida ao ambiente aquático.

Este é o esforço de uma iniciativa do Instituto Aplysia, de Vitória, no Espírito Santo, que por meio de parceria com pesquisadores da Agência Ambiental Federal Canadense, desenvolveu um modelo de monitoramento das águas – batizado de projeto Peixe Guia – que vem sendo aplicado em três rios daquele Estado, o primeiro do Brasil a testar o projeto. Monitorar as águas não é novidade. Já é realizado pelos órgãos públicos ambientais nas diferentes esferas de governo, dependendo de sua competência legal. O diferencial deste monitoramento é trazer um modelo único e inédito no País. “No Brasil, as análises são aplicadas isoladamente e por diferentes atores. Não existe um modelo que englobe estas análises em conjunto. Propomos análises mínimas que, em conjunto, darão informações sobre a saúde do recurso hídrico”, explica a diretora-presidente do Instituto, Tatiana Furley. “Assim, ‘perguntamos’ aos peixes e aos organismos bentônicos – que vivem no sedimento – se eles estão ‘felizes’ de viver ali e ainda perguntamos aos recursos pesqueiros se eles estão em condições adequadas para o consumo humano”, completa.

Para a empreitada, o Instituto contou com apoio financeiro de 27 instituições, entre empresas, órgãos governamentais e comunidade, investindo R\$ 400 mil reais. O estuário de três importantes rios capixabas foi monitorado entre os anos de 2014 e 2015: rio Jucu, Santa Maria da Vitória e Benevente e em todos eles o projeto identificou efeitos severos na saúde dos peixes e organismos bentônicos coletados. “Indicamos que sejam realizadas intervenções no lançamento de esgotos

domésticos, bem como monitoramento”, afirma a pesquisadora. “Depois do diagnóstico correto e identificado o efeito ambiental, é preciso conhecer a extensão geográfica dele, conhecer a fonte poluidora para poder cessá-la e então acompanhar a recuperação usando ferramentas que traduzam a real saúde dos organismos”.

Tatiana acredita que o Peixe Guia pode se tornar uma referência no monitoramento no Brasil e, assim, ser replicável para outras regiões, como acontece no Canadá. Segundo ela, o modelo também está sendo usado em outros países, como Inglaterra, Japão e Chile. ■

PARA CONHECER MAIS:

O Guia Monitoramento dos Efeitos Ambientais em Recursos Hídricos pode ser encontrado no site do Instituto Aplysia (www.institutoaplysia.org), onde são observados detalhes de sua metodologia. Além de ajudar com a metodologia, realizando os ensaios, o Instituto pode ser parceiro de algum órgão local que queira implementar o método. Mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail tatiana@institutoaplysia.org

FOTO: INSTITUTO APLYSIA



Tatiana Furley, diretora-presidente

Parceria de sucesso para um campo limpo

Sistema ajuda municípios a darem destino final a embalagens de agrotóxicos

• Viviane Raymundi

A destinação dos resíduos sólidos é sempre um problema para os municípios. Afinal, os espaços de disposição de lixo em todo País são cada vez mais escassos, sem contar os altos custos de coleta, disposição final e aterramento adequados.

Para gestores municipais, se já é difícil lidar com os resíduos domiciliares, que em tese guardam os menores riscos para o meio ambiente, imagine o desafio quando o resíduo é considerado perigoso, tóxico, que pode provocar doenças graves e danos muitas vezes irreversíveis ao solo, água, ar e lençol freático. É o caso das embalagens dos agrotóxicos e defensivos agrícolas, que sobram por todo País, após o cultivo dos campos.

Mas, projeto implantado no Brasil há mais de 10 anos traz uma solução que ajuda os municípios a cuidarem dos resíduos gerados no seu território após o uso dos agrotóxicos, mais especificamente das embalagens dos produtos. Trata-se do Sistema Campo Limpo, que dá destinação ambientalmente correta para estas embalagens, atendendo o que é determinado por Legislação Federal, que estabelece a logística reversa para este tipo de resíduo.

TRABALHO CONJUNTO

Coordenado pelo Inpev-Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, o Sistema Campo Limpo é resultado do trabalho conjunto dos diversos elos da cadeia produtiva. Ou seja, produtores rurais, fabricantes, canais de distribuição de produtos fitossanitários, além do Poder Público, se unem para que as embalagens contaminadas sejam descartadas sem agressão ao meio ambiente e reaproveitadas. “Usamos o conceito da logística reversa antes mesmo de ela virar lei. O resultado é que em nenhum país do mundo alcança o índice de reciclagem de embalagens de agrotóxico que temos aqui no Brasil: 94%”, comemora Mario Fujii, gerente de Logística do Inpev e um dos responsáveis pela coordenação do Sistema Campo Limpo na entidade.

A maior parte das embalagens de agrotóxicos é rígida e predomi-

nam as plásticas. “Elas representam um problema porque podem ficar 400 anos para se decompor no meio ambiente”, lembra Fujii. Além disso, restos da substância química que permanece na embalagem também podem migrar para águas superficiais e subterrâneas, alcançar o solo e o lençol freático, representando alto risco de contaminação.

Outro problema grave é o reaproveitamento inadequado das embalagens: por serem plásticas e rígidas, pessoas com pouca informação podem reutilizá-las para armazenar água para o uso doméstico, por exemplo, colocando em grande risco a sua própria saúde e da sua família.

Por causa de todos estes impactos, a destinação correta da embalagem é fundamental. Neste sentido, o Inpev, criado em 2001 pelos fabricantes de defensivos agrícolas, é um facilitador do processo, porque cria meios para viabilizar a devolução da embalagem vazia pelo agricultor e encaminha o recipiente para a reciclagem. Por todo País, a entidade mantém mais de 400 unidades de recebimento de embalagens e, só em 2015, recolheu mais de 45,5 mil toneladas do material, que segue para a reciclagem e é reaproveitado como matéria-prima para vários produtos. Segundo Fujii, as embalagens são recicladas e transformadas em diversos produtos, como cruzeta de porta, conduíte corrugado, caixa de energia, caixa de bateria de carro, paleta para empilhar, etc. “Todos certificados pelo Inmetro-Instituto Nacional de Metrologia”, explica.

Como determina a lei federal que definiu a logística reversa, a responsabilidade pela destinação correta do resíduo deve ser compartilhada e cada elo da cadeia produtiva precisa fazer sua parte, para o sucesso do processo: a indústria é responsável pelo destino final e correto da embalagem; os vendedores e distribuidores de agrotóxicos devem indicar na nota fiscal o local onde a embalagem pode ser devolvida e os agricultores precisam fazer a tríplice lavagem ou a lavagem sob pressão dos recipientes após o uso e perfurá-los, além de devolver no local indicado na nota fiscal.

Mario Fujii, gerente de Logística do Inpev



FOTO: DIVULGAÇÃO

Responsabilidade de todos é definida por lei

A logística reversa é um instrumento usado para colocar em prática a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de um produto – de forma ambientalmente adequada, o fabricante tem de, após o consumo, dar o destino final ou reaproveitar o “rejeito” do produto que colocou no mercado. Mas, ainda segundo o conceito da logística reversa, a responsabilidade pelo processo não é apenas da indústria, mas também dos demais participantes do ciclo de produção e consumo do produto, ou seja, distribuidores, comerciantes, consumidores e o poder público.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305), de 2010, determinou que acordos de logística reversa fossem implantados para a cadeia produtiva de vários produtos, mas, para embalagens de agrotóxicos, ela já vinha ocorrendo desde 2000, após edição da Lei Federal 9.974/00. Dos acordos determinados pela PNRS, apenas a logística reversa para embalagens de óleos lubrificantes foi implantada. Para os demais (lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos, embalagens em geral e medicamentos), os acordos ainda estão em discussão.

COMO ADERIR

Para participar do Sistema Campo Limpo e da logística reversa das embalagens de agrotóxicos não são necessárias leis municipais, pois a responsabilidade pelo destino dos resíduos na cidade já cabe à prefeitura. O gestor público pode obter mais orientações sobre como participar do sistema entrando em contato com o Inpev, através do site inpev.org.br, ou buscar parcerias com entidades regionais que reúnam distribuidores de embalagens de agrotóxico.

PODER PÚBLICO

Outro papel importante nesta cadeia é o do poder público, principalmente o das prefeituras. “A colaboração das prefeituras é essencial. São elas que emitem o licenciamento para funcionamento das unidades de recebimento das embalagens e fazem a fiscalização do descarte irregular, que pode dar multa. Além disso, as prefeituras atuam na educação e conscientização ambiental da população, mostrando a importância do cumprimento da lei”, detalha Fujii.

No interior de São Paulo, por exemplo, a Prefeitura Municipal de Jundiá é uma das que aderiu ao Sistema Campo Limpo. Além de distribuir cartilhas para orientar agricultores sobre a forma correta de descarte, o governo municipal facilita a coleta itinerante das embalagens de agrotóxicos. Desde 2010, ao menos duas vezes por ano, um caminhão-baú especial vai a um ponto da cidade para receber as embalagens. A Prefeitura ainda divulga a visita e incentiva os agricultores de Jundiá e de outras cidades da região a levarem suas embalagens ao local escolhido. Para esta ação, a Prefeitura conta com o apoio da Adiaesp-Associação dos Dis-

tribuidores de Insumos Agrícolas do Estado de São Paulo, uma das muitas entidades regionais do País, também criada para facilitar o cumprimento da logística reversa das embalagens de agrotóxicos. “Procuramos sempre um lugar acessível, como o pátio de igreja, um clube ou uma associação de moradores para estacionar o caminhão. O técnico da Adiaesp que vai recolher o produto está preparado, usando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados. E o agricultor de qualquer cidade da região pode trazer a embalagem ao caminhão de coleta. Não precisa ter a propriedade em Jundiá”, explica Sergio Mesquita Pompermaier, engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Turismo de Jundiá.

Com 1.500 propriedades rurais, segundo o Lupa (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo), Jundiá é uma das cidades do Circuito das Frutas do interior do Estado e tem observado uma boa adesão ao programa de coleta de embalagens de defensivos agrícolas. Só na última edição do programa, em novembro de 2015, foram quase oito mil embalagens coletadas. ■

Capital Verde

Bristol, na Inglaterra, traz vários exemplos de como reduzir poluentes e engajar cidadãos em uma causa

• Rodrigo Tavares

Para se tornar a capital verde da Europa de 2015, título dado pela União Europeia, a cidade de Bristol, no sudoeste da Inglaterra, implantou várias soluções para melhorar a vida de seus habitantes, ao mesmo tempo em que reduz suas emissões de poluentes. Várias delas podem ser uma inspiração para municípios brasileiros. As ações realizadas pela cidade incluem mudanças no trânsito, na iluminação pública, no trato com o lixo e o engajamento dos moradores.

Na década passada, a cidade foi escolhida para receber um programa piloto do governo britânico de diminuição da poluição, em nível municipal. Em 2003, o Reino Unido estabeleceu a meta de reduzir suas emissões de poluentes em 60% até 2050, tendo como base o total gerado em 1990. Em 2009, essa meta foi alterada para 40% de redução até 2020 e de 85% até 2050.

Embora seja uma cidade de porte médio, com 442 mil habitantes, Bristol sofre bastante com o trânsito, pois está inserida em uma região metropolitana onde vivem 1.1 milhão de pessoas. Para amenizar as longas filas de carros que se formam nos horários de pico, a prefeitura investiu na melhoria do transporte público e na redução do espaço para os carros.

Em Bristol, também circulam ônibus de dois andares, mas nas cores branca e roxa. Para atrair mais pessoas a eles, o plano foi criar faixas exclusivas e tornar a viagem mais fácil e agradável. As informações sobre rotas e horários são afixadas nos pontos e distribuídas em folhetos nas estações principais, o que facilita o planejamento das viagens. O bilhete para o ônibus pode ser comprado via celular. O passageiro informa em um aplicativo onde está e para onde vai, pois a tarifa

é calculada de acordo com a distância, e então recebe um código para mostrar ao motorista. Os veículos da cidade, que circulam sem cobrador, aceitam apenas o valor exato da tarifa. A frota atual está sendo trocada por veículos híbridos, que funcionam com energia elétrica ou diesel e ônibus 100% elétricos. Os novos modelos oferecem wi-fi gratuito para ser usado durante a viagem, de modo a atrair o público, que não desgruda do celular.

Para os carros, as ações foram mais drásticas. Em vez de criar um pedágio urbano, como fez Londres, Bristol foi além e decidiu fechar várias ruas de sua área central, que é cortada por um rio, criando áreas de circulação a pé ou de bicicleta, que receberam tratamento paisagístico com deques de madeira, árvores e es-

culturas. Nas vias que seguem abertas aos veículos houve corte nas vagas de estacionamento e redução da velocidade máxima, política que se estendeu a outras áreas da cidade. O limite caiu de 35 milhas por hora (56 km/h) para 20 (32 km/h).

Como esperado, parte dos motoristas demorou algum tempo para se adaptar à

mudança. Um deles foi o próprio prefeito, George Ferguson, 68, que foi flagrado dirigindo acima do limite. Ferguson também enfrentou a revolta dos comerciantes que perderam vagas de estacionamento nas ruas. Um grupo mais agressivo deles chegou a levar um tanque de guerra para a frente da sede da assembleia municipal durante um protesto (mas não houve disparos) e a vestir um esqueleto com uma calça vermelha, traje habitual do prefeito. Ferguson, no cargo há três anos, se defende dizendo que as medidas têm apoio de boa parte da população e que visam a

“Quero ter certeza de que nossas crianças respirem ar limpo e que não vamos tirar delas nenhuma parte de sua expectativa de vida”



George Ferguson, prefeito de Bristol

FOTO: DIVULGAÇÃO

tornar a cidade um lugar melhor. “Quero ter certeza de que nossas crianças respirem ar limpo e que não vamos tirar delas nenhuma parte de sua expectativa de vida”, diz.

A preocupação com mudanças nos transportes é importante, pois a maior parte da poluição gerada em Bristol vem dessa área, assim como o consumo de energia elétrica. As emissões foram reduzidas em 17% desde 2005 e hoje Bristol possui a menor emissão de CO2 por pessoa entre as cidades grandes do Reino Unido, equivalente a 4,7 tonelada por pessoa por ano. A média nacional é de 6,6 toneladas.

O compromisso de cada país em reduzir poluentes foi um dos principais pontos da COP 21, Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, realizada em Paris, em dezembro passado, ocasião em que cada país levou ao encontro uma meta, estabelecida internamente, de redução, e se comprometeu a cumprí-la. O Brasil, por exemplo, pretendeu a reduzir a emissão de gases que causam efeito estufa em 37% até 2025 e de 43% até 2030, tendo como base os dados de 2005.

ENERGIA

No Reino Unido, ao contrário do Brasil, a maior parte da energia ainda vem de usinas a carvão, uma das fontes que geram mais poluentes. Embora a energia brasileira tenha como principal origem as hidrelétricas, que não geram poluentes, o uso de termelétricas têm crescido devido à falta de chuvas nos últimos anos.

Para reduzir o gasto de energia na cidade, Bristol investiu 30 milhões de libras em programas como a troca de 10.500 lâmpadas por modelos de LED, mais econômicos, redução do consumo de energia em escolas, que tiveram campanhas de conscientização e instalação de painéis de energia solar nelas.

Outra iniciativa curiosa foi a de usar restos de árvores e folhas recolhidas dos parques e das ruas para alimentar usinas elétricas. A queima desse material é usada para gerar energia.

Na parte de manejo do lixo, a cidade conseguiu reduzir o total de resíduos domésticos encaminhados para aterros de 87% em 2004 para 27%, hoje. Metade do lixo vai para reciclagem e 23% segue para a geração de energia. ▶



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Esse percentual foi atingido por campanhas de conscientização e projetos de reúso de vários produtos, como bicicletas, computadores, móveis e até roupas. Esses objetos são consertados e repassados para outras pessoas ou trocados diretamente. Uma família que tem uma bicicleta encostada na garagem porque ela não serve mais para seu filho que cresceu, pode cadastrá-la em um site, onde qualquer interessado pode vê-la e combinar de ir retirá-la, por exemplo. Apesar de a reciclagem ter atingido valor elevado, de 50% (São Paulo, por exemplo, atinge apenas 3%) e a coleta separada do lixo atinja 100% das casas, a cidade enfrenta dificuldades para expandir esse índice. “Em bairros mais pobres, as pessoas têm outras preocupações além de separar o lixo, como ganhar a vida, e se preocupam menos com reciclagem”, comenta Alex Minshull, gerente de sustentabilidade da prefeitura de Bristol.

A redução de lixo gerado na cidade também é significativa. A taxa de resíduos domésticos gerada por pessoa caiu 27% em relação a 2005, embora a população tenha crescido 8% no período.

REDUÇÃO DE COISAS

A diminuição do lixo gerado é fruto de uma campanha mais ampla da cidade para estimular a redução de ações que geram poluição. Uma delas estimula os bares e restaurantes a oferecer água da torneira em jarras aos clientes, de graça, em vez de vender água mineral.

As sacolinhas dos supermercados também foram desestimuladas, como acontece em várias cidades brasileiras. Outro plano é trocar copos descartáveis de plástico e papel, usados para tomar água ou café, por recipientes laváveis e reutilizáveis. De acordo com a prefeitura, 2,5 bi-

lhões de copos são descartados por ano em todo o Reino Unido.

Na área de transportes, a cidade trabalha para reduzir os deslocamentos por meio de vários planos. Um deles é criativo: turbinar a velocidade das redes de internet e, assim, facilitar o uso para reuniões virtuais e para troca de dados pesados, o que diminui a necessidade de encontros e entregas de documentos.

Nas casas e empresas, o pedido é para apagar as luzes ao sair dos ambientes e reduzir a temperatura do aquecimento ou do ar condicionado em um ou dois graus. A administração municipal estima que se todos na cidade reduzissem seus termostatos em um grau, seria possível economizar 11 milhões de libras por ano.

A economia também foca os hábitos de consumo. Uma das campanhas pede que as famílias comprem apenas a quantidade de comida que irão consumir. Por ano, a cidade joga fora 3,5 toneladas de comida, em condições de ser consumida.

Há também estímulo para a compra de produtos locais. Com isso há redução das emissões de carbono dos caminhões que transportam as mercadorias de longe.

O ponto mais radical da ação é pedir que as pessoas evitem viajar nas férias e aproveitem o período de descanso na cidade. Além de estimular a economia local, isso reduz a geração de poluentes. Um voo entre Londres e Nova York pode gerar mais emissões de carbono por pessoa, do que ela emite ao longo de um ano em outras atividades.

Vale ressaltar que boa parte dessas ações é voltada especialmente às crianças e jovens, num esforço para que as novas gerações levantem a bandeira da sustentabilidade e que o caminho verde escolhido por Bristol seja uma viagem sem volta. ■



Campanha incluiu festivais e game com carneiro Shaun

A campanha de Bristol para conquistar o título de Capital Verde da Europa, selo dado anualmente pela União Europeia, começou em 2007. Naquele ano, a cidade criou um comitê com 12 representantes de vários setores, como o governo local, multinacionais, pequenas empresas, educação e ONGs.

Esse comitê foi crescendo ao longo dos anos e hoje possui 700 integrantes, sendo metade dele com origem no setor privado. A gestão municipal criou um fundo para financiar suas atividades, que também recebe dinheiro privado, mas o comitê tem autonomia para realizar ações. O orçamento é de cerca de 75 mil libras por ano. Uma das funções desse comitê foi facilitar a troca de experiências entre seus membros, muitas vezes de modo informal, o que facilitou o andamento de projetos verdes de cada organização.

Para engajar a população local, foram criados vários eventos públicos, como a Big Week Green (Grande Semana Verde), festival realizado anualmente que inclui debates de ideias, shows, atividades esportivas e opções para se comer e beber. O trabalho de comunicação incluiu também estratégias virtuais, como filmes educacionais no YouTube e o jogo Sustainable Shaun, com o mesmo personagem da animação "Shaun, o Carneiro", lançada este ano nos cinemas.

A cidade disponibiliza manuais de como adotar práticas verdes e como criar campanhas como as citadas nesta matéria no site bristol2015.co.uk/method. O conteúdo está em inglês.

A diminuição do lixo gerado é fruto de uma campanha mais ampla da cidade para estimular a redução de ações que geram poluição



Indaiatuba aposta em sustentabilidade

Há dez anos município foi pioneiro na criação de usina que transforma óleo saturado em biodiesel

• Marianna Fanti

Você já pensou sobre a maneira correta de descartar o óleo de cozinha? Qual destino devemos dar aquele óleo proveniente de frituras que, normalmente, ninguém gosta de reaproveitar? O destino mais comum dado a esse tipo de resíduo é a pia da cozinha. Mas, você sabe quais são os impactos desse descarte, e que um litro de óleo saturado pode contaminar até um milhão de litros de água? Isso sem falar nos impactos ambientais, e, principalmente nos danos

causados às redes de esgoto municipais, que são danificadas após o contato contínuo com esse tipo de resíduo.

Consciente dessa realidade, há dez anos a cidade de Indaiatuba - Região Metropolitana de Campinas-SP decidiu inovar, ganhando assim o pioneirismo na produção de biodiesel a partir do óleo vegetal e gordura animal saturados. O projeto Biodiesel Urbano teve início em outubro de 2006, fruto de parceria entre



FOTO: ELIANDRO FIGUEIRA SCS/PMI

a Prefeitura Municipal de Indaiatuba e a FEAGRI-Faculdade de Engenharia Agrícola, da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. A princípio, a capacidade de produção da microusina era de no máximo 100 litros de biodiesel por batelada. Essa parceria funcionou de outubro de 2006 a dezembro de 2009, com equipamentos de propriedade da Unicamp, adquiridos por meio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

Porém, devido à necessidade de adequação do produto final, em dezembro de 2009 a Prefeitura encerrou o contrato com a Universidade e passou a desenvolver sua própria tecnologia, montando uma nova usina com capacidade para 800 litros por produção. Hoje,

o processo se dá por meio de parceria entre a Administração e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Na cidade, todos os doadores - restaurantes, lanchonetes, bares, cozinhas industriais, pastelarias, etc, recebem do programa Novo biodiesel Urbano um vasilhame plástico - de 20, 30 ou 50 litros, onde será armazenado o óleo proveniente de fritura. Um veículo passa diariamente nestes pontos recolhendo os vasilhames cheios e deixando outros vazios, previamente limpos, preservando sempre a higiene das cozinhas dos estabelecimentos e seguindo as normas da vigilância sanitária. Atualmente, o programa atende todo o município e possui 190 locais de coletas cadastrados - condomínios, igrejas, restaurantes, pastelarias, padarias, supermercados, pesqueiros, lanchonetes e ecopontos (local apropriado construído pela prefeitura, onde a população poderá depositar o óleo proveniente de fritura armazenado em garrafa pet fechada, pilhas, baterias, e todo material reciclável).

COMO SE DÁ A TRANSFORMAÇÃO DO ÓLEO SATURADO EM BIODIESEL

Depois de transportado para a usina, o óleo é filtrado e armazenado em caixas de decantação, para retirada da água. Depois de purificado, são adicionados 800 litros de óleo no reator (equipamento responsável pela transformação do óleo em biodiesel), por meio de bombeamento. A mistura é aquecida até atingir 60 graus. Depois se inicia o sistema de agitação (já acoplado no reator), onde é adicionada, também por meio de bombeamento, a solução catalítica (metanol + metilato de sódio). O sistema de agitação fica ligado por duas horas, seguido de outras duas horas de repouso. Feito este processo, a glicerina bruta é retirada, por gravidade, por meio de um registro acoplado no fundo do reator. Após a separação, a glicerina é armazenada em vasilhames de 20 litros e encaminhada para seu destino final - onde é misturada na massa para fabricação de telhas e tijolos, e utilizada na produção de produtos de limpeza - usados internamente da usina.

Já o biodiesel bruto fica armazenado, aguardando o processo de purificação. Depois de purificado, o biodiesel encontra-se próprio para uso. A produção de 800 litros de biodiesel leva cerca de dois dias. Atualmente, 103 veículos a diesel da frota da prefeitura - caminhões, caminhonetes, ônibus, vans, tratores e máquinas são abastecidos com biodiesel adicionado ao diesel, em percentual que poderá variar até 30%, dependendo da disponibilidade em estoque e recomendações dos fabricantes dos veículos.

CUSTO DA PRODUÇÃO DO LITRO DE BIODIESEL

O óleo e a gordura utilizados como matéria-prima são provenientes de doações; portanto, os custos são correspondentes a insumos - metanol, metilato de sódio, energia elétrica, controle de qualidade, mão de obra e gasolina utilizada pelo veículo de coleta. O custo médio de produção por litro do biodiesel é R\$ 1,15. A usina conta com três funcionários, um responsável pela produção, administração e logística, e outros dois que fazem a coleta de rua, das 7h às 16 horas. "Trata-se de um trabalho automatizado das máquinas, por isso uma equipe tão enxuta", explica Lutero Lima Junior, coordenador do projeto e da usina.

VIABILIDADE DO PROJETO

O programa Novo Biodiesel Urbano é altamente viável para ser implementado em qualquer administração, pois além de sua abrangência socioambiental, transforma um problema ambiental - descarte do óleo saturado de fritura, em solução sustentável - combustível menos poluente. Com a criação da usina, a prefeitura passou a economizar cerca de três mil litros de biodiesel por mês. Levando em conta que o litro de biodiesel custa em média R\$ 2,65, isso traduz uma economia de R\$7.800,00 ao mês, ou seja, R\$ 100.000,00 ao ano. "Embora a economia financeira seja relevante, mais importante é o benefício ambiental", diz José Carlos Selone, secretário de Urbanismo e Meio Ambiente. Segundo ele, com esse projeto, cerca de 80 mil litros (3.000 litros/mês) de óleo ficam fora dos rios e córregos por ano. ▶

Anualmente são coletados cerca de 72 mil litros de óleo saturado e, desse total, apenas 50% tem qualidade suficiente para ser transformado em biodiesel. Portanto, são gerados 36 mil litros de biodiesel por ano, ou três mil litros de biodiesel/mês. Devido à produção da usina, o município economiza aproximadamente R\$ 40.000,00/ano, na compra de diesel

BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DO PROGRAMA NOVO BIODIESEL URBANO

O programa traz benefícios notórios, tanto no solo, água, ar, saúde e alimentação da população, quanto nas finanças do município. Além de reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa – biodiesel emite 60% menos CO² que o diesel, o descarte correto do óleo saturado reduz a contaminação de rios, entupimento das redes de esgotos, e, conseqüentemente, a manutenção da rede. “Muitos gestores de outros municípios vieram nos visitar para conhecer a iniciativa e entender o processo”, conta Selone.

INCLUSÃO SOCIAL

O lucro gerado pela produção e abastecimento de veículos da Prefeitura e SAAE com o biodiesel poderá ser destinado a programas de inclusão social. Apenas 50% de todo óleo coletado tem qualidade suficiente para ser transformado em biodiesel. Os outros 50% compostos de óleo sem qualidade (utilizado mais de três vezes), farelos, água e restos alimentares, são vendidos para empresas que reutilizam esses derivados na produção de massa de vidro. A verba arrecadada é destinada para o Funssol-fundo Social de Solidariedade, órgão da Prefeitura que atende projetos sociais.

Em 2015 foram repassados aproximadamente R\$ 15.000,00 para o fundo. “Esse é um projeto que traz benefícios ao meio ambiente e ainda gera economia ao município, porque o biocombustível que produzimos é utilizado para abastecer parte de nossa frota de caminhões e máquinas. Indaiatuba está fazendo a sua parte com esse e outros projetos ligados à coleta seletiva. Temos ecopontos que atendem todas as regiões da cidade, onde a população pode depositar seu lixo reciclável, que vai para o Centro de Triagem, também mantido pela Prefeitura. Toda a renda obtida com a venda dos recicláveis que recolhemos é transferida para a manutenção dos projetos sociais do Funssol (Fundo Social de Solidariedade). Com esses projetos conseguimos cuidar da saúde de nosso planeta, gerar economia aos cofres públicos e ainda investir em projetos sociais. Isso nos faz acreditar que estamos no caminho certo”, afirma o prefeito Reinaldo Nogueira.

APOIO POPULAR

O programa obteve amplo apoio da população, de estabelecimentos comerciais e educacionais, além de despertar o interesse nacional e internacional para o município. “Recebemos visitas de gestores de outros municípios querendo conhecer nossa usina, e todo o processo envolvido”, explica Lutero. A coordenação do programa também realiza palestras em escolas, empresas, condomínios e igrejas sobre a conscientização da população para a importância do descarte correto.

LEIS MUNICIPAIS

Em 13 de novembro de 2007, a Prefeitura assinou a lei nº 5.229, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de óleos e gorduras de origem vegetal, animal e uso culinário no município.

§ “A destinação final dos resíduos oriundos da utilização de óleos e gorduras de origem vegetal, animal e uso culinário deverá ser de forma ambientalmente adequada em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais, ficando proibido: I – lançamento em pias, ralos ou canalizações que levem ao sistema de esgotos públicos; II – lançamento em guias e sarjetas, bocas de lobo, bueiros ou canalizações que levem ao sistema de drenagem de águas pluviais; III – lançamento em

Reinaldo Nogueira, prefeito



FOTO: ELIANDRO FIGUEIRA SCS/PMI

Decreto nº 10.553/2010, que dispõe sobre a destinação dos materiais reciclados pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e Lei Municipal nº 5.229/2013, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário no município

FOTO: ELIANDRO FIGUEIRA SCS/PMI



FOTO: SIRLENE VIRGILIO BUENO/PMI

córregos, rios, nascentes lagos e lagoas”.

Em 28 de outubro de 2009 foi criada a lei nº 5.656, que dispõe sobre a exigência de instalação de coleta seletiva de lixo no âmbito dos condomínios e loteamentos do município. O município ainda criou em 20 de janeiro de 2010 o decreto nº 10.553, que dispõe sobre a destinação dos materiais reciclados pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

§ “Fica a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente autorizada a destinar em favor do Fundo Social de Solidariedade-Funssol, os materiais reciclados e produzidos através de processamento da coleta seletiva de lixo urbano”.

LEI FEDERAL

A Lei Federal nº 11.097/05, aprovada pelo Congresso Nacional em 13 de janeiro de 2005, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira, estabelecendo percentuais mínimos de mistura de biodiesel ao diesel e o monitoramento da inserção do novo combustível no mercado. Essas misturas estão aprovadas para uso no território brasileiro e devem ser produzidas segundo as especificações técnicas definidas pela ANP-Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis. ■

Selone, Secretário de Urbanismo e do Meio Ambiente



O programa Novo Biodiesel Urbano pode ser implementado em qualquer administração pública, pois além de sua abrangência socioambiental, transforma um problema ambiental - descarte do óleo saturado de fritura - em uma solução sustentável, com combustível menos poluente. Com a criação da usina, a Prefeitura passou a economizar cerca de três mil litros de biodiesel por mês.

- Criar projeto similar ao Novo Biodiesel Urbano.
- Fazer trabalho de conscientização da população sobre a importância de armazenar óleos saturados
- Criar postos de coleta e espalhá-los pela cidade.
- Criar uma usina de biodiesel. (no caso de Indaiatuba foi firmada parceria entre o Poder Público Municipal e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto do município).



FOTO: PREFEITURA DE MANAUS



Combatendo o aedes aegypti

Prefeituras dos quatro cantos do País buscam alternativas para frear o mosquito que transmite diferentes doenças

• Gil Mendes

A melhor forma de combater a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* é evitar o acúmulo de água parada. Só que, mesmo com boa parte da população sabendo dessas recomendações, o Brasil atualmente convive com uma epidemia de dengue, febre chikungunya e o zika vírus, este último apontado como o causador dos recentes casos de microcefalia no País, uma tragédia por si só, e que ninguém sabe até onde vai e quando terminará. Só no ano passado foram registrados mais de 1,5 milhão de casos de dengue em todo território nacional, sendo 1.488 considerados casos graves. O número é 176% maior se comparado a 2014.

Por conta desses altos números, o Governo Federal lançou no final de 2015 uma campanha para que toda a população passe a ajudar, localizando possíveis criadouros da larva do inseto. De acordo com o Levantamento Rápido de Índice para *Aedes aegypti* (LIRAA), 199 cidades estão em situação de risco para um surto de dengue.

Administrações municipais Brasil afora estão em estado de alerta para tentar combater o mosquito transmissor das doenças. A maioria age da forma tradicional, com campanhas educativas e visita às casas dos moradores para verificarem possíveis focos de reprodução. Mas, algumas prefeituras têm se dedicado a inovar nas ações de prevenção contra a proliferação das endemias.

No interior de São Paulo a população é recompensada financeiramente se mantiver as residências limpas e livres dos pontos de infestação. Caso não esteja cumprindo as normas exigidas é penalizada no bolso. Em Pernambuco, duas prefeituras utilizam formas

bem diferentes uma da outra, mas em busca do mesmo objetivo. Enquanto no Agreste são adotadas ações naturais para erradicar o *Aedes aegypti*, na região metropolitana do Recife é a tecnologia que auxilia a gestão pública no monitoramento dos locais de reprodução do inseto. Na Paraíba e no Amazonas, prefeituras têm usado imagens feitas por veículos aéreos não tripulados (drones) para identificar locais onde o mosquito transmissor pode se reproduzir mais facilmente.

RECONHECIMENTO E PUNIÇÃO

Está na Lei Complementar nº 31, de 1º de setembro de 2014 da cidade de Castilho-SP (distante 648 km de São Paulo). A Prefeitura está autorizada a premiar anualmente, com o valor de R\$ 300, trinta famílias que mantenham suas residências livres do mosquito da dengue por um período mínimo de dez meses consecutivos. Acompanhamento da limpeza das casas é feito todos os meses por agentes comunitários de saúde e de controle de endemias. A cidade do interior paulista, que tem população de 18.003 habitantes, registrou, no período entre janeiro e junho de 2015, quase 500 casos de dengue.

Os imóveis são classificados avaliando os seguintes fatores: se o morador está cooperando e não deixando haver indícios de criadouros, advertindo os que não estão seguindo as recomendações e notificando os locais onde sejam encontradas larvas ou mosquitos que transmitem as doenças. Os proprietários que recebem advertências podem ser perdoados, caso os ajustes de limpeza sejam realizados no prazo de 72 horas. ▶

Outra ação do município, por meio do decreto nº 499/15, trata da “Higiene dos Terrenos e das Edificações”. Fiscais do município são escalados para fazerem as notificações, solicitando a limpeza do local. Se o serviço não tiver sido executado pelo proprietário, a gestão municipal pode utilizar seus próprios funcionários ou mão de obra terceirizada para fazer a limpeza. O custo deste serviço será cobrado do proprietário, que passa a estar sujeito à multa, que pode chegar até R\$ 1.275. Já o valor das cobranças impostas sobre aqueles que não contribuem para a erradicação dos focos de reprodução do mosquito, é revertido para ações de limpezas do município. “Há um custo adicional para essas ações serem desenvolvidas e elas são decorrentes da omissão de alguns municípios, que não cumprem com a obrigação de manter adequada higiene, limpeza e vigilância no controle de vetores”, explicou o prefeito de Castilho, Joni Buzachero no texto do projeto que foi enviado à Câmara de Vereadores da cidade.

AJUDA ANIMAL

Os agentes de saúde do município de Garanhuns, no Agreste pernambucano, distante 231 km do Recife, que regularmente realizam ações educativas, visitas às residências e aplicações de larvicidas, agora contam com novos aliados. Peixes alevinos estão sendo distribuídos à população, para serem colocados dentro dos reservatórios de água para que ajudem na diminuição da proliferação do inseto, já que o animal se alimenta das larvas do mosquito que transmite a dengue, a febre chikungunya e o zika vírus.

Denominado “Peixe Vivo”, o projeto, que possibilita um maior controle ambiental, tem baixo custo e alto índice na redução dos transmissores. “Essa medida consiste em nós distribuímos gratuitamente

peixes da raça guppy aos moradores, de acordo com a área de cada agente. Esses alevinos, de forma comprovada, comem até 100 larvas do mosquito por dia, garantindo assim, a certeza que seu reservatório estará seguro”, explica o agente de saúde Ricardo Sobral, articulador do projeto no município.

Os peixes, que se alimentam das larvas deixadas pelo mosquito, interrompendo o ciclo de reprodução do inseto, são distribuídos aos moradores que procuram o posto e possuem reservatório com mais de mil litros. Como são animais que, ao atingirem a fase adulta, são de fácil reprodução, a intenção é que ao desenvolverem filhotes, sejam repassados aos vizinhos. “O projeto tem sido bem sucedido na mobilização da comunidade, com uma ampla base de adeptos e altos níveis de aceitação de nossa população, como forma eficaz de reduzir a propagação da dengue”, informa a enfermeira Hilda Madalena.

No último levantamento de Índice Rápido de *Aedes aegypti*-LIRAA, no final de 2015, a cidade de Garanhuns, que tem população de 136.949 habitantes, foi registrado que 7,5% das residências do município apresentavam larvas do mosquito.

FISCALIZAÇÃO VIA INTERNET

A missão de evitar a proliferação do *Aedes aegypti* não fica só por conta dos agentes de saúde ou fiscais no município de Paulista, localizada na região metropolitana do Recife, distante 16 km da capital pernambucana. A população local foi convocada a fazer parte da luta contra o inseto transmissor, relatando aos órgãos responsáveis onde existem possíveis focos de reprodução e depósito de larvas. Além de fazerem denúncias por telefone ou indo diretamente à Secretaria de Saúde, os moradores podem fazer a denúncia através de um aplicativo para smartphone chamado de ‘Xô Dengue’.

Ao encontrar algum criadouro do mosquito, o cidadão faz uma foto do local e uma breve descrição do problema. Através do app ele envia essas informações para a vigilância ambiental do município, que estipula um prazo entre três e sete dias para resolver o problema. Com a ferramenta digital, o morador também acompanha todas as etapas, do recebimento a até solução da sua denúncia.

O aplicativo, desenvolvido pela em-

presa paraibana Nova Tech, foi disponibilizado no dia 30 de dezembro de 2015 e em apenas uma semana mais de 160 notificações de locais com focos do mosquito foram feitos a partir dele. “O número de denúncias feitas pelo telefone já era alto, mas nós entendíamos que não era suficiente porque a informação não era precisa. O aplicativo é melhor, pois gera a localização de onde realmente o problema está ocorrendo”, explica a secretária de Saúde de Paulista, Fabiana Bernart.

A cidade pernambucana teve 3.250 casos de suspeita de dengues, sendo 928 destes confirmados. “Não é um número alto, tendo em vista que muitas vezes a população se automedica e não procura o centro de saúde para tratar os casos”, informa a secretária. O município ainda registra 43 casos notificados de febre chikungunya e, apesar de não identificar nenhum caso de zika, 19 crianças que residem em Paulista nasceram com microcefalia.

MONITORANDO DO ALTO

Duas capitais brasileiras também resolveram apostar em tecnologia para enfrentar o *Aedes aegypti*. Buscando identificar pontos de reprodução do inseto de difícil acesso para os agentes de saúde, as prefeituras de João Pessoa e Manaus utilizam drones, que fazem imagens aéreas dos possíveis focos de germinação das larvas.

Silvio Ribeiro, diretor de Vigilância em Saúde da prefeitura de João Pessoa, diz que uma das maiores dificuldades encontradas pela gestão municipal era verificar as condições de limpeza e higiene de imóveis fechados ou abandonados. A Prefeitura conseguiu, por meio de liminar na Justiça, autorização para entrar nos locais onde houvesse suspeita de pontos de reprodução do mosquito. “A partir do momento que nossos agentes ambientais encontraram dificuldade em acessar terrenos que estavam murados ou edifícios que tinham caixas d’água descobertas, passamos a utilizar os drones, o que facilitou esse trabalho, já que ele consegue captar imagens e identificar os locais com irregularidades”, revela.

Manaus também utiliza da mesma ação feita na capital paraibana e pelo mesmo motivo: facilitar o trabalho dos agentes de endemias. As imagens feitas pelos equipamentos aéreos são ana-



FOTO: GILBERTO FIRMINO

Ações inovadoras para combater o *Aedes Aegyptis*

Cidade	O que está fazendo?
Castilho-SP	Sorteia prêmio em dinheiro para quem mantém a residência livre de pontos de reprodução do mosquito
Garanhuns-PE	Entrega peixes que se alimentam das larvas do inseto para serem colocados nos reservatórios de água
Paulista-PE	Utiliza aplicativo para smartphones onde moradores fazem imagens e indicam locais onde o inseto está se proliferando
João Pessoa-PB	Faz monitoramento de áreas de difícil acesso através de imagens aéreas feitas por drones
Manaus-AM	Monitora áreas através de drones e multa imóveis com foco de reprodução do mosquito

lisadas por técnicos de geoprocessamento no Centro Integrado de Operações Conjuntas em Saúde-Ciocs, que verificam locais com focos de *Aedes aegypti* e, a partir dessas demandas, encaminham equipes de fiscalização para os locais suspeitos. Os imóveis que foram identificados até o momento com focos da larva do mosquito, na chamada região de Carapanã, receberam autuações e multas de R\$ 30 mil. “Com as imagens feitas pelos drones vamos visualizar locais antes inacessíveis. É tecnologia de ponta gerando imagens em tempo real, que serão avaliadas de imediato, gerando um tempo de resposta quase instantâneo. O resultado da primeira ação com o drone no Centro de Manaus confirma a importância da combinação de tecnologia com a vigilância”, declarou o secretário saúde de Manaus, Homero de Miranda Leão Neto.

Além de utilizar os drones, a população de Manaus conta com serviços para fazer denúncias através de telefone e de e-mail, para ajudar a gestão municipal a combater o inseto. Até o início do mês de janeiro, a capital amazonense registrava 89 casos suspeitos de zika vírus. Do total, dois foram confirmados, oito descartados e 79 permanecem em investigação, sendo 13 gestantes. ■

Cidade contra-ataca a obesidade

Programa Academia Carioca, no Rio de Janeiro, fez com que 92% dos participantes reduzissem peso, enquanto 96% controlaram a pressão arterial e outros 90% o índice glicêmico

• Redação

Segundo levantamento da OMS-Organização Mundial de Saúde, a obesidade configura um dos maiores problemas de saúde do mundo. Em 2015, cerca de 2,3 bilhões de adultos estavam com sobrepeso e mais de 700 milhões, obesos. O número de crianças na mesma situação, no mundo, pode chegar a 75 milhões. No Brasil, a obesidade cresce em ritmo acelerado. Estudos apontam que mais de 50% da população está acima do peso, ou seja, na faixa de sobrepeso e obesidade. Entre crianças, o mal atinge cerca de 15%, de acordo com a ABESO-Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica.

Na contramão do sedentarismo, a prefeitura do Rio de Janeiro criou, em 2009, o programa Academia Carioca, com o intuito de incentivar os cariocas a praticarem atividade física e soma, hoje, mais de 80 mil usuários em 183 unidades de saúde de Atenção Primária. O número confronta a pesquisa do Ministério dos Esportes, de 2013, que mostra que 45,9% dos brasileiros não praticam nenhuma atividade física.

Segundo a coordenadora do programa, Junia Cardoso, a meta, neste ano, é atingir 100 mil participantes regulares na Academia Carioca. “Começamos o plano com apenas três unidades de saúde de Atenção Primária e uma amostragem de 417 alunos. A perspectiva hoje é atingir, em 2016, 100% das unidades, com a adesão de 100 mil alunos. Queremos aproveitar o clima de Olimpíadas - a cidade sedia os Jogos Olímpicos, a partir de agosto - para atrair novos usuários. Nosso público é composto por crianças a partir de quatro anos, mas, o carro-chefe é a terceira idade, com maior

número de adeptos”, estima.

Ainda, segundo a pesquisa, 50,4% das mulheres estão levando uma vida mais sedentária, enquanto entre os homens, o índice é de 41,2% dos entrevistados. Os fatores são justificados pela falta de interesse por esportes (35,7%), além da falta de tempo para se dedicar a alguma modalidade (27,2%).

O modelo de promoção de saúde adotado pelo Rio de Janeiro oferece gratuitamente serviços como ginástica nos aparelhos, grupos de caminhada, alongamento, dança de salão, capoeira, ginástica laboral e atividades culturais, além de um grupo para apoio ao tabagista. A prática regular de exercícios físicos trouxe números animadores ao município: 96% dos participantes do Academia

Carioca controlaram a pressão arterial, enquanto 90% a glicemia e 92% reduziram peso. “O trabalho tem como fundamento principal a promoção de atividades físicas, boas práticas de saúde, mudança de hábitos alimentares, tabagismo, combate ao sedentarismo, a partir do entendimento de como esses fatores afetam e possibilitam o agravamento de obesidade e de outras doenças, como hipertensão arterial e diabetes. Damos total apoio a quem quer parar de fumar, com os exercícios físicos atenuando a síndrome de abstinência que acomete o fumante, quando o mesmo decide largar o cigarro”, assegura Junia.

Ainda de acordo com a coordenadora do programa, a adoção de práticas que levam a uma vida mais saudável fez com que 14,5% dos participantes deixassem de tomar medicamentos, ao passo que 84% reduziram a dosagem e 80% diminuíram a frequência de ingestão dos remédios. ▶

A perspectiva é atingir, em 2016, 100% das unidades, com a adesão de 100 mil alunos



14,5%
dos participantes
deixaram de tomar
medicamentos

“A sociedade precisa entender que obesidade não demonstra falta de vergonha ou de caráter, mas é uma doença séria, que precisa ser tratada, os obesos têm o direito a atendimento e dignidade”

Para Sonia Souza Botelho Lima, de 53 anos, o projeto Academia Carioca trouxe benefícios imediatos. “Aprendi conceitos como autonomia e autocuidado. A importância de me alimentar com opções saudáveis, a me movimentar, passei a comparecer às caminhadas, aulas de dança. Uma programação que me fez bem não só fisicamente, mas promoveu inclusão social. Conheci amigos especiais, sem falar nos professores, que nos tratam com carinho e desempenham seu trabalho sempre com muita dedicação e amor”, enfatiza a aluna.

A Secretaria Municipal de Esportes trabalha com 107 profissionais de Educação Física somente nas unidades de Atenção Primária. De acordo com Junia, eles são agentes fundamentais para o bom desenvolvimento do projeto, uma vez que atuam na condução e orientação das práticas esportivas, mas também orientam uma nova organização alimentar. “Os professores incentivam os alunos a cultivarem hortas, mostrando que em qualquer pequeno espaço é possível cultivar ervas aromáticas frescas, que temperam e dão vida a pratos saudáveis. Nas unidades temos, inclusive,

hortas belíssimas, que servem para inspirar à adesão dos participantes”, pontua. Junia considera, também, a importância de mudar conceitos errados sobre maus hábitos. “Reverter anos de desinformação e falta de cuidado com a saúde não é tarefa fácil. Mas a busca por qualidade de vida é permanente. E o programa Academia Carioca configura um novo entendimento de que a combinação de sedentarismo, má alimentação e ingestão de álcool e tabaco são, no longo prazo, uma bomba relógio prestes a ser detonada”, alerta, relembrando a importância do desenvolvimento da consciência corporal e da aplicação de técnicas relaxantes para o processo. “A prefeitura do Rio de Janeiro quer que esse projeto fomente mudanças não só entre os alunos adeptos ao Academia Carioca, mas que as práticas saudáveis reverberem entre seus familiares e atinja toda a comunidade, numa espécie de corrente do bem”, garante, otimista, a coordenadora.

A medida obriga as unidades de saúde a desenvolverem programas de prevenção e combate à obesidade. Também inclui manutenção de grupos de apoio, atendimento regular para tratamentos de longo prazo e terapias, realizadas em conjunto com as atividades físicas. Além disso, o obeso tem acesso garantido à educação, cultura, esporte, lazer, espetáculos, sempre com serviços que respeitem aspectos como acessibilidade, em atenção à sua condição de pessoa com excesso de peso. A lei prevê, ainda, punição para violação de direitos às pessoas obesas, bem como casos de desrespeito, negligência, discriminação e violência. ■

Unidades de apoio ao tratamento da obesidade

A Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza três Centros de Referência de Obesidade-CRO, nos bairros Acari, Penha e Madureira, para que pacientes obesos ou com sobrepeso recebam acompanhamento médico e tratamento, com o intuito de melhorar a qualidade de vida, sua capacidade física e aspectos como índice glicêmico e hipertensão arterial.

Para ser atendido pelo CRO, o usuário deve ser encaminhado por uma unidade de saúde do município, ter o Índice de Massa Corpórea-IMC acima de 40 e ser diabético, ou ter o IMC acima de 50 – em caso de não diabético. O programa atende também crianças e adolescentes, preferencialmente filhos de pacientes já acompanhados, que tenham diagnóstico de sobrepeso. O usuário recebe tratamento clínico ambulatorial e multidisciplinar, com equipe formada por endocrinologista, psicólogo e nutricionista, sendo atendido pelo menos uma vez por mês em cada especialidade, além de passar por avaliação clínica e, havendo necessidade de cirurgia de redução de estômago, é encaminhado para uma das unidades de referência do SUS-Sistema Único de Saúde, que realizam o procedimento.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

**PROJETO DE
LEI NO 462/2013,
que deu origem
à LEI NO 5.766, DE
30 DE JUNHO DE
2014, sancionada
pelo prefeito
Eduardo Paes**

O item já é previsto Constituição Federal, mas que se perde pela falta de estrutura e conscientização da gravidade do problema – além do atendimento e tratamento no SUS-Sistema Único de Saúde, para portadores deste tipo de doença.

SERVIÇOS OFERECIDOS

- Tratamento clínico ambulatorial e multidisciplinar, com equipe formada por endocrinologista, psicólogo e nutricionista.

- Serviços gratuitos como ginástica nos aparelhos, grupos de caminhada, alongamento, dança de salão, capoeira, ginástica laboral e atividades culturais, além de um grupo para apoio ao tabagista.

**ONDE RECEBER
ATENDIMENTO**

- Clínica da Família Marcos Valadão: Av. Martin Luther King Jr, no 10.976, Acari – RJ.

- Clínica da Família Souza Marques: Praça do Patriarca, s/n, Madureira – RJ.

- Clínica da Família Felipe Cardoso: Av. Nossa senhora da Penha, 42, Penha – RJ.



Fitoterapia é sucesso em Ipatinga

Projeto Farmácia Verde produz e distribui plantas medicinais

• João Pedro Schleder

O uso de plantas medicinais na cura de doenças é milenar. Aprovada pela Organização Mundial da Saúde, a prática terapêutica – conhecida como fitoterapia – começou a crescer no Brasil principalmente a partir da década de 1980, período em que foi implantada a Farmácia Verde, em Ipatinga, Minas Gerais.

Inaugurado, de fato, em 1995, o programa do município mineiro é tido como modelo para iniciativas similares em diversas cidades do País. A Farmácia Verde de Ipatinga produz e distribui medicamentos fitoterápicos para 21 farmácias da rede municipal de saúde, onde os pacientes podem retirá-los de forma gratuita, com prescrição médica. Ao todo, são 130 espécies de plantas catalogadas e 22 itens padronizados nas formas farmacêuticas de tinturas, sabão vegetal e cremes. Uma das tinturas – espécie de solução à base de água e álcool – fornecidas pelo projeto contém amora preta, eficaz no tratamento de sintomas da menopausa, como irritabilidade, sensação de calor e frio extremos e dores musculares. Outra tintura oferecida é feita com a planta alcachofra, usada no tratamento de colesterol.

Quanto aos cremes, um exemplo é o feito com calêndula. O produto é indicado para tratar queimaduras de primeiro grau, feridas, picadas de inseto e assaduras. O programa ainda distribui ervas frescas para a produção caseira de chás medicinais. Somente em 2014, a Farmácia Verde ofereceu mais de 13 mil unidades de medicamentos.

O programa ainda oferece cursos. Para comemorar 20 anos do projeto, ano passado foram oferecidas diversas oficinas de cultivo e uso de plantas medicinais. “A orientação é fundamental para que o paciente saiba fazer o uso correto do produto e até mesmo como armazená-lo”, afirma a gerente da Farmácia, Domitila Morais Gonçalves.

Cursos de atualização também são ministrados aos profissionais da rede municipal de Saúde, como forma de esclarecer dúvidas e incentivar a prescrição de fitoterápicos. “Muitos médicos da

cidade, por conhecerem o projeto, oferecem, mas também acontece de o próprio paciente optar por remédios naturais”, diz Domitila.

A Farmácia Verde de Ipatinga é uma das pioneiras no Brasil, no modelo do Sistema Único de Saúde-SUS. O projeto foi inspirado na iniciativa das Farmácias Vivas, da Universidade Federal do Ceará, um dos percussores da introdução das plantas medicinais e fitoterápicos na atenção básica no Brasil.

Um dos principais incentivadores do projeto foi o médico José Geraldo Lopes, acupunturista e homeopata que atuava na rede municipal de Saúde. Na época, o profissional realizava um trabalho junto à Pastoral da Saúde da Igreja Católica sobre o uso correto de plantas medicinais. O projeto promovia palestras e grupos de estudos, além de contar com uma horta comunitária para o cultivo e distribuição gratuita das plantas medicinais.

Com a crescente valorização da fitoterapia e do projeto popular, houve a necessidade de ampliar a área cultivável. O município cedeu parte de uma área no Viveiro Municipal, que hoje abriga a sede do programa. As primeiras mudas foram doadas pela própria comunidade.

Atualmente, a Farmácia Verde conta áreas e equipamentos específicos para plantio e colheita, secagem e laboratório, além de setor administrativo e um galpão, onde são ministrados os cursos e palestras. No ano passado, o governo assegurou que serão investidos R\$ 750 mil para reforma do laboratório, aquisição de novos equipamentos, mobiliário e insumos.

O sucesso do projeto é tamanho que, dos mais de 38 projetos similares no Brasil, a experiência ipatinguense foi escolhida como uma das melhores pelo Ministério da Saúde. Muitas prefeituras se interessam pelo programa. Em agosto passado, as instalações da farmácia foram conhecidas por uma comitiva de lideranças comunitárias, políticas e entidades de terapias naturalistas e medicina alternativa de Governador Valadares, também em Minas Gerais. ■



FOTO: JB REIS

FOTO: JB BARBOSA



FOTO: JB BARBOSA

FOTO: WELLIS DEBIL



FOTO: JB BARBOSA



O dinheiro que chega na ponta

Agradando ao contribuinte, município fluminense cria lei municipal que incentiva esporte por meio da arrecadação de impostos

• Marianna Fanti

Com aproximadamente 1.114 km² de extensão, o município de Resende - localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, possui aproximadamente 130 mil habitantes e economia local baseada no turismo e na produção industrial automobilística. Em 2012 a comunidade resendense viu sua realidade modificada após a criação do Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio ao Esporte, idealizado pela Secretaria do Esporte e Lazer, que posteriormente, em maio de 2012, seria transformado na lei municipal nº 2.934.

Além de apoiar, difundir e divulgar competições esportivas no município e estimular a revelação de atletas, o programa tem como finalidade a captação e canalização de recursos públicos ou privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, para o esporte, por meio de certificados concedidos pelo poder

público. Ou seja, esta lei permite que o município invista até 2% da arrecadação de tributos municipais - ISS-Imposto Sobre Serviços e IPTU-Imposto Predial Territorial Urbano - ou seja, R\$ 800.000,00, nesses projetos.

COMO CONSEGUIR O INCENTIVO

Associações esportivas, ONGs - Organizações Não Governamentais, e até mesmo pessoas físicas que desenvolvem atividades ligadas às práticas esportivas no município podem pleitear este incentivo. Os interessados devem apresentar o projeto à Secretaria de Esporte e Lazer, por meio do preenchimento de um formulário, que deve ser protocolado na Prefeitura Municipal. A diversidade de modalidades esportivas dos projetos, bem como seu conteúdo e validade serão avaliados pela CIAC - Comissão Interdisciplinar de Avaliação e Concessão. Quando aprovados, os mesmos serão certificados, estando aptos para receber o incentivo municipal.

A lei ainda permite patrocínio para atletas individuais, e que os projetos busquem patrocinadores diretos, além da lei de incentivo municipal. O valor dos projetos varia de R\$ 9 a 60 mil reais. “Não nos interessa projetos com valores muito altos, afinal temos um teto de 2% da nossa arrecadação”, explica Fernando Menandro, secretário de

Esporte e Lazer.

Embora a maior parte dos projetos aprovados envolva a realização de eventos esportivos, isso não invalida a aprovação de projetos com viés social. “Acompanhamos de perto todos os projetos, do começo ao fim do evento. A prestação de contas também é acompanhada pela Controladoria Geral do Município”, comenta Menandro, sobre a fiscalização ostensiva realizada pelo poder público.

PROJETOS APROVADOS

Três anos após a implementação efetiva do programa no município, a iniciativa já certificou mais de cem projetos em diferentes modalidades esportivas. “Este é o dinheiro público que chega na ponta (população) sem grandes burocratizações”, diz o secretário, explicando que o projeto foi pensado para fazer o bom uso do dinheiro do contribuinte. Em 2014 o município investiu R\$ 650.000,00 em 33 projetos certificados, beneficiando 42.851 pessoas. Em 2015 o número de projetos se repetiu, porém o investimento saltou para R\$ 800.000,00 e o número de pessoas beneficiadas para 46.986. “Incentivamos uma série de modalidades esportivas que podem ser realizadas tanto na área central, quanto na área rural de Resende, como o parapente, mountain bike, mountain board e balonismo”.



FOTO: ANDERSON COSTA

Fernando Menandro, secretário de Esporte e Lazer



FOTO: JENNY FAULSTICH

FOMENTO AO TURISMO

Criada com o objetivo de incentivar o esporte, a lei acabou por beneficiar não só fomento do turismo local, em virtude da realização dos eventos esportivos, como ainda de municípios vizinhos, como Itatiaia, no Rio de Janeiro; Vila de Maringá e Bocaina, ambas em Minas Gerais. “Com a criação desse programa aumentamos a rotatividade do turismo, e por consequência a geração de empregos e rentabilidade do comércio”, afirma Fernando. Segundo o prefeito, José Rechuan Jr., este projeto demonstra que o trabalho desenvolvido pelo município nesta área tem contribuído para a geração de emprego e renda, possibilitando novas alternativas para o turismo, por meio do esporte. “Portanto, é um caminho que pretendemos seguir, para que a cidade continue crescendo, fortalecendo e diversificando suas atividades econômicas”. Porém, de acordo com Menandro, existem prefeitos que não colocam este modelo em prática em seus municípios, pois entendem essa lei como uma perda de receita e não como um investimento. “Estamos aprendendo juntos, e às vezes até nos assustamos com os frutos que a criação dessa lei trouxe para nosso município”, resume. ■

Lei Municipal nº 2.934 / 2012

■ ONGs-Organizações Não Governamentais e até mesmo pessoas físicas que desenvolvem atividades ligadas às práticas esportivas no município, podem pleitear este incentivo. Os interessados devem apresentar o projeto à Secretaria de Esporte e Lazer, por meio do preenchimento de um formulário, que deve ser protocolado na prefeitura municipal. A diversidade de modalidades esportivas dos projetos, bem como seu conteúdo e validade serão avaliados pela CIAC-Comissão Interdisciplinar de Avaliação e Concessão. Quando aprovados, os mesmos serão certificados, estando aptos para receber o incentivo municipal. A lei ainda permite patrocínio para atletas individuais, e que os projetos busquem patrocinadores diretos, além da lei de incentivo municipal. O valor dos projetos varia de R\$ 9 a 60 mil reais.

■ Embora a maior parte dos projetos aprovados envolva a realização de eventos esportivos, isso não invalida a aprovação de projetos com viés social. Neste caso, a prestação de contas também é acompanhada pela Controladoria Geral do Município”.

Os frutos por investimentos no esporte

Considerada a capital do esporte, Vitória, capital do Espírito Santo, não tem poupado esforços para investir no segmento, com atenção especial às crianças, adultos, idosos e também a atletas de alto rendimento

• Felipe Martins

Apenas no ano passado foram entregues muitos espaços esportivos, iniciados novos projetos e campeonatos, além de aumento significativo no número de praticantes de atividades físicas: 11 mil usuários. As Academias Populares saltaram de três para seis, enquanto as dedicadas a pessoas idosas dobraram de 20 para 40 equipamentos.

Logo no verão, a Prefeitura monta anualmente a Arena Vitória Verão. As areias da praia de Camburi, durante duas semanas, oferecem aos visitantes aulas de zumba, futebol de areia, colônia de férias, lutas e vôlei. Mas, o esporte não para ao fim da estação. Os idosos são beneficiados com o dobro de academias próprias para esse público desde 2013 – saltaram de 20 para 40 - principalmente nas comunidades de Jesus de Nazareth, Alagoano, Maruípe, São José, Bento Ferreira, Fradinhos e Romão.

Enquanto isso, os menores participam dos Jogos Escolares de Vitória, que dão visibilidade ao esporte escolar com competições entre estudantes de 20 escolas da capital. O campeonato tem sido importante ferramenta na descoberta de novos talentos. As crianças também participam das escolinhas de esportes. São diversas modalidades, como futebol, basquete, vôlei e muitas outras, que beneficiam diretamente cinco mil pessoas.

Wallace Valente, secretário de Esportes e Lazer da Prefeitura de Vitória, diz que os investimentos têm mudado significativamente a vida das pessoas, já que as ações alcançam todas as faixas etárias a segmentos da sociedade. “Atividades físicas, esportivas e de lazer são desenvolvidas para a participação da família, levando a fortalecer laços fraternais e tirando da ociosidade milhares de pessoas que não tinham estímulo.

As atividades são desenvolvidas próximo de suas casas e têm melhorado a qualidade de vida e a saúde das pessoas”, destaca.

A cidade tem sido contemplada, ainda, com diversos espaços ao ar livre para prática esportiva. Os amantes do skate também tiveram o que comemorar. Após reforma, a área para skate de Camburi ganhou novos e modernos equipamentos, oferecendo mais segurança para os frequentadores e qualidade nas manobras dos skatistas. A obra transformou os obstáculos de madeira em alvenaria e deixou a área ainda mais radical. O projeto foi feito pela Associação Capixaba de Skate, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Também ao ar livre, a Aeróbica Noturna movimentou milhares de pessoas em bairros como Santo Antônio, Jardim Camburi, Resistência, Goiabeiras, Jesus de Nazareth, Ilha do Príncipe e São Pedro. Só em Santo Antônio, mais de 300 alunos participam do projeto. Graças ao sucesso, a capital acumula quase 11 mil pessoas praticando esportes.

Muito defendida nas principais capitais do mundo, o uso da bicicleta também tem recebido atenção especial em Vitória. Os domingos e feriados nacionais são uma atração para a família e os esportistas na capital. A ciclofaixa possui a extensão de 15,7 km e liga o Tancredão, no bairro Mário Cypreste, a Jardim Camburi. Uma faixa em toda a orla fica exclusiva para os ciclistas das 7 às 15 horas. Todo o percurso é sinalizado com faixas e caixas vermelhas, sempre na faixa à direita e separado do fluxo de trânsito por cones. As ruas de lazer acontecem no Centro e Camburi, Jardim da Penha e Jardim Camburi.



FOTOS: ELIZABETH NADER



**Em Vitória,
os domingos
e feriados
são uma
atração para
a família e os
esportistas**

PARA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Os investimentos não param por aí. Vitória é o único município do Espírito Santo que concede a Bolsa Atleta Municipal, fazendo com que a cidade seja referência em incentivo aos desportistas de alto rendimento. O objetivo da Bolsa Atleta é promover o esporte, incentivar os atletas da capital a investir na carreira e levar o nome da cidade para competições nacionais e internacionais. “O investimento no esporte de alto rendimento é feito através da Lei Jayme Navarro de Carvalho (3746/1991), que repassa recurso para as federações das modalidades mediante apresentação de calendário anual das atividades de cada federação. Também recebe recurso da lei o programa Bolsa Atleta, que beneficia atletas nos níveis estadual, nacional e internacional por meio de edital, considerando os títulos e ranking do atleta. Cada federação e cada atleta devem participar de ações comunitárias da Prefeitura como contrapartida”, destaca o secretário.

Um dos casos de sucesso por conta do investimento em Vitória é o de Ludmila Gomes, 15 anos. A adolescente integra o núcleo de atletismo da Prefeitura de Vitória e há pouco mais de um ano já é a primeira no ranking nacional de sua categoria no salto em altura. “Eu era gordinha e descobri o esporte para emagrecer. Eliminei 20 quilos e descobri no atletismo minha paixão. Quero melhorar cada vez mais e sonho em competir em vários lugares do mundo”, resume.

Desde 2013, paratletas e atletas de esportes não olímpicos também passaram a ser contemplados com o benefício do Bolsa Atleta Municipal. Apenas no ano passado foram concedidas 45 bolsas. ■



Daniela da Camara Sutti, secretária de Planejamento e Meio Ambiente e prefeito Pedro Bigardi

Cidades pensadas para os pedestres

Jundiaí inova no conceito de desenvolvimento urbano, com projeto que repensa o papel dos grandes centros

• Marianna Fanti

Discussões sobre mobilidade urbana e qualidade de vida estão cada vez mais em pauta no cenário atual. A cada dia são criadas novas “soluções” pelo poder público para tentar minimizar essa problemática. Polêmicas envolvendo a melhora do transporte público, expansão das linhas de metrô e criação de ciclovias tornaram-se uma constante em nosso dia a dia. Mas, infelizmente, a realidade é que todos esses recursos demandam altos investimentos, e obras que duram uma eternidade.

Por outro lado ouvimos muito sobre cuidados com o meio ambiente, frotas ecologicamente corretas e estímulos constantes no que diz respeito à melhora da qualidade de vida das pessoas, que, pasmem, hoje passam em média três meses por ano dentro do transporte público, tentando se locomover.

A grosso modo, as cidades brasileiras não são acessíveis, muito menos projetadas para o pedestre, ou para pessoas que desejam fazer do ato de caminhar, um hábito. O trânsito caótico, somado às calçadas esburacadas, pouco arborizadas e mal sinalizadas, tornam a vida do pedestre inviável. Grande parte da população chegou à conclusão de que comprar um carro não é a solução e que o transporte individual, além de estar cada vez mais inacessível economicamente, perdeu espaço no trânsito caótico dos grandes centros. E, por mais que o transporte público cresça ou se modernize, ele é um meio finito, ou seja, mais dia ou menos dia não terá mais espaço para onde expandir. Assim, é mais simples, e infinitamente menos custoso para o Poder Público desenvolver os bairros, em vez de aumentar frotas de ônibus e linhas de metrô, que nunca darão conta da imensa demanda de pessoas e de suas necessidades de locomoção. ▶



Este projeto pode ser implementado por qualquer prefeitura do País, bastando para isso que o gestor responsável demonstre interesse, e políticas públicas venham ao encontro do tema mobilidade urbana e cidade caminhável, em seu município. Os passos são estes:

- Traçar um diagnóstico de mobilidade de sua cidade.
- Realizar oficinas junto com a população para diagnosticar e entender o grau de caminhabilidade da cidade, levando em considerações os seguintes pontos: qualidade das calçadas, sinalização para o pedestre, posicionamento das faixas de segurança, ciclo semaforico, conforto térmico por conta da arborização, dados de acidentes, número de habitantes e transporte.
- Com base nesta avaliação, criar os mapas de caminhabilidade da cidade, ou seja, das regiões com mais infraestrutura nas imediações. *Criar relatório final composto de um manual de intervenções, que terá a finalidade de apontar para o Poder Público investimentos de baixo custo a serem feitos no município.
- Incluir no plano diretor da cidade os apontamentos deste projeto.
- Criar um decreto para instituição de parklets - vagas vivas, no município (esta medida é opcional).

Toda essa questão vai além da problemática de mobilidade urbana, ela permeia políticas públicas de desenvolvimento urbano e social, que repensam a importância de desenvolver regiões, em vez de, apenas, transportar pessoas de um ponto a outro. Ou seja, hoje os movimentos pendulares – centro-bairro, não dão conta da realidade vivida por grande parte das cidades, que estão aos poucos redescobrimo a importância de serem policêntricas, tornando-se mais dinâmicas, e, conseqüentemente, com mais pontos caminháveis - regiões onde as pessoas tenham acesso à saúde, transporte, serviço e equipamentos públicos, caminhando até 20 minutos a pé, a partir de suas casas.

Por outro lado, na prática, deixar o carro em casa é impossível. O próprio sedentarismo e comodismo despontam como fatores que inviabilizam essa possibilidade. O transporte tem que ser uma opção para as pessoas, e não uma necessidade. A partir do momento que você desenvolve os eixos, transporte, meio ambiente, trabalho, educação, saúde e lazer, em determinada região, a qualidade de vida é consequência.

Foi pensando nessa problemática que o município de Jundiaí – interior do estado de São Paulo, em parceria com o Instituto Mobilidade Verde, desenvolveu entre maio e setembro de 2015, o projeto Urbanismo Caminhável, que teve como principal objetivo fomentar uma discussão que repensa a cidade para o pedestre.

O projeto faz parte da busca de Jundiaí em colocar-se na tendência do Novo Urbanismo, vinculado a uma visão de cidades em escala humana, para pessoas, exigindo a mudança de paradigmas vigentes de cidades com prioridade excessiva para a mobilidade individual motorizada e seus crescentes avanços sobre os espaços públicos de pedestres, de mobilidade coletiva ou não-motorizada, de convívio entre moradores e mesmo históricos ou ambientais.

Já o Instituto desenvolve projetos de mobilidade e desenvolvimento urbano, por meio de intervenções que possibilitem traçar um diagnóstico de mobilidade em determinada cidade. Foi o que fizeram em Jundiaí com a ajuda

da Prefeitura, que participou de todas as etapas do processo e cedeu espaços públicos para a realização de atividades. “O Urbanismo Caminhável reverte a lógica. Estamos há um bom tempo no Brasil reduzindo os espaços públicos, transformando-os em trajetos para carros, mas o cidadão na rua é essencial, pois apenas dessa forma teremos uma cidade mais humanizada”, disse o prefeito Pedro Bigardi.

FASES DO PROJETO

A primeira fase do projeto foi realizar oficinas junto à população, bem como diagnosticar e entender o grau de caminhabilidade da cidade, por diversos prismas. Cerca de 50 funcionários da Prefeitura estiveram envolvidos no projeto, além de membros do Instituto. Para isso, foram definidos três percursos na região central, que passavam por transporte público, área comercial e cultural. Esses trajetos foram realizados por diferentes grupos – idosos, crianças, adultos e técnicos da Prefeitura, para entender a percepção de cada um deles sobre a cidade. Por fim, cada integrante teve de responder a um questionário composto por nove perguntas, tais como, se a calçada era boa, a sinalização para o pedestre, se a faixa de segurança era larga, o ciclo semaforico era suficiente, e dar uma nota de um a seis para aquele trajeto. Ao final dessa etapa foi possível observar que as percepções variam de acordo com a realidade das pessoas. Esses três itens, somados a informações como conforto térmico, dados de acidentes, número de habitantes e transporte, serviram para criar os mapas de caminhabilidade das ruas de Jundiaí, com base em uma avaliação de zero a cem, onde 70 equivale a um bom índice de caminhabilidade, ou seja, quem mora próximo daquele ponto tem qualidade de vida e acesso a uma série de fatores importantes.

A segunda e terceira fases consistiram na análise dos mapas de potencialidades e índice de caminhabilidade. A quarta e última fase consistiu na criação de um manual de intervenções, que aponta para o poder público investimentos de baixo custo a serem feitos, tais como alteração de ciclos semaforicos, alargamento das calçadas, etc.



FOTO: PREFEITURA DE JUNDIAÍ

OFICINAS/ INTERVENÇÕES

Além da produção desses mapas, durante três meses foi instalado um contêiner-laboratório no Largo da Matriz, com a finalidade de explicar o projeto e o conceito de Urbanismo Caminhável. “Realizamos oficinas com a população para as pessoas entenderem a importância de caminhar pela cidade, e as diferenças entre espaço público, cidade e cidadania”, afirma Lincoln Paiva, presidente/fundador do Instituto Mobilidade Verde. “O imposto pago nada tem a ver com cidadania e direito à cidade. Temos que entender nossos direitos e deveres dentro do convívio coletivo”, completa.

Ainda foram feitas intervenções em dois pontos da cidade, onde foram instalados parklets (mobiliários urbanos como bancos e minipraças, que ocupam a vaga de dois carros), que se tornaram áreas comuns para as pessoas. Também foram realizadas oficinas de marcenaria, onde a população deveria criar mobiliários urbanos. Para isso, estiveram à disposição arquitetos, madeiras e materiais de serralheria, tudo sob supervisão de técnicos do projeto. Os mobiliários construídos, como bancos, bancos-árvores e escorregadores foram colocados à disposição da população, em calçadas e praças da cidade.

Ao todo foram realizadas 34 atividades: 17 oficinas abertas, três oficinas do índice de caminhabilidade, oito oficinas de estudo do espaço público e marcenaria urbana e seis elementos do processo de parklets. Vale ressaltar que esse cálculo não abrange a atividade permanente e diária dos monitores na oficina-contêiner, que funcionou por mais de três meses no Largo da Matriz. ■

RESULTADOS

Os relatórios finais do projeto foram entregues pelo Instituto à Prefeitura em dezembro último, de modo a contribuir para o desenvolvimento urbano da cidade, que já pensa na possibilidade de estender a segunda fase do projeto para as áreas periféricas do município, neste ano. “As conclusões mostram que as atividades realizadas ajudaram a levar pessoas para o espaço público, permitindo conhecer o Centro Histórico a partir da escala do pedestre, vendo que há detalhes que apenas são visíveis dessa forma”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti, que explica ainda sobre a elaboração de um decreto – similar ao que vigora na cidade de São Paulo, que regulamenta a instalação de parklets, que serão custeados pela iniciativa privada. “A aceitação da população tem sido excelente, as pessoas têm voltado a olhar para cidade e a permanecer no espaço público. Trata-se da retomada da humanização da nossa vida urbana”, comenta a secretária.

Recentemente, a cidade incluiu em seu plano diretor a criação do desenho da cidade com centralidades nos bairros, que permitam deslocamento à pé, além das diretrizes de qualidade urbana que constam no manual entregue à população, tais como, fechamento temporário de ruas, redesenho e ativação do meio-fio, alargamento de calçadas, parklets (vagas vivas), paraciclos (compartilhamento de bicicletas), food trucks, controle de velocidade, estímulo ao transporte não motorizado, sinalização direcionada ao pedestre, faixas de pedestres, revisão dos ciclos semaforicos, travessias em nível e lombofaixas, alargamento de calçadas nas travessias e pocket parks. Utilizando materiais de baixo custo, como cadeiras, mesas e vasos móveis, os pocket parks têm o potencial de requalificar e revitalizar espaços anteriormente inseguros e desinteressantes, etc.

Avancos em mobilidade

Ônibus híbridos e conceito de cidades conectadas são prerrogativas para transporte coletivo de qualidade, apontam especialistas durante evento

• Robson Luiz Gisoldi

“Alguma coisa precisa mudar”. Esse é o pensamento que muitas vezes paira na mente de quem enfrenta dia a dia os problemas do trânsito nas grandes metrópoles, assim como o superlotado sistema de transporte público de muitas regiões do País. Para debater esse assunto, especialistas em mobilidade urbana que estiveram reunidos em dezembro de 2015 no 2º Fórum Movecidades, que busca analisar como os centros urbanos podem e devem implementar soluções de tecnologia e de gestão para otimizar os deslocamentos no transporte público.

O exemplo de Juiz de Fora, cidade do interior de Minas Gerais, foi apresentado como case a ser analisado durante o evento. O secretário Municipal de Transportes e Trânsito de Juiz de Fora, Rodrigo Mata Tortoriello, pontuou os avanços da cidade em relação ao transporte coletivo de ônibus. “Ainda não somos uma cidade inteligente, mas vamos chegar lá. Atualmente, temos o JF no Ponto, um sistema de GPS e GPRS instalado nos ônibus, que nos permite identificar quais estão atrasados e redistribuí-los para adequação do horário. O usuário do transporte consegue, por meio de um aplicativo, identificar o horário do próximo ônibus e quais linhas virão na sequência”, explicou.

Segundo o representante, após a instalação do sistema, a Prefeitura conseguiu reprogramar 80% das linhas e viagens, com o objetivo de otimizar o trânsito e não perder mais viagens durante o dia. “Com informações precisas, adequadas e em tempo real, conseguimos inclusive informar ao motorista quais vias estão interditadas naquele momento e fazer uma correção de rota”, destacou.

NOVOS CONCEITOS

O 2º Fórum Movecidades é um encontro nacional de mobilidade urbana, que abre espaço para a discussão de alternativas financeiras, estratégias de modicidade tarifária, soluções de otimização e modernização da mobilidade urbana. Para oferecer ao usuário um transporte coletivo de qualidade será necessária a quebra de paradigmas nas prefeituras brasileiras. Conectividade será essencial para a otimização da operação. Durante o Fórum, algumas empresas privadas, como a parceria entre a montadora Volvo e a Ericsson, apresentaram como ferramenta de tecnologia de informação, o serviço do monitoramento de tráfego urbano.

Segundo a Gerente de Smart Cities da Ericsson, Thaís Mattoso, o conceito de cidades inteligentes transforma a indústria e habilita o futuro para ser construído de maneira mais planejada. “Quando falamos de Smart Cities e mobilidade urbana temos três premissas básicas: oferecer mais segurança, ter um transporte mais eficiente e sustentável, reduzir a emissão de gases tóxicos”, disse.

Thaís compartilhou dados sobre uma pesquisa encomendada pela Ericsson para detectar quais incentivos faltam para o usuário de transporte individual migrar para o coletivo. “Identificamos que o usuário quer saber quanto tempo levará a viagem ao seu destino e a que horas ele deve chegar ao ponto; deseja ter uma rede de conectividade melhor para que o aplicativo mostre o horário sem problemas de recepção de sinal. Ter ganho de produtividade nas cidades para que todas as áreas tenham linhas compatíveis com o fluxo de pessoas e uma melhor alternativa



FOTO: DIVULGAÇÃO

“Quando falamos de Smart Cities e mobilidade urbana temos três premissas básicas: oferecer mais segurança; ter um transporte mais eficiente e sustentável; reduzir a emissão de gases tóxicos”

de pagamento, ou seja, migrar para o pagamento por meio do celular”.

Sobre a solução da Volvo e da Ericsson, o gerente de Mobilidade da Volvo, Ayrton Ferreira do Amaral Filho, acrescentou. “Com o armazenamento de dados sobre o trânsito em tempo real e o rastreamento dos carros, podemos, por exemplo, informar o motorista quando ele está próximo de um hospital ou parque, para que ele utilize apenas o motor elétrico naquela área”, concluiu.

Durante o encontro, o diretor de Mobilidade Urbana da Digicon, Helgio Trindade Filho, detalhou aspectos do software de controle desenvolvido pela empresa, que permite o controle de tráfego inteligente para diminuir o fluxo em áreas de saturação. “Com o ganho de fluxo, temos menos emissão de gases poluentes, diminuimos em 12% o consumo de combustível, diminuimos os atrasos em 20% e reduzimos em 40% o tempo parado no trânsito. Por isso, acredito ser tão importante termos espaços para a discussão do futuro da mobilidade, como o Movecidades, pois podemos pensar melhor no futuro que vamos deixar para nossos filhos e netos”, encerra. ■

FAZER SUA CIDADE MELHOR ESTÁ NA SUA MÃO

BAIXE AGORA O COLAB.RE E COLABORE

Na palma da mão

Aplicativos para smartphones facilitam fiscalização do poder público e a comunicação entre gestores e contribuintes

• Gil Mendes

Ao passar pela rua e ver um poste apagado você sente a necessidade de avisar à autoridade competente sobre aquela situação? E também tem a mesma ideia ao ver um acúmulo de água parada, que pode ser foco de dengue? Bem, sem ter os números dos órgãos responsáveis em mente é possível que essas denúncias talvez nunca fossem feitas...até agora. É que visando a facilitar a comunicação do contribuinte, e aumentar a fiscalização sobre o poder público, empresas têm desenvolvido aplicativos para smartphones, pelos quais a população pode fazer reclamações e cobrar resultado de forma mais ágil e transparente.

Por meio de parcerias com gestões municipais, esses aplicativos dividem espaço com os SACs e telefones 0800. Onde antes as reclamações, denúncias

ou sugestões precisavam de um intermediário até que chegassem ao destino, agora, através dos dispositivos móveis, o conteúdo é enviado diretamente a quem pode atender às solicitações e cobrar uma resposta.

O primeiro aplicativo do gênero apareceu em 2013 no Recife, capital de Pernambuco. Percebendo a dificuldade de comunicação entre a gestão pública e a população, quatro amigos criaram em junho daquele ano a Colab.re aplicativo que já recebeu o prêmio de melhor app urbano do mundo e o reconhecimento da ONU como um dos cinco melhores serviços mobile de governo e participação. O dispositivo funciona como uma rede social, onde o usuário pode relatar problemas de sua cidade através de um aplicativo em seu celular e a denúncia é enviada diretamente para o

órgão responsável. O cidadão também fica sabendo se a demanda foi recebida e é informado quando o problema foi solucionado.

Hoje a empresa, que está com sua sede em São Paulo, já conta com a parceria de 95 municípios por todo o País e tem mais de 100 mil usuários ativos na sua plataforma.

No mercado desde o início de 2015, outro sistema surgiu com a mesma iniciativa de otimizar e simplificar a comunicação do poder público com a comunidade. Com sede em Jundiaí, distante 57 km da capital paulista, o Take Vista tem seis mil usuários e parcerias com órgãos de governos municipais.

DO ANALÓGICO PARA O DIGITAL

Além de saber para quem ligar ao perceber alguma irregularidade na cidade, o morador, antes da novidade, também precisava do número telefônico do órgão em questão. Ao fazer a reclamação, recebia um número de protocolo, sem nenhuma garantia de quando e como isso aconteceria. Do outro lado, a dificuldade também era grande. Gestores não recebiam com precisão as denúncias da população devido à falta de dados e o grande caminho percorrido até essa informação chegar.



FOTO: COLAB.RE

As melhoras na qualidade das informações repassadas através das novas tecnologias são apontadas como os grandes diferenciais dessa forma direta de cobrar do poder público. “Antes você tinha um atendimento telefônico e não conseguia ter uma informação tão estruturada, além de ter um custo muito alto por precisar de uma pessoa para fazer esse processo. Agora essa informação já é estruturada e a localização do problema é automática. Basta o cidadão tirar uma foto e relatar o caso, isso já suficiente para a gestão receber a queixa e resolver o problema”, explica Paulo Pandolfi, cofundador do Colab.re.

A velocidade da informação e um maior detalhamento das demandas também são os benefícios vistos por Carlos Almeida, diretor de tecnologia da Sisplus, empresa responsável pelo desenvolvimento do Take Vista. “O usuário está colocando nas mãos do gestor público informações precisas e com mais qualidade. Não é só uma denúncia. É uma denúncia com uma foto e uma coordenada geográfica apontando onde está aquele problema”, relata Almeida.

Mesmo com as facilidades, o número de usuários dessa nova forma de contato com o poder público é ainda pequeno em relação às mais tradicionais, como o telefone e a internet. “Um problema que a gente encontra hoje é a população tomar conhecimento desse serviço”, analisa Carlos Almeida.

OS DOIS LADOS FALAM

Dentre as quase cem prefeituras que utilizam o Colab.re como instrumento de comunicação, a prefeitura de Campinas, distante 114 km de São Paulo, é uma das que se destacam. A parceria teve início em junho de 2015, mas apesar do pouco tempo já vem mostrando resultado. A diferença, segundo a

administração municipal, é que a interação ocorre nas duas pontas: tanto para o cidadão entrar em contato com a prefeitura, quanto para a prefeitura se comunicar com o cidadão. “Essa é uma nova etapa do Colab, que é a de consulta à população. Campinas já está na sua segunda consulta, que consiste em a prefeitura formular questões e lançar no aplicativo para que seja votada para a população”, detalha Pandolfi. Em dezembro passado a prefeitura lançou uma consulta chamada ‘Fala, Cidadão’, onde a população decidiria o que será feito com um investimento de R\$ 1 milhão. Através do aplicativo, o morador da cidade terá cinco opções para escolher o destino da verba: criação de uma sala pública de cinema no centro da cidade; construção de laboratório de inclusão social ou um centro popular de economia solidária; dois campos de futebol society ou ainda uma sala de artes em uma escola municipal.

APOSTANDO NO FUTURO

Após ouvir no rádio que o Departamento de Iluminação Pública da Cidade de São Paulo-Ilume tinha dificuldade em fiscalizar as mais de 600 mil lâmpadas existentes no município, Carlos Almeida teve a ideia de apresentar o Take Vista para o órgão. O aplicativo, atualmente, funciona em fase de testes e não foi feito nenhum tipo de divulgação do serviço, por isso as denúncias feitas através dele representam apenas 1% de toda a demanda de reclamações que chegam ao Ilume. “O Take Vista é muito bom, pois dá a localização exata e mostra uma foto do local. Nos ajuda muito, já que em São Paulo, às vezes, um CEP é válido para toda uma vila”, reconhece Alberto Serra, diretor da Ilume.

Segundo Carlos Almeida, a ferramenta ainda é pouco conhecida, mas tem grande potencial para no futuro ser o meio mais utilizado para regis-

trar problemas nas cidades. “Os resultados são pequenos ainda, mas a gente sente que o potencial é muito grande”.

NOVAS PARCERIAS

Em um mundo cada vez mais conectado em sistemas integrados e redes sociais, a expectativa que a comunicação de prefeituras e órgãos de serviço público com os contribuintes sejam mais rápidas e transparentes com o passar do tempo. Tanto o Colab.re quanto o Take Vista pretendem aumentar sua abrangência com novas iniciativas.

Atualmente, a empresa criada no Recife disponibiliza inicialmente, de forma gratuita, uma plataforma para monitoramento onde poderão ser recebidas demandas da população e dar o retorno imediato, além de estatísticas e mapeamento das publicações dos usuários locais. “Em um segundo nível a gente aprofunda todos os serviços e ferramentas, como a comunicação interna entre as secretarias, por exemplo. Podemos analisar o quanto tempo demora para determinado setor responder a uma denúncia e qual é o que tem o melhor desempenho”, explica Paulo Pandolfi, cofundador do Colab.re, ressaltando que o serviço também auxilia na avaliação interna da gestão pública.

Para Carlos Almeida, do Take Vista, seu serviço pode ser liberado rapidamente, dependendo apenas do interesse do gestor público. “Basta a gente saber qualquer a área de atuação do órgão, que o serviço é liberado. Depois disso, o gestor pode contar com uma ferramenta de gestão pela web, onde todas as informações geradas ficam disponíveis”. ■

ONDE ENCONTRAR:

Colab.re

<http://www.colab.re/>

Take Vista

<http://www.sisplus.com.br/>

AGORA É LEI

Esta coluna informa sobre as Leis sancionadas pelo Governo Federal que impactam diretamente os municípios brasileiros. O objetivo é servir de atualização e orientação para novas políticas públicas locais, contribuindo para a execução de projetos inovadores e criativos.

JANEIRO DE 2016

LEI Nº 13.255

Em 14 de janeiro foi sancionada Lei que estima a despesa da União para exercício financeiro de 2016.

LEI Nº 13.254

Em 13 de janeiro foi publicado decreto que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária-RERCT de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

LEI Nº 13.253

Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado do Paraná e sobre a criação de cargos de juizes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências. Publicado em 13 de janeiro de 2016.

LEI Nº 13.252

Em 14 de janeiro foi sancionada lei que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Tocantins e sobre a criação de cargos de juizes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.

LEI Nº 13.251

Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado de Mato Grosso e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências. Publicada em 14 de janeiro de 2014.

LEI Nº 13.250

Em 13 de janeiro foi sancionada Lei que cria 544 cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras

providências. Deste total, 382 referem-se a cargos de confiança.

LEI Nº 13.249

Em 13 de janeiro, a Presidência da República sancionou Lei que Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. O PPA 2016-2019 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

LEI Nº 13.248

Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor de Crioula.

LEI Nº 13.247

Altera a Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia.

LEI Nº 13.246

Institui o dia 31 de outubro como Dia Nacional da Proclamação do Evangelho e dá outras providências.

LEI Nº 13.245

Altera o art. 7o da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).

LEI Nº 13.244

A Presidência da República, sancionou em 12 de janeiro Lei que confere ao município de Caçapava, interior do Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Antigomobilismo. Antigomobilismo ou outro termo Antigomodelismo, são neologismos criados para designar a restauração e manutenção de veículos antigos.

LEI Nº 13.243

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973,

de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015.

DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 13.242

Publicada em 30 de dezembro, Lei Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

LEI Nº 13.241

Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados-TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e altera as Leis nºs 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 11.196, de 21 de novembro de 2005.

LEI Nº 13.240

Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015.

LEI Nº 13.239

O Governo Federal sancionou em 30 de dezembro, Lei que determina que o SUS-Sistema Único de Saúde passa

a fazer cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

LEI Nº 13.238

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Esporte, crédito especial no valor de R\$ 131.395.201,00 (cento e trinta e um milhões, trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e um reais), para os fins que especifica.

LEI Nº 13.237

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 23.747.286,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.236

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.

LEI Nº 13.235

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.

LEI Nº 13.234

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

LEI Nº 13.233

Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.

LEI Nº 13.232

Confere ao Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos.

LEI Nº 13.231

Denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby a rodovia BR-425 entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

LEI Nº 13.230

Institui a semana nacional de prevenção do câncer bucal.

LEI Nº 13.229

Inscreve o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e altera a Lei no 11.597, de 29 de novembro de 2007.

LEI Nº 13.228

Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.

LEI Nº 13.227

Institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano, a serem comemorados anualmente.

LEI Nº 13.226

Abre ao Orçamento de Investimento para 2015, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 4.770.586.136,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.225

Abre ao Orçamento de Investimento para 2015, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 14.282.407.686,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor de R\$ 25.279.323.222,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.224

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União, crédito suplementar no valor de R\$ 44.355.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.223

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 745.150.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.222

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de

R\$ 5.408.574.434,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.221

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 10.497.921,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.220

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 10.091.253,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.219

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 38.412.557,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.218

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 61.150.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 13.217

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 211.172.171,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.216

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 120.000.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.215

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 17.470.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.214

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 26.769.407,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.213

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 1.000.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.212

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 1.900.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.211

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 187.278.058,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.210

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e da Secretaria de Portos, crédito especial no valor de R\$ 593.148,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.209

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 50.273.243,00 para os fins que especifica.

LEI Nº 13.208

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 49.758.315,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.207

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor

de R\$ 6.050.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.206

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 5.060.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.205

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 2.159.298.268,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.204

Altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, "que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei no 91, de 28 de agosto de 1935.

LEI Nº 13.203

Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nos 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, 10.438, de 26 de abril

de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara a autoprodutor o consumidor que atenda a requisitos que especifica.

LEI Nº 13.202

Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários-PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nos 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.

LEI Nº 13.201

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 331.755.228,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 13.200

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 368.258.333,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 13.199

Altera os dispositivos que menciona da Lei no 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

LEI Nº 13.198

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 950.246.149,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 13.197

Altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.

LEI Nº 13.196

Altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional-Condecine e prorrogar a vigência de incentivo fiscal no âmbito dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica

fica Nacional (Funcines), e a Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-Cade; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor dos preços dos serviços e produtos e da taxa estabelecidos pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; e prorroga a vigência de incentivos fiscais previstos na Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993.

NOVEMBRO 2015

LEI Nº 13.195

Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural-FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

LEI Nº 13.194

Altera a Lei no 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo”.

LEI Nº 13.193

Altera a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral do visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016.

LEI Nº 13.192

Altera a Lei no 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

LEI Nº 13.191

Altera o Anexo V à Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

LEI Nº 13.190

Altera as Leis nos 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas -RDC, 7.210, de 11 de julho de 1984, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 12.305, de 2 de agosto de 2010; e dá outras providências

LEI Nº 13.189

A Presidência da República, em 19 de novembro, sancionou o Programa de Proteção ao Emprego-PPE.

O PPE permite a redução da jornada de trabalho em até 30% de empresas que estejam enfrentando dificuldades financeiras, com diminuição proporcional nos rendimentos dos trabalhadores participantes do programa. Em contrapartida, além de não serem demitidos, 50% da perda salarial desses empregados é ressarcida com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo que o limite para essa compensação é de 65% do valor do maior benefício do Seguro Desemprego. Além disso, as empresas reduzem seus custos e, ao mesmo tempo, conservam a sua mão de obra qualificada e a sua capacidade produtiva. O governo também é beneficiado, uma vez que o programa preserva a arrecadação fiscal.

LEI Nº 13.188

A Presidência da República, em 11 de novembro, sancionou a Lei que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. A Lei disciplina o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Ao ofendido em matéria divulgada é assegurado o direito de resposta ou retificação, gratuito e proporcional ao agravo.

LEI Nº 13.187

Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul.

LEI Nº 13.186

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

LEI Nº 13.185

A Presidência da República, em 6 de novembro de 2015, sancionou Lei que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. O Programa

instituído poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

LEI Nº 13.184

Acrescenta § 2º ao art. 44 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a matrícula do candidato de renda familiar inferior a dez salários mínimos nas instituições públicas de ensino superior.

LEI Nº 13.183

Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências.

LEI Nº 13.182

Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e a Furnas Centrais Elétricas a participar, respectivamente, do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica; altera as Leis nos 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.491, de 9 de setembro de 1997, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.

LEI Nº 13.181

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 9.820.639

Regras para uma carta-convite

• Robson Gisoldi

Todo gestor público de 'primeira viagem', ao assumir sua função de prefeito, secretário ou outros cargos de decisão, acaba deparando-se com uma série de nomenclaturas jurídicas que precisam ser entendidas para evitar erros de operação. Utilizar o procedimento errado pode gerar 'dor de cabeça' aos representantes, ocasionando, até mesmo, penalidades na justiça.

Para ajudar no entendimento mais profundo das diferentes práticas de gestão pública existentes, a Revista República irá abordar nessa coluna fixa vários assuntos de interesse dos administradores. Nessa edição, o tema escolhido foi a chamada Carta-Convite.

De acordo com o livro Instituições de Direito Público e Privado, escrito pelo Desembargador Sérgio Pinto Martins e publicado no ano de 2001, o termo refere-se à uma modalidade de licitação (regulada pela lei brasileira 8.666/93) entre interessados do ramo pertinente a seu objeto (trabalho que a empresa é apta a executar), cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação da proposta.

A medida pode ser chamada de Carta-Convite quando ela substitui um edital de licitação convencional. Porém, essa modalidade só pode ser aplicada para valores de

até R\$ 80 mil no caso de materiais e serviços, e até R\$ 150 mil para a execução de obras de engenharia.

De acordo com o artigo escrito pelo advogado, especializado em Licitações Públicas e Contratos Administrativos, Rodrigo Azevedo, intitulado, "Como contratar com a Administração Pública - A fase de habilitação e a fase de disputa de preço", ao pontuarmos a modalidade Carta-Convite, vimos que em tal espécie de licitação, a Administração Pública promoverá, dentre aqueles licitantes já cadastrados, a convocação de no mínimo três possíveis fornecedores do objeto licitado e contratará com aquele que, cumprindo integralmente as especificações técnicas inerentes ao produto ou ao serviço pretendido, ofertar o menor preço dentre todas as propostas apresentadas.

Azevedo acrescenta no texto que na hipótese de licitação promovida sob a modalidade Carta-Convite, o prazo para a interposição do recurso administrativo por parte de qualquer licitante será o de apenas dois dias úteis. Julgados os recursos por ventura interpostos contra a decisão administrativa relativa à fase de habilitação, passa-se à fase de preço, ou seja, ao momento em que a Administração Pública efetivamente analisará os valores ofertados e, verificando o integral atendimento aos critérios técnicos descritos no Termo de Referência vinculado ao Edital de Licitação, declarará qual a proposta mais vantajosa à administração pública. Este procedimento se dará de tal forma simplificada, sempre que o tipo da licitação, ou seja, o critério de

juízo, for o de menor preço.

Realizada identificação quanto à proposta mais vantajosa, deverá a Comissão Permanente de Licitação declarar dentre todos os licitantes, qual aquele que está dentro dos parâmetros do objeto licitado, tendo em vista o fato de sua oferta haver sido apontada como a vencedora. Tal decisão, normalmente, também se dá por notificação veiculada em Diário Oficial e jornal de grande circulação. Contra a mencionada decisão, novamente, caberá Recurso Administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias úteis e, em seguida, prazo para a impugnação do recurso por ventura apresentado.

Caberá à Comissão Permanente de Licitação analisar a o pedido e elaborar parecer quanto à decisão e quanto às razões contidas no recurso e na impugnação, encaminhando todo o processo à autoridade superior para que a mesma julgue a medida recursal. "Verifica-se, assim, que a CPL julga recurso, mas, apenas, fundamenta seu posicionamento quanto à insurgência formalizada, cabendo à autoridade superior a legitimidade e competência para decidir em esfera administrativa. Frise-se, todavia, a inexistência de qualquer óbice à Comissão de Licitação rever seu posicionamento e acolher, na íntegra, as razões do Recurso Administrativo interposto, entretanto, se entender não ser a hipótese do direito de retratação ora em referência, encaminhará os Recursos Administrativos e respectivas Impugnações à autoridade que lhe for



imediatamente superior para o efetivo e necessário julgamento”, descreve Azevedo.

Além disso, sendo proferido o julgamento ora em referência, a própria autoridade administrativa pratica o ato final no processo licitatório, homologando o resultado da licitação proferido pela Comissão em favor do licitante que houver ofertado a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Importante destacar que, independentemente de qual haja sido o tipo de licitação, ou seja, o método inerente à identificação da proposta mais vantajosa à administração pública, deverão os correspondentes critérios se encontrarem expressa e objetivamente definidos no edital de licitação.

Em artigo produzido pelo advogado Hugo Rogerio Grokskrechtz, intitulado “Licitação na modalidade convite em face ao princípio

da impessoalidade”, o especialista destaca em sua conclusão que “não há desta forma inconstitucionalidade na Licitação na modalidade de Convite, e nem na citada Lei 8.666/93, há na realidade uma linha muito tênue entre esta modalidade de Licitação e a ocorrência de condutas ilegais que podem ocasionar vícios no certame, e consequentemente ferir o princípio da Impessoalidade, que como já afirmado é oriundo dos Princípios da Igualdade, Isonomia e Finalidade. Cabendo assim ao administrador público agir com legalidade e moralidade em seus atos, observando a legislação pertinente, os respectivos princípios, pois, caso contrário, estará constatado que, naquele ato, a Licitação na modalidade de Convite realmente é um ato contrário ao princípio em tela, e à Constituição Federal”, encerra.

Por fim a Carta-Convite, por contar com um mecanismo mais simpli-

ficado de execução, acaba sendo uma ferramenta utilizada de forma frequente em diferentes prefeituras do País.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo. Como contratar com a Administração Pública - A fase de habilitação e a fase de disputa de preço. <<http://rodrigoazevedoadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/138671519/como-contratar-com-a-administracao-publica-a-fase-de-habilitacao-e-a-fase-de-disputa-de-preco>> Portal Jus Brasil.

GROKSKREUTZ, Hugo Rogerio. Licitação na modalidade convite em face ao princípio da impessoalidade. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4623 Portal Âmbito Jurídico

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. ed. Atlas S.A.: São Paulo. 2001.p.93

Por Antonio Celso
Baeta Minhoto

O POLÊMICO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO



FOTO: DIVULGAÇÃO

Antonio Celso Baeta Minhoto é advogado; mestre em Direito Político e Econômico e doutor em Direito Público

Por meio da Lei 12462/2011, foi instituído o chamado “Regime Diferenciado de Contratação -RDC”. É uma norma bastante peculiar, pois se volta a um contexto de aplicação específico, tal como listado em seu artigo 1º, a saber: Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (inciso I); Copa das Confederações e Copa do Mundo 2014 (inciso II); obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II (inciso III); ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC (inciso IV); obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde -SUS (inciso V) e obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo (inciso VI).

A lei em foco ainda traz, no § 1º do artigo 1º, os objetivos do RDC: I - ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes; II - promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; III - incentivar a inovação tecnológica; e IV - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

O RDC é evidentemente polêmico. Essa evidência decorre do fato de que há uma lei de licitações vigente, a 8666/1993, assim como há em discussão no Congresso Nacional o projeto de uma nova lei de licitações. Um primeiro aspecto a causar certa perplexidade se volta justamente aos declarados objetivos da lei do RDC, afinal, esses objetivos já não estariam contemplados na lei 8666/1993? Uma leitura no artigo 3º, caput e §6º, inciso III, da Lei de Licitações (8666/1993), deixa pouca margem de dúvida quanto a esse aspecto.

A par de simplificar procedimentos ou, como alguns afirmam – equivocadamente a nosso sentir – “desburocratizar” atos, inegavelmente o RDC traz inovações interessantes: a) traz maior agilidade ao processo licitatório por meio da adoção da informática em todas as fases do processo; b)

inverte as fases da licitação: primeiro seleciona a melhor proposta, depois habilita, o que pode significar um ganho considerável em termos de tempo e prática de atos; c) adota a chamada “contratação integrada” em que o particular oferece o projeto básico e executivo, ficando o órgão licitante como fiscalizador e analisador do resultado final (tipo técnica e preço, obrigatoriamente); d) de forma inovadora, institui um sistema de remuneração variável, aplicado sobre o desempenho do contratado; e) adota uma fase recursal única, o que nos parece positivo; f) no RDC o orçamento só é publicado ao final, algo que, ao menos em tese, faria o concorrente oferecer a sua melhor proposta de fato, eis que não saberia o teto de gastos do órgão licitante; g) em obras de engenharia, o licitante vencedor apresenta seu projeto ao Estado (e não o contrário), que o aprova ou não, um aspecto polêmico, mas que, se bem gerido, pode gerar um ganho interessante e; h) o licitante deve ser comprometer a entregar a obra em condições de utilização imediata.

Os pontos acima são aqueles que nos pareceram interessantes, alguns claramente positivos, outros simples expectativas aguardando confirmação na realidade da rotina diária. Nada obstante, claro que há pontos obscuros e cuja existência na norma em foco a compromete de algum modo. Vejamos:

a) a lei em foco teve seu arco de ampliação tratado por meio de Medida Provisória (MP 630), algo inadequado, eis que se trata de processo legislativo sintético, com discussão reduzida e para situações emergenciais, o que não é o caso ou não deveria ser; atraindo, inclusive, dúvidas sobre a constitucionalidade de tal ampliação;

b) também de rigor se destacar que não cabe ao Estado, por meio de medida provisória, criar mecanismos de seu próprio controle, o que deveria ser feito pelo Legislativo, de modo democrático;

c) essa maneira de agir do Estado, com claro “atropelamento” do Legislativo pelo Executivo, esvazia a discussão em torno de um novo regramento sobre as licitações, em trâmite no Congresso;

d) há quem diga, como o professor Pedro Estevam Serrano, da PUC/SP, que o RDC é pouco democrático e tem viés neoliberal, eis que coloca o particular como o grande protagonista do processo todo e não o Estado;

e) os mecanismos de fiscalização e as eventuais punições aplicáveis aos licitantes são de difícil operacionalização no âmbito do RDC, inexistindo, por exemplo, mecanismo de punição pela entrega inadequada do resultado pelo contratado.

Como resumo e conclusão, fica o sentimento de que o RDC mesclou boas intenções com simples pressa. Algumas ideias interessantes foram inseridas na lei em foco, mas sem observância do rito legislativo ordinário e com caráter excessivamente casuista. ■



SUA CANTINA TECNOLÓGICA

Cantina 360°

EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NÃO HA DIFERENÇA, MAS TEM QUEM FAÇA!

TORNE-SE UM PARCEIRO CANTINA 360 E AUMENTE SEU PACOTE DE BENEFÍCIOS AOS PAIS, PROPORCIONANDO NÃO SÓ EDUCAÇÃO, MAS SAÚDE ALIMENTAR AOS SEUS ALUNOS.

Cantina 360 é uma ferramenta de gestão financeira e alimentar que possui uma proposta diferenciada. Chega ao mercado com o objetivo de fornecer aos pais o controle da alimentação nas cantinas escolares, reduzindo as chances de problemas de saúde ao longo da vida, decorrentes da alimentação inadequada ou mal controlada na infância.



WWW.CANTINA360.COM.BR



(11) 4249-2554 / 5504-1953



CONTATO@CANTINA360.COM.BR



AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 550
4º ANDAR - ITAIM BIBI - SP

► **Braskem
e Mauá,
uma parceria
que gera
inovação e
desenvolvimento
para a região
do Grande ABC.**

**8 de dezembro é aniversário
de Mauá. 61 anos cheios
de motivos para comemorar.**

Mauá é o município de duas unidades industriais da Braskem localizadas no Polo Petroquímico do Grande ABC, que é historicamente o berço da indústria petroquímica no Brasil e gera atualmente milhares de empregos, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da cidade e do país.

A Braskem deseja que os próximos 61 anos de Mauá sejam marcados por ainda mais inovações e conquistas.



Braskem



Patrocinadora
do Paratletismo
Brasileiro